



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PSSOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

RANIERI NERY NOGUEIRA

AS MEDIAÇÕES DO DEBATE DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA DO SERVIÇO SOCIAL DE 2010 A 2015

Recife
2017

Ranieri Nery Nogueira

**AS MEDIAÇÕES DO DEBATE DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO
NA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA DO SERVIÇO SOCIAL DE 2010 A
2015**

Dissertação apresentada pelo discente na área de concentração Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Humanos ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como exigência parcial à obtenção do Título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Juliane Feix Peruzzo

Recife
2017

Ranieri Nery Nogueira

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

N778m	<p>Nogueira, Ranieri Nery As mediações do debate da precarização do trabalho na pesquisa bibliográfica do Serviço Social de 2010 a 2015 / Ranieri Nery Nogueira. - 2017. 104 folhas: il. 30 cm.</p> <p>Orientadora: Prof.^a Dr.^a Juliane Feix Peruzzo. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2018. Inclui referências e apêndices.</p> <p>1. Trabalho de Assistente social. 2. Precarização. 3. Condições de trabalho. I. Peruzzo, Juliane Feix (Orientadora). II. Título</p> <p>361 CDD (22. ed.)</p>	<p>UFPE (CSA 2018 – 147)</p>
-------	--	------------------------------

Ranieri Nery Nogueira

**AS MEDIAÇÕES DO DEBATE DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA PESQUISA
BIBLIOGRÁFICA DO SERVIÇO SOCIAL DE 2010 A 2015**

Dissertação apresentada pelo discente Ranieri Nery Nogueira ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como exigência parcial à obtenção do Título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Juliane Feix Peruzzo

Aprovada em: 31/08/2017

Prof^a. Dr^a. Juliane Feix Peruzzo
Professora Orientadora

Prof^a. Dr^a. Ângela Santana do Amaral
Examinadora Interna

Prof. Dr. Jamerson Murilo Anunciação
Examinador Externo

Prof. Dr. César Henrique Miranda Coelho Maranhão
Examinador Externo

Recife
2017

AGRADECIMENTOS

À minha família, que em nenhum momento se furtou de oferecer todo o suporte necessário para que eu pudesse ter a oportunidade vivenciar essa jornada no mestrado. Sem vocês nada disso seria possível. Toda a minha gratidão e amor.

Aos cearenses residentes em Recife, sobretudo, Kamila e Jr. pelas acolhidas, generosidade e pela convivência sempre especial.

À Inaê e Carol por fazerem de Recife o quintal da minha casa.

Aos amigos de Fortaleza por existirem. Vocês sabem quem são e o lugar que ocupam no meu peito.

À Rebeca, pela parceria, força, companheirismo e vida compartilhada.

À minha turma de mestrado, pela relação de respeito e solidariedade que estabelecemos. Alguns mais próximos, outros menos, mas o tempo de contato dentro e fora de aula e o suporte mútuo foi fundamental para a conclusão desse trabalho.

Aos professores que tive oportunidade de vivenciar a sala de aula. Obrigado pelas trocas e inspiração intelectual. Em especial Juliane, Graça e Mondaini.

À Juliane, minha orientadora. Obrigado pelo aprendizado compartilhado, pela autonomia que me ofertou, pela paciência e compreensão, mas também pela dureza quando foi necessária. Você tem a minha gratidão, respeito e admiração. Um forte abraço!

À minha banca, Ângela, César e Jamerson, pela disponibilidade de participação na minha defesa. Fico muito feliz de ter professores como vocês na minha banca.

RESUMO

A presente dissertação tem por finalidade a realização de uma análise crítica da produção científica no âmbito do Serviço Social acerca da temática do trabalho do assistente social e de sua precarização nos dias de hoje. O objetivo deste trabalho foi identificar quais as tendências que estão sendo apontadas acerca desse tema, considerando o atual contexto de crise do capital e de um profundo redimensionamento na esfera do Estado, no trabalho, nas políticas sociais, logo, no próprio Serviço Social. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental de revistas científicas dessa profissão em nível nacional, compreendidas em um intervalo histórico contido entre os anos de 2010 e 2015. Nesse sentido a pesquisa identificou enquanto resultados as seguintes tendências: 1) a temática da precarização do trabalho do assistente se constitui enquanto uma problemática de suma importância que se articula, em maior ou menor intensidade, com diversos outros temas abordados nas pesquisas; 2) a teorização do trabalho do assistente social articula determinações gerais do mundo do trabalho com elementos particulares referentes à atual conformação do Estado e das políticas sociais; 3) a precarização impõe barreiras para uma prática profissional sintonizada com os princípios contidos no Projeto Ético-Político profissional; 4) a precarização tem desfigurado o sentido do trabalho social realizado; 5) a atual conformação do trabalho do assistente social tem implicado em inflexões acerca da relação trabalho-adoecimento; 6) a precarização do trabalho se desdobra, em alguns casos, numa diluição do tempo de trabalho e do tempo de vida desse trabalhador.

Palavras-chave: Trabalho do assistente social. Precarização. Condições de trabalho.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to carry out a critical analysis of the scientific production within the scope of the Social Service about the social worker 's work and its precarization in the present day. The objective of this study was to identify the trends that are being pointed out about this topic, considering the current context of capital crisis and a deep scaling down in the sphere of the State, at work, in social policies, and in Social Service itself. To do so, we conducted a bibliographical and documentary research of scientific journals of this profession at a national level, within a historical range between the years 2010 and 2015. In this sense the research identified as results the following tendencies: 1) the precariousness of The work of the assistant constitutes a problematic of extreme importance that is articulated, to a greater or lesser degree, with several other topics addressed in the research; 2) the theorization of the work of the social worker articulates general determinations of the world of work with particular elements referring to the current conformation of the State and social policies; 3) precarization imposes barriers to a professional practice in tune with the principles contained in the Professional Ethical-Political Project; 4) precarization has disfigured the meaning of social work; 5) the current conformation of the social worker's work has implied in inflections about the work-illness relationship; 6) the precariousness of work unfolds, in some cases, in a dilution of the working time and the life time of this worker.

KEYWORDS: Social Worker Job. Precariousness. Work conditions.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABEPSS Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
- BID Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BIRD Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial
- BPC Benefício de Prestação Continuada
- CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CCQ Círculo de Controle de Qualidade
- CFESS Conselho Federal de Serviço Social
- CRAS Centro de Referência da Assistência Social
- CREAS Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- CRESS Conselho Regional de Serviço Social
- CUT Central Única dos Trabalhadores
- DORT Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho
- FHC Fernando Henrique Cardoso
- FMI Fundo Monetário Internacional
- LER Lesão por Esforço Repetitivo
- LOAS Lei Orgânica da Assistência Social
- MEC Ministério da Educação
- MST Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
- NOB-RH Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
- ONG Organização Não-Governamental
- PEP Projeto Ético-Político
- PNAS Política Nacional de Assistência Social
- PT Partido dos Trabalhadores
- SUAS Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 CAPITALISMO, TRABALHO E PRECARIZAÇÃO	18
2.1 O mundo do trabalho na atual fase do capitalismo.....	18
2.1.1 Realidade do trabalho no Brasil.....	28
2.2 Formulações sobre a precarização do trabalho	34
2.3 Precarização, relações sociais e subjetividade.....	39
3 O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE.....	46
3.1 Trabalho e alienação em Marx	46
3.2 O estatuto assalariado do assistente social	53
3.3 O trabalho do assistente social hoje	56
4 A PROBLEMÁTICA DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL EM SUA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA (2010-2015)	69
4.1 A questão da precarização do trabalho do assistente social	70
4.2 Implicações da precarização do trabalho do assistente social.....	74
4.2.1 Desdobramentos da precarização para o trabalhador	82
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS.....	98
APÊNDICE A – LISTA DE ARTIGOS ANALISADOS.....	104

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação intitulada “As mediações do debate da precarização na pesquisa bibliográfica do Serviço Social de 2010 a 2015” tem como objeto refletir sobre o debate da precarização no trabalho do assistente social. A questão da precarização do trabalho vem sendo tema de vários estudos e pesquisas que buscam desvelar as múltiplas dimensões dessa problemática que sofreu inflexões importantes nas últimas décadas. No entanto, nossa atenção está voltada a evidenciar qual o tratamento que a pesquisa no âmbito do Serviço Social vem dando sobre a precarização do trabalho do assistente social.

Para desvendar o objeto, a pesquisa mobiliza um movimento de exposição da formação das condições históricas em que o fenômeno da precarização do trabalho se localiza. Nessa trilha, também discutimos a maneira à qual o trabalho do assistente social se relaciona com as transformações societárias em que a marca do trabalho precarizado pesa sobremaneira, bem como a investigação da produção teórica do Serviço Social a respeito desse tema específico. O objetivo geral da pesquisa é verificar as tendências atuantes no âmbito do trabalho, no que diz respeito às formas de avanço da precarização do trabalho do assistente social.

A motivação para este estudo tem como uma primeira aproximação o momento do estágio supervisionado em Serviço Social na Fundação Habitacional de Fortaleza – Regional II – durante os anos de 2009-2010. O contato direto com o trabalho de diversos assistentes sociais em equipe articulados a outras profissões nos permitiu extrair as primeiras impressões acerca do trabalho desse profissional. Na ocasião, duas coisas chamaram mais a atenção: 1) a intensidade do trabalho ali realizado. Diversas atividades se realizavam “em cima da hora”, pois a exigência de atuação da equipe em uma ou outra frente de trabalho variava bruscamente de acordo com a gerência da instituição. Em função disso, determinado trabalho era abandonado em curso para centrar forças em outro “mais urgente” que surgia inesperadamente. Além disso, eram determinadas para a equipe, diversas frentes de trabalho, prioridades, constituindo uma carga geral de trabalho que, em raros momentos, eram equacionadas em tempo; 2) adoecimento relacionado ao trabalho. Em conexão íntima com o ritmo intenso, com prazos a serem cumpridos “para ontem” e escassos momentos de planejamento e avaliações, verificamos que a

ocorrência de adoecimento tinha evidente relação com o trabalho e que – o que nos causou mais espanto –, por vezes, se trabalhava doente, pois a realização dos trabalhos e prazos era o que mais importava. A experiência do estágio se configurou como uma primeira aproximação com o universo cotidiano do trabalho em Serviço Social, onde as situações da intensidade do trabalho e do adoecimento eram resolvidas, prioritariamente, de maneira individual pelos assistentes sociais.

O início das investigações sobre o tema se deu em 2012 no trabalho de conclusão de curso intitulado: “Da cooperação ao toyotismo: reflexões introdutórias sobre a organização do trabalho na sociedade capitalista”. Nesse trabalho, já tínhamos a disposição de tratar da temática que envolve o trabalho do assistente social, entretanto optamos por fazer um estudo introdutório da categoria *trabalho* e de sua organização nos marcos do capitalismo com o intuito de forjar bases mais sólidas para uma investigação posterior das relações de trabalho do assistente social. Verificamos, a partir de Marx, as determinações mais gerais do trabalho enquanto mediação que possibilita o intercâmbio entre homem e natureza, com fins de transformar esta última para a satisfação de suas necessidades. Esse intercâmbio possibilita o salto ontológico do ser natural ao ser social, humanizando o homem desta forma, e capaz de fundar a sociabilidade mediante o seu caráter eminentemente social.

A pesquisa também nos permitiu compreender as particularidades do trabalho no contexto da sociabilidade do capital a partir da subordinação de sua dimensão concreta aos ditames do trabalho abstrato, este conferindo uma nova forma de ser ao trabalho, mediante a transformação das capacidades e energias humanas para o trabalho (força de trabalho) em mercadoria que tem o seu valor determinado – via salário – pelo mínimo necessário para a reprodução do trabalhador. Tal subsunção permanece e se desenvolve ao longo do desenvolvimento histórico das formas de organização e controle do trabalho a depender das sempre novas necessidades de expansão do capital e, evidentemente, do “termômetro” da luta de classes.

E finalmente, vivenciamos outra aproximação empírica com o objeto em questão no instante do exercício profissional no Programa Água para Todos do Governo Federal ao longo dos anos de 2013-2014. Depois de o trabalho social ser terceirizado pelo Governo do Estado do Ceará a uma empresa, oscilamos em duas temporadas de contratos temporários em diferentes etapas e municípios. Esse contato foi interessante pois o trabalho realizado a partir da consecução de metas e

articulado a uma jornada de trabalho flexível determinada pelas metas “a serem batidas”, tornou possível experienciar a diluição do tempo de trabalho e do tempo de vida “fora” do trabalho.

Em síntese, podemos dizer que a motivação para o estudo desse tema adveio da constatação, durante estudos precedentes, da complexidade que o fenômeno da precarização tem assumido no âmbito do trabalho e da vida da classe trabalhadora em geral, afetando sua vida pessoal e social, sua objetividade (salário, contratos etc.) e sua subjetividade (consciência, relação com os outros, consigo, etc.), associado ao ímpeto de aprofundar o conhecimento das manifestações específicas desse fenômeno no âmbito do trabalho do assistente social.

Tendo por sustentação elementos do método materialista histórico-dialético, consideramos a necessidade de situar o debate em torno da precarização do trabalho do assistente social no quadro da atual situação e dos fenômenos inerentes à base econômica na atual fase do capitalismo, bem como relacioná-los às atuais expressões das formas jurídico-políticas do Estado neoliberal e sua política social, em busca de apanhar o objeto no momento de sua especificidade e da sua vinculação com a totalidade dinâmica que constitui a sociedade contemporânea.

Com fins de realizar uma análise circunscrita nas produções científicas do *Serviço Social*, tendo por veículo de socialização as produções das revistas *Serviço Social & Sociedade* (São Paulo), *Ser Social* (Brasília), *Textos e Contextos* (Rio Grande do Sul) e *Políticas Públicas* (Maranhão). A decisão de analisar os artigos contidos nessas revistas se deu a partir de um primeiro critério estabelecido no fato delas serem classificadas no Estrato A1 no Sistema Qualis Periódicos da CAPES/MEC. Em seguida, buscamos contemplar uma revista para cada região geográfica do país com a finalidade de obter um alcance mais amplo em relação às produções dos diversos estados nacionais. Essa tentativa não foi efetivada em relação à região norte do país, pois, até o momento da pesquisa, não alcançamos o acesso em nossa busca de nenhuma revista Qualis A1 nessa região.

Em seguida, procuramos identificar nessas publicações aquelas que refletiam sobre o trabalho do assistente social¹ - condições de trabalho, processos de precarização e flexibilização, dentre outros temas relacionados. Nessa seleção

¹ Esse levantamento foi realizado a partir da leitura dos resumos, tópicos e alguns trechos dos trabalhos selecionados a princípio, para termos maior segurança em torno do objeto de reflexão dos artigos. Não realizamos essa filtragem apenas pelos títulos dos artigos, pois, em artigos específicos, o título não comportava de forma clara o objeto e o percurso analítico do pesquisador.

buscamos eliminar aqueles trabalhos que não tinham relação com o tema proposto. No entanto, ao identificar, em determinado artigo, uma relação – mesmo que de forma lateral – com o tema da precarização, e que nos pareceu trazer elementos importantes para a nossa análise, acabamos por incluí-los. Além disso, destacamos o período de 2010 a 2015 por ser um período não muito extenso, dados os limites da dimensão de uma pesquisa de mestrado, ao mesmo tempo em que representa, no nosso entendimento, um período em que já se torna possível considerar e avaliar a forma e as contradições no processo de efetivação dos avanços formais no âmbito da política de assistência, a partir de 2010.

A partir desse recorte, identificamos 9 artigos na revista *Serviço Social & Sociedade*, 1 artigo da revista *Ser Social*, 3 artigos da revista *Políticas Públicas* e 2 artigos da revista *Textos e Contextos*, num total de 15 artigos que foram incluídos em nossa análise.

Sobre a temática, segundo Giovanni Alves (2013), as produções sociológicas que discutem a precarização do trabalho têm concebido esse tema como sendo “o movimento de desconstrução da relação salarial constituída no período histórico do capitalismo do pós-guerra” (ALVES, 2013, p. 85) ou, dito de outra forma, como “o desmonte de formas reguladas de exploração da força de trabalho como mercadoria”. Ou seja, para ele, a concepção de precarização dessas produções perpassa por um entendimento anterior da força de trabalho enquanto mercadoria, logo, a precarização estaria circunscrita nas diversas formas de consumo dessa força de trabalho mercantilizada. Em geral, as expressões da precarização do trabalho em tais produções se concentram, conforme Alves, em torno das novas modalidades (flexíveis) de contrato, jornada e salário.

Para termos ainda uma breve noção da complexidade do atual mundo do trabalho no Brasil e de seus processos de precarização, podemos mencionar também o levantamento feito por Druck e Franco (2009) em torno de diversas pesquisas a nível nacional que refletem sobre o tema da precarização do trabalho, e que resultou em uma tipologia da precarização. As autoras concluem que existem seis tipos de precarização: 1) “vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais”, 2) “intensificação do trabalho e terceirização”, 3) “insegurança e saúde no trabalho”, 4) “perda das identidades individual e coletiva”, 5) “fragilização da organização dos trabalhadores”, 6) “a condenação e o descarte do Direito do Trabalho” (DRUCK; FRANCO, 2009; DRUCK, 2009).

Druck (2011), ao estabelecer uma tipologia para a precarização do trabalho no Brasil, ainda aponta a “perda das identidades individual e coletiva” resultante desse processo de instabilidade e insegurança nas atuais formas de contrato:

o isolamento e a perda de enraizamento, de vínculos, de inserção, de uma perspectiva de identidade coletiva, resultantes da descartabilidade, da desvalorização e da exclusão, são condições que afetam decisivamente a solidariedade de classe, solapando-a pela brutal concorrência que se desencadeia entre os próprios trabalhadores. (DRUCK, 2001, p. 50)

Alves (2013, p.87) também aponta que a flexibilidade nas relações de contrato, jornada e salário gera uma “tríplice crise da subjetividade humana: a crise da vida pessoal, crise de sociabilidade e crise de autorreferência pessoal”.

A reflexão sobre o mundo do trabalho se aproxima da profissão após um longo período de lutas e amadurecimento de sua apropriação da teoria crítica. O Serviço Social latino-americano experimentou um momento de constantes avaliações e autocríticas no que diz respeito às suas tradicionais bases constituintes de caráter conservador. Nesse período verificamos a articulação do “Movimento de Reconceptualização” (Netto, 1991) ao longo do continente, que questionava justamente o viés desenvolvimentista impresso em sua teoria e prática, propondo uma nova práxis para o Serviço Social. Isso ocorreu em um contexto de ditaduras militares espalhadas pelo continente latino.

No Brasil desse período, verificamos o Serviço Social envolvido em um processo de renovação, tanto de suas práticas profissionais, quanto de seus aspectos científicos e técnicos - em grande medida demandados pela ditadura militar com a finalidade de aperfeiçoar aspectos referentes ao planejamento e implementação dos seus projetos desenvolvimentistas. Netto (1991) informa a existência de três tendências teóricas que figuravam nesse cenário: a “perspectiva modernizadora” – estruturalista e funcionalista, a “reatualização do conservadorismo” - fenomenológica e a “intenção de ruptura” que - como o próprio nome diz - se propunha a romper com a práxis conservadora do Serviço Social tradicional e inicia uma interlocução com a teoria social de Marx².

Todavia, é somente nos anos 80, que a relação do Serviço Social com a teoria marxiana oferece, a partir da publicação de *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* - de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho (1982) -, uma interpretação mais

² Para maiores detalhes, ver Netto (1991), especialmente o segundo capítulo.

coerente, advinda da interpretação do próprio texto clássico. As aproximações com a obra de Marx anteriores ainda eram impregnadas de alguns problemas interpretativos e de vulgarizações³.

Desse período em diante observa-se uma inflexão na quantidade e qualidade das pesquisas na profissão com um viés crítico bastante importante. Dentre os temas constavam: reflexão em torno da relação entre teoria e prática; as concepções acerca da prática social e da prática profissional; concepções sobre teorias e metodologias; as particularidades do Serviço Social, dentre outros.

A introdução da temática do trabalho nas pesquisas em Serviço Social desse período acompanhou esse movimento, em especial, o arcabouço categorial presente nos fundamentos da crítica da economia política. No entanto, é a partir da década de 1990 que a reflexão em torno do mundo do trabalho – e suas recentes metamorfoses – passa a figurar de forma mais presente nas pesquisas. Nesse momento passa-se a reconhecer as íntimas relações entre as configurações do mundo do trabalho, a formação e o trabalho do assistente social. Diz Mota,

Desde então, observa-se uma ampliação do debate acadêmico, com ênfase na dimensão ontológica e sócio-histórica do trabalho, donde o destaque à centralidade do trabalho na constituição do ser social e às suas particularidades sob o capital. Essa abordagem foi enriquecida historicamente com discussões sobre a crise capitalista, as mudanças no mundo do trabalho e as inflexões no âmbito dos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social (2007b, p. 57).

Foram inúmeras as produções científicas que tematizaram sobre o trabalho do assistente social desde esse período⁴. Essa questão sempre esteve presente nas preocupações e enfrentamentos dessa categoria em seus fóruns de discussão e deliberação organizados pelos seus conselhos – Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselho Regional de Serviço Social (CRESS). Tais entidades sempre reconheceram a importância da interpretação desse fenômeno que, somado a outros, são responsáveis por uma mudança no próprio Serviço Social – novas

³ Ver Netto (1989); Quiroga (1991).

⁴ Ver Costa (1999); Granemann (1999); Netto (1992); Iamamoto (2004; 2007); Mota (2007a; 2010); De Vasconcelos (2002); Vasconcelos (2000), dentre outros. Em período mais recente, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) pela via de seu Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Trabalho, Questão Social e Serviço Social, realizou importante levantamento em nível de pós-graduação em todo o país acerca das produções no âmbito do Serviço Social sobre a temática que dá nome ao GTP construindo, assim, relevante mapeamento das produções da categoria por região e linhas de pesquisas. AMARAL, Angela S.; NEVES, Daniela; PERUZZO, Juliane Feix; OLIVEIRA, Maria Liduina O.; LARA, Ricardo (2015)

demandas, mudanças no trato do Estado com a questão social, reconfiguração nas exigências do mercado de trabalho, entre outros. Interpretação necessária para a construção de planos de luta, campanhas e deliberações que, articuladas a luta da totalidade dos trabalhadores possa garantir melhores condições de trabalho e vida⁵.

É justamente a partir de parte dessa vasta bibliografia que hoje podemos extrair alguns fundamentos e significados sobre o trabalho do assistente social. O processo constitutivo do Serviço Social enquanto profissão está estruturalmente ligado a complexos processos sociais relacionados ao desenvolvimento do capitalismo em sua fase monopólica, sobretudo em relação às respostas que o Estado empreendeu às expressões da “questão social”.

Dito isto sobre a natureza, gravidade, complexidade e bibliografia sobre o fenômeno, a estratégia de pesquisa adotada no tratamento e na exposição do objeto responde a uma das formas possíveis de abordá-lo e podemos dizer que se configura a partir de alguns pressupostos fundamentais.

O primeiro deles é que o fenômeno da precarização do trabalho é produto e expressão de um processo de ofensiva do capital sobre o trabalho e que, como tal, emerge de exigências e leis que se originam do interior das relações capitalistas de produção e que repercutem em políticas e formas jurídicas do Estado capitalista. Em outros termos, a precarização surge do movimento interno do desenvolvimento do capitalismo e ganha expressão nova, em um novo patamar, na etapa contemporânea do capitalismo, que, conforme descreveremos adiante, tem origem no último quarto do século XX. Dessa forma, não nos pareceu lícito prescindir de uma investigação em torno das mutações fundamentais operadas no capitalismo durante o século XX e que deságuam na forma atual do capitalismo “flexível”. Daí que o primeiro capítulo abranja a evolução histórica entre capitalismo, trabalho e precarização. Entre as secções deste capítulo, encontra-se uma dedicada a apresentar as principais formas pelas quais o fenômeno da precarização tem sido interpretado, respondendo a necessidade de indicar dissensos e perspectivas já abertas pelas teorias em que muitos dos pesquisadores que atuam no tema têm de se referir para embasar e dar aporte teórico a suas investigações.

⁵ Podemos citar como alguns exemplos mais recentes de seminários organizados pelo CFESS sobre o trabalho da(o) assistente social: O trabalho de assistentes sociais no Suas (2009); O trabalho de assistentes sociais na saúde (2009); O trabalho de assistentes sociais no campo sociojurídico (2009); O trabalho de assistentes sociais na Previdência (2010).

Acompanha esse mesmo pressuposto um segundo, pelo qual se tem o reconhecimento de que o processo de precarização que atinge o trabalho do assistente social não está desvinculado – muito pelo contrário – do processo de precarização geral das condições de trabalho no capitalismo contemporâneo. Esse segundo pressuposto reforça a necessidade do primeiro capítulo tal como está, tendo em vista que nosso objeto é mesmo a precarização do trabalho em geral e sua particularização expressa no trabalho do assistente social. Essa especificidade não anula a articulação necessária entre as manifestações particulares do fenômeno e sua natureza geral ou seu significado original. Podemos dizer, em suma, que o objetivo específico deste capítulo é apresentar as condições históricas em que o fenômeno da precarização sofre inflexões.

Mas se o primeiro capítulo é abrangente no sentido acima anunciado, os capítulos seguintes apontam mais diretamente para o campo do Serviço Social, no entanto sob formas diferentes e que correspondem a necessidades investigativas distintas, embora complementares. Se é verdade que a precarização não tem origem no próprio campo do Serviço Social, no sentido de que os fenômenos manifestados no âmbito do trabalho do assistente social não podem ser tratados como processos isolados e fechados em si mesmos, e se é verdade também que o processo do qual a precarização sofre inflexões é histórico e, como tal, resulta de um desenvolvimento social e temporal a ser considerado, não é menos verdadeiro – e esse constitui um terceiro pressuposto decisivo na ordenação deste trabalho – que a própria forma do trabalho do assistente social participa de forma específica da divisão do trabalho e representa um campo relativamente autônomo de intervenção socioprofissional e, enquanto tal, se constitui numa história própria, entrelaçada com a evolução da formação social, mas particular enquanto campo específico.

Disso resulta que as determinações do trabalho do assistente social não podem advir única ou diretamente das determinações gerais do trabalho em geral na atual fase do capitalismo, mas trazem as também marcas da forma particular que o trabalho no interior do campo do Serviço Social tem de assumir para que realize os tipos de intervenção social a que se destina. Assim, buscamos no segundo capítulo articular determinações do trabalho do assistente social, suas particularidades, incluindo especialmente as formas que assume no capitalismo contemporâneo. O objetivo aqui é desvendar as determinações específicas do trabalho do assistente social, isto é, apresentar a estrutura geral do trabalho no campo em que o problema

da precarização é aqui tratado. Este capítulo, por sua vez, apresenta três seções, a primeira das quais dedicada a recuperar algumas determinações advindas do caráter alienado do trabalho sob o regime capitalista, mas que serve unicamente como preâmbulo e suporte para as seções seguintes, que são as mais importantes e que tratam, respectivamente, da questão do estatuto assalariado do assistente social do seu trabalho na atualidade.

Dessa forma, a discussão sobre a precarização do trabalho do assistente social atravessa as condições do trabalho em geral e a precarização sob o capitalismo contemporâneo, as determinações específicas do Serviço Social enquanto campo socioprofissional e sua forma precária na contemporaneidade, isso para atingir, conclusivamente, no terceiro capítulo, o exame da produção teórica do Serviço Social, naquilo em que se mostra mais relevante no que diz respeito à problemática da precarização do trabalho do assistente social. O objetivo neste último momento foi apontar as principais contribuições sobre as manifestações da precarização no campo do Serviço Social na atualidade.

É importante ressaltar que o material que nos propusemos a analisar tem o formato de artigos científicos, os quais foram publicados em revistas especializadas na área do Serviço Social e em outras áreas afins. Pelos limites inerentes a essa forma textual, não se poderia cobrar que nos materiais estivessem contidas reflexões muito aprofundadas sobre os temas em questão; isso exigiria um espaço maior para os desenvolvimentos teóricos, conceituais, analíticos e críticos necessários, como é possível fazer no caso de dissertações e teses, por exemplo. Muitos dos artigos sobre os quais nos debruçamos resultam exatamente de trabalhos finais em nível de pós-graduação; já outros foram feitos a partir de convite para participação em mesas de debates em encontros, seminários e congressos. O importante, em suma, é advertir que o formato do texto em artigo impõe alguns limites ao aprofundamento de algumas questões a respeito do seu tema, e isso foi levado em conta em nossa análise. Essa ponderação nos parece importante para que não seja atribuída responsabilidade indevida aos autores, já que tem de limitar intencionalmente a sua análise em função do formato textual que tem de adquirir a exposição em artigos científicos.

2 CAPITALISMO, TRABALHO E PRECARIZAÇÃO

Neste capítulo, buscaremos articular algumas temáticas que nos parecem centrais como referência para as análises que seguem nos capítulos seguintes e, portanto, para o exame direto do objeto no último capítulo. Elas apresentam a constituição do tecido social e histórico sobre o qual a questão da precarização aparece como fenômeno objetivo e pode ser teoricamente interpretado. Na verdade, trata-se, agora, de analisar as principais determinações que constituíram a atual fase do capitalismo e impuseram inflexões ao problema da precarização do trabalho, amparando-se, para isso, em autores de referência no assunto, sob uma visão crítica e abrangente. O intuito não é somente descrever a atual etapa do modo de produção capitalista, mas exatamente apresentar como o problema da precarização se relaciona com o capitalismo, e como os novos elementos caracterizam esse problema são resultado e mecanismo da dinâmica histórica e socioeconômica desse sistema.

2.1 O mundo do trabalho na atual fase do capitalismo

Ao longo de seu desenvolvimento histórico o capitalismo experimentou diferentes regimes de acumulação⁶, modos de regulação⁷ e formas de produzir, que foram se metamorfoseando a depender de aspectos políticos, econômicos, históricos e geográficos. Numa formação social, antigas formas de trabalho convivem com as novas formas correspondentes, se efetivam mediante processos não-lineares e se articulam num todo heterogêneo, hierarquizado, dinâmico e complexo. As mutações internas do capitalismo se dão a partir de avanços e recuos em coexistência e sempre são implicadas pelas condições da luta de classes; elas dizem respeito à necessidade do capital de eliminar barreiras que suas próprias leis

⁶ O “regime de acumulação” significa “as instituições sociais com responsabilidade direta pela reprodução do processo de valorização do valor (produção e apropriação privada do excedente econômico) em um contexto histórico dado. Usualmente, o regime identifica-se com os sistemas empresariais derivados do cruzamento dos diferentes modelos organizacionais de controle do trabalho, das formas de contratualização de força de trabalho e da base tecnológica das empresas” (BRAGA, 2012, p. 22).

⁷ Ruy Braga entende que o “modo de regulação” significa “o complexo social formado pelas instituições com responsabilidade direta pela reprodução [...] dos conflitos inerentes às relações sociais de produção capitalistas. Usualmente, essas instituições organizam-se em torno da normalização global das relações capital-trabalho (legislação trabalhista, previdência pública), e controle dos sindicatos e dos mercados (interno e externo) de trabalho” (2012, p.22).

internas e inseparáveis criam para a sua expansão continuada, a qual constitui sua natureza (MARX, 2013). Por maiores que sejam as diferenças temporais e espaciais da forma assumida pela produção capitalista, a sua substância é invariável, qual seja, a subordinação do trabalho pelo capital mediante as relações de compra e venda da força de trabalho, no espaço do mercado, mediante a fixação de distintas formas de jornada, contrato e salário.

A atual configuração do trabalho está ligada à presente fase do capitalismo, que, no seu processo de evolução, atingiu o último quarto do século XX em um processo de mundialização (CHESNAIS, 1996) sem precedentes. Essa etapa, fortemente marcada pela financeirização da economia, está atrelada a um projeto sociopolítico de cunho neoliberal que, por sua vez, materializa-se mediante uma reconfiguração da produção e das funções do Estado, com vistas a repor condições de auto-expansão incessante ao capital, sob hegemonia do capital financeiro. O capitalismo encontra-se, assim, em um novo patamar, que foi denominado de formas distintas por distintos autores: capitalismo sob “regime de acumulação flexível” (HARVEY, 1992), “capitalismo flexível” (SENNET, 1999), capitalismo em “regime de acumulação sob dominância financeira” (CHESNAIS, 1996), dentre outros.

Essa nova dinâmica do capitalismo está ligada especificamente à materialização das tentativas e respostas desse sistema para a retomada de seus índices de crescimento e produtividade que foram abalados a partir da década de 1970, especialmente a partir da crise do petróleo de 1973, que se mostrou, em pouco tempo, mais uma crise geral do capital. As crises gerais se mostram, desde o tempo de Marx (apesar das mudanças na forma de manifestação delas), como momentos de rupturas importantes na história e na dinâmica do capitalismo; mas, ao invés de destruir o sistema⁸, elas articulam processos de retomada das condições de lucratividade do capital, dando início a um novo ciclo de acumulação. A crise dos anos 1970 impulsionou a desestruturação da hegemonia do regime fordista e do chamado Estado de “bem-estar”. Levando isso em conta, o sociólogo Ricardo Antunes argumenta que:

[...] a *resposta capitalista* a essa crise procurou enfrentá-la tão-somente na sua superfície, na sua dimensão *fenomênica*, isto é, reestruturá-la sem transformar os pilares essenciais do modo de produção capitalista. Tratava-

⁸ O problema dos impactos ideológicos da crise do capitalismo constitui um tema de importante debate no interior do marxismo. Sobre isso, ver (ARCARY, 2009).

se, então, para as forças da Ordem, de reestruturar o padrão produtivo estruturado sobre o binômio *taylorismo* e *fordismo*, procurando, desse modo, repor os patamares de acumulação existentes no período anterior, especialmente no pós-45, utilizando-se [...] de *novos* e *velhos* mecanismos de acumulação (ANTUNES, 1999, p. 36, grifos do autor).

O cenário de crise, de queda do preço das mercadorias, subconsumo, fechamento de empresas, quebra de economias etc. produziu um enorme contingente de novos trabalhadores desempregados, aumentando o volume do exército industrial de reserva, mecanismo funcional ao capital para a redução dos seus custos de produção e reprodução, na medida em que impacta violentamente no nível dos salários. Tal cenário também exigiu uma reestruturação econômica, com mudanças significativas no mercado de trabalho, na organização e na divisão do trabalho, na relação entre o patronato e os sindicatos, na força política das organizações dos trabalhadores e, evidentemente, no conjunto de relações sociais implicadas (HARVEY, 1992, p. 140).

A reestruturação do capital que sucedeu à sua crise minou as bases de uma relação entre capital e trabalho em que o aparato jurídico-político do Estado se apresentava, ainda que relativa e limitadamente, como elemento obstaculizador ao impulso voraz do capital em explorar ao máximo a força de trabalho, mediante o reconhecimento (forçado pela luta de classes) do seu papel enquanto instância pública na garantia de diversos direitos sociais e do trabalho. Diante da ofensiva neoliberal que patrocinou a repressão aos sindicatos e mobilizações sociais e efetivou a retirada de direitos na maior reformulação das funções sociais do Estado capitalista já vista, o polo do trabalho passa a posicionar-se defensivamente sob o enfraquecimento de seu poderio representativo (BIHR, 1998) e político. De maneira especial, o capital buscou reagir através do ataque ao trabalho do tipo fordista, ao Estado keynesiano e aos direitos sociais e trabalhistas conquistados pelos trabalhadores ao longo do século XX, pois esta conjunção era tida como a principal causa da crise⁹.

⁹ É evidente que as inúmeras transformações ocorridas não trilham um único caminho; pelo contrário, é possível identificarmos diferenças acerca da forma com que essas mudanças ocorreram nos países capitalistas centrais. Tais diferenças têm relação com o movimento histórico-político de cada país, capaz de determinar a maneira com que tais mudanças se apresentaram. Um exemplo disso foi a filiação de países como EUA e Inglaterra a um liberalismo bastante ostensivo de um lado, e a tentativa de países como Alemanha e Japão de manterem uma certa regulação com apelo nacional, de outro (MATTOSONO, 1995, p. 70). Apesar da heterogeneidade com que essas mudanças ocorreram nos diversos países capitalistas, é possível

Assim, o economista britânico David Harvey aponta algumas das características centrais do período turbulento a que denominou de *acumulação flexível* nos seguintes termos:

o trabalho organizado foi solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexível em regiões que careciam de tradições industriais anteriores [...]. A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego “estrutural” (em oposição ao “friccional”), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do regime fordista. (HARVEY, 1992, p.141)

A extensa força de trabalho surgida a partir das demissões em massa dificultou o processo organizativo dos trabalhadores, pois diminuiu o número de operários em atividade e os tirou do espaço em que se concentravam: a fábrica. O trabalho se desorganizou e se desconcentrou. Isso fez com que os empregadores passassem a colocar na ordem do dia os contratos de trabalho flexibilizados, iniciando uma significativa reestruturação no mercado de trabalho, com desdobramentos que atingem as próprias relações de trabalho.

Harvey assinala que a estrutura do mercado de trabalho em tempos de acumulação flexível se constitui a partir de um grupo central de trabalhadores estáveis (bastante reduzido) – que possuem maior qualificação, segurança e direitos no trabalho –, com novas exigências ao seu perfil profissional como a adaptação, flexibilidade e em alguns casos, mobilidade geográfica. Ao trabalhador estável, situado no grupo central, exige-se maior qualificação e polivalência. Essas exigências têm relação com o saber lidar com as novas tecnologias inseridas no interior da produção (dados e comandos informatizados etc.) e com o manuseio – diferentemente do fordismo – de diversas máquinas e operações simultâneas.

Na periferia dessa estrutura se situam dois grandes grupos. O primeiro é marcado pelo trabalho em tempo integral, mas pouco especializado, logo, um grupo de fácil reposição no mercado e, pela sua incapacidade de construir carreira, um grupo de alta rotatividade. O segundo se caracteriza pelo trabalho em tempo parcial, empregados casuais, recrutados mediante contrato por tempo determinado, temporários, subcontratados. Esse grupo cresceu substantivamente a partir dos

afirmar que elas alteraram o núcleo do trabalho produtivo, bem como do trabalho que se relaciona indiretamente com a produção.

anos 70 e é marcado, como dito, por ser o grupo de maior insegurança no trabalho (HARVEY, 1992).

É importante notar que esse processo de rupturas no interior do modo de produção capitalista não ocorre de forma absoluta, sem continuidades. Na verdade, em seu desenvolvimento, diversas empresas fecharam, outras conseguiram organizar a produção de maneira flexível e outras foram obrigadas a combinar focos de flexibilização com aspectos do fordismo, em níveis variáveis a depender do contexto particular de cada processo. A corrida pela flexibilização e pela inovação tecnológica é amplamente impulsionada pela intensa concorrência entre empresas no contexto da crise.

A dispersão geográfica das empresas resultante do processo de procura de mercados específicos ocasionou uma maior concentração de poder a partir de novas grandes fusões e várias diversificações corporativas entre empresas em disputa. Isso ocorreu, pois, em um ambiente de concorrência, onde as informações atualizadas, precisas e as rápidas tomadas de decisão se tornaram centrais para a obtenção de lucros, as grandes empresas que estão organizadas melhor nesses aspectos, têm larga vantagem se comparadas às pequenas. Podemos dizer, portanto, que a reação capitalista à crise dos anos 1970 acionou amplamente os recursos da centralização de capitais (MARX, 2013).

Essas fusões e diversificações corporativas – possíveis pela desterritorialização da produção – geraram uma ampla cadeia produtiva em que, por vezes, “muitos dos empregados das 500 maiores empresas norte-americanas segundo *Fortune* hoje trabalham em linhas de atividade sem relação alguma com a linha primária de negócios com que sua empresa está identificada” (HARVEY, 1992, p.150). Isso ocorre porque as empresas realizam subcontratações, interligando pequenas atividades produtivas, realizadas por pequenas firmas, à produção em larga escala – realizada pelas grandes corporações – delegando a “terceiros” algumas atividades produtivas que antes era de sua responsabilidade. Esses grandes monopólios acabam por externalizar os seus custos, repassando a outras empresas menores a efetivação da produção – através de diversas atividades de menor porte. Entretanto, o controle da totalidade da produção se mantém em posse do monopólio¹⁰.

¹⁰ Sobre a desterritorialização dos monopólios japoneses: em 1990, haviam 3.500 unidades

Dessa maneira, verificamos diversas mudanças no interior do processo produtivo como: formas de acumulação flexível, formas de gestão organizacional, avanço tecnológico, de alternativas ao modelo taylorista-fordista, onde conquistou destaque especial o “toyotismo” ou modelo japonês (ANTUNES, 1999; ALVES, 2000). Essas respostas foram geradas a partir da própria concorrência intercapitalista e pelo caráter contraditório do capital, que buscava estabelecer o controle das lutas operárias desse período.

É nos anos de 1980 que o toyotismo conquista poder ideológico capaz de estruturá-lo em nível universal¹¹. Tal projeção se deu devido a sua utilização com bastante sucesso na indústria manufatureira do Japão. Para Alain Bihr (1998), a fábrica toyotizada está baseada na “produção difusa”, “produção fluida” e “produção flexível”. A produção difusa se constitui pelo impulso à utilização de trabalhadores terceirizados e subcontratados, trabalho domiciliar, por peça e do trabalho ilegal. Cria-se então, uma espécie de “rede de colaboradores” para a produção que se “externaliza” do espaço fabril por meio de forte apelo ao trabalho temporário por parte da empresa enxuta.

A produção fluida tem relação com a “informatização dos fluxos produtivos” e “equipes polivalentes/sistema de máquinas automatizadas (e, portanto, também polivalentes)”. Ocorre aqui um “abandono dos postos fixos e especializados”. O operador ganha mobilidade e capacidade de iniciativa. Em outras palavras, “ganha certa ‘polivalência’ (pois é preciso intervir em diversos tipos de materiais) e certa ‘poliatividade’ (mesclando tarefas de fabricação, de discussão, de manutenção trivial, até mesmo, de gestão produtiva)” (BIHR, 1998).

Já a “produção flexível” implica no ajuste produtivo a uma demanda que pode variar em termos de quantidade e forma. É necessário que a produção esteja apta a se moldar de acordo com a variação da demanda e sua diversidade com fins de evitar quaisquer “desperdícios”. A flexibilidade na produção também tem

produtivas no Japão, em 2002 esse número caiu para 1.000. Muitos desses monopólios migraram para a China. Os Estados Unidos também protagonizaram essa desterritorialização: em 1982, as suas multinacionais do ramo automotivo já possuíam suas principais matrizes de produção no México (BRAZ; NETTO, 2011, p. 226).

¹¹ Cabe aqui registrar que essa universalidade não é absoluta nos países centrais e, sobretudo, nas economias periféricas. O Brasil é um exemplo de descontinuidades. Optamos pela discussão acerca do toyotismo, pois entendemos que ele carrega, em grande parte, determinações importantes para a compreensão do mundo do trabalho hoje. Além disso, alguns de seus princípios extrapolam o âmbito do trabalho produtivo, do chão de fábrica, e invadem os serviços, hospitais e a administração pública. Logo, também incidem em locais de trabalho do assistente social.

implicações referentes aos contratos e salários dos empregados. A empresa enxuta incentiva a instabilidade no trabalho, possível através da precarização deste – flexibilização de contratos e desregulamentação de direitos. Faz isso com intenção de contratar assalariados parciais e/ou temporários. A flexibilidade dos salários implica a adoção de mecanismos que adéquem o salário a níveis de produtividade individual indicados pela empresa, gerando um clima permanente de concorrência entre os empregados (ALVES, 2011, p.48-51).

O desenvolvimento de um novo padrão tecnológico, possível mediante a dura concorrência inter-capitalista, seus princípios flexíveis de gestão e controle da força de trabalho com vistas à intensificação do trabalho e eliminação dos “tempos mortos” acabaram por fragmentar e diversificar o mundo do trabalho, incidindo diretamente na segurança do trabalho (*labour security*), desenvolvidas no período do pós-guerra. Assim, para Mattoso (1995, p. 77), esse processo caminhará para uma crescente insegurança do trabalho, que se expressaria em níveis distintos: “*insegurança no mercado de trabalho, insegurança no emprego, insegurança na renda, insegurança na contratação e insegurança na representação do trabalho*”.

A quebra do compromisso keynesiano referente ao pleno emprego operada pelos sucessivos governos neoliberais¹² ao redor do mundo resultou em uma elevada oferta de trabalhadores ao mercado de trabalho implicando em índices bastante altos de desemprego¹³. O trabalhador em geral vê-se diante do mercado sem saber se pertence ou não a este, diante de inúmeras exigências de qualificação e características de personalidade impostas, bem como se depara com um mercado bastante restrito se comparado ao período anterior.

As mudanças em torno da relação entre patrão e empregado, operadas de modo unilateral pelos primeiros, e articulada às inúmeras facilidades postas por

¹² No caso inglês, Antunes aponta que a “nova agenda” de cunho neoliberal preconizava: a privatização de praticamente tudo que estava sob controle estatal; a redução ou mesmo extinção do capital estatal produtivo; desenvolvimento de uma legislação com forte cunho desregulamentadora em relação às condições de trabalho e flexível em relação aos direitos sociais; a aprovação parlamentar de medidas restritivas em relação à atividade sindical (p. 66-67, 1999)

¹³ Segundo Mészáros (2008), o número de desempregados nos países centrais já ultrapassa a espantosa marca de 40 milhões. Desses, 20 milhões estão situados na Europa. Na Índia, país em constante crescimento nos últimos anos, essa marca chega a 336 milhões de desempregados. Isso sem falar de outras centenas de milhões de trabalhadores que estão submetidos a condições precárias de trabalho – com baixos salários, contratos temporários e débil (ou nenhuma) representação sindical.

governos neoliberais aos patrões para demitirem, utilizarem trabalhadores em tempo parcial, realizar cortes de direitos trabalhistas adquiridos, instauraram um clima – variável a depender de cada realidade nacional – de instabilidade em torno do emprego, de sua garantia. Diferentemente do período keynesiano em que o trabalhador sabia que possuía um emprego estável, agora, esse trabalhador que conseguiu inserir-se no mercado de trabalho vê-se sujeito a abandoná-lo ao término de seu contrato parcial, ou de uma demissão repentina e sujeitar-se ao desemprego. A instabilidade em torno do emprego pode ser observada mediante uma progressiva redução dos empregos de caráter permanente e um crescimento de contratações de cunho temporário, *part-time*, trabalho a domicílio, estagiários, aprendizes, dentre outros (ANTUNES, 1999, 2005, 2008).

Essa mudança de eixo em torno da maneira como se contrata nos revela o questionamento das medidas adotadas anteriormente (no período fordista) que padronizava o emprego. Tais modalidades de emprego são bastante heterogêneas entre si, variam em relação à recuperação de formas antigas ou criação de novas formas, bem como se assentam mediante necessidades específicas do capital e da inserção de novas tecnologias na produção. O trabalho doméstico e o trabalho independente, por exemplo, que podem ser considerados formas pretéritas de trabalho, acabaram sendo recuperados pelo capital nesta sua fase de crise, mas também, se relacionam com a crescente terceirização entre empresas e incorporação de novas tecnologias ao processo de trabalho, tornando possível e imperativa a realização do trabalho à distância. A necessária recuperação desse tipo de trabalho acaba por dissolver, nesses casos, o habitual ambiente de trabalho que concentrava trabalhadores num mesmo local.

As demais formas de emprego, apesar de já existirem, possuíam uma baixa expressão quando comparadas à totalidade dos empregos do período do pós-guerra. No período que estamos a analisar, elas foram expandidas pela necessidade das empresas de flexibilização, para, assim, reduzirem os seus custos com o trabalho, medida essa adotada para sobressaírem-se diante da feroz concorrência nacional e internacional a que estavam submetidas.

O contexto de desregulamentação do mercado de trabalho e de crescimento do trabalho eventual e de caráter precário produziu, enquanto desdobramento, a condição de que a renda do trabalhador passou a se constituir enquanto algo variável, flexível, a depender da situação econômica e das necessidades momentâneas da empresa. Se no período do pós-guerra o salário estava atrelado

aos níveis de produtividade do trabalhador, agora, sobretudo, a partir da década de 80, o hiato salário-produtividade é desfeito, no instante em que o aumento da produtividade não acompanhou o aumento dos rendimentos dos trabalhadores. Ao contrário, foi possível perceber o crescimento abrupto da desigualdade social (cf. MATTOSO, 1995, p. 93).

O avanço da flexibilização/precarização em torno do mundo do trabalho não alterou apenas as regulações do trabalho, seu controle e organização, mas alterou significativamente a composição da classe trabalhadora em suas segmentações, particularidades e diferenciações (ANTUNES, 2008). Tal diversificação e fragmentação dos trabalhadores nos dias de hoje fez com que Antunes (1999) sugerisse o termo “classe-que-vive-do-trabalho”¹⁴ para referir-se a esse enorme contingente de trabalhadores, agora tão diversificado. Outro elemento importante foi a redução do proletariado fabril que, no período do pós-guerra, notabilizou-se pela sua estabilidade. Tal fato se deve justamente à crescente flexibilização, desterritorialização das indústrias, crescimento do desemprego, dentre outros elementos que estão embutidos nos princípios toyotistas de gestão do trabalho. Ao mesmo passo em que ocorre a redução do proletariado fabril estável, verifica-se um crescimento de postos de trabalho terceirizados, temporários, subcontratados, ou seja, trabalho precário, que se expande desmedidamente ao redor do mundo¹⁵.

A respeito dos segmentos que compõem a classe do trabalho, é possível afirmar que ocorre um processo de exclusão de jovens e idosos do mercado de trabalho. Os primeiros, sob alegação de que não possuem experiência profissional e/ou poucas especializações tem enorme dificuldade para conseguir o seu primeiro emprego. Os segundos sob alegação de que a idade avançada não compõe o perfil de trabalhador que se espera, também são impossibilitados para o trabalho. Muitos deles, inclusive, não precisam nem chegar á idade de 60 anos, pois podemos verificar casos de trabalhadores com idade a partir de 40 anos que, ao perderem seu

¹⁴ O autor em questão tem pretensão de “ênfatisar o sentido atual da classe trabalhadora” conferindo a esta ares contemporâneos e amplitude à classe trabalhadora nos dias de hoje (ANTUNES, 1999, pp.101-102).

¹⁵ Tais modalidades de trabalho, inicialmente, eram ocupadas por trabalhadores imigrantes em diversos países (*lavoro negro* na Itália, *gastarbeiters* na Alemanha, *chicanos* nos EUA, *dekasseguis* no Japão, dentro outros). No entanto, no contexto de reestruturação do mundo do trabalho, diversos trabalhadores outrora situados no núcleo estável do trabalho especializado da era taylorista/fordista, passam também a integrar esse grande núcleo do trabalho precário (MATTOSO, 1995; ANTUNES, 2005).

emprego por demissão, encontram grande dificuldade para o reingresso no mercado de trabalho (ANTUNES, 2005).

Podemos verificar também o crescimento da absorção da força de trabalho feminina, tanto no espaço fabril quanto no chamado setor de serviços¹⁶. Esse crescimento ocorre em formatos de trabalho de cunho temporário, precarizado e sem regulamentação¹⁷. Outro elemento importante de ressaltar é que o aumento da força de trabalho feminina não vem acompanhado de um crescimento ou equiparação de seu salário, se comparado aos dos homens (ANTUNES, 1999, 2005; HIRATA, 2009). Ainda existe uma diferença significativa entre rendimentos diretos e indiretos de homens e mulheres que realizam as mesmas funções¹⁸.

Outra expressão de desequilíbrio na divisão sexual do trabalho forjado pela reestruturação produtiva é uma maior presença de trabalhadores homens realizando atividades de planejamento e concepção no interior da fábrica. Em geral, se concentram em áreas de trabalho operando em máquinas com tecnologias mais avançadas, núcleos de trabalho com maior valorização e de utilização maior de conhecimentos técnicos. Às mulheres cabe a presença em ramos de atividade que necessitam menor qualificação, menos complexas, ao passo que são mais intensas. Aqui, ocupam núcleos de trabalhos manuais, caracterizando o seu trabalho pela rotinização do processo, ou seja, trabalhos repetitivos. Essa discriminação de tarefas no trabalho produtivo, não se baseia apenas a partir do sexo, pois, negros/as e imigrantes também compõem esse grupo de trabalhadores que realizam atividades de menor qualificação e maior intensidade (NOGUEIRA, 2004).

Pudemos perceber ao longo desse tópico a maneira pela qual as relações de trabalho foram se metamorfoseando nas últimas décadas, em um contexto de tentativas do capital de reestruturação. O cenário atual do mundo do trabalho revela

¹⁶ O crescimento do trabalho feminino fez com que ele represente, atualmente, cerca de 40% da força de trabalho em diversos países centrais. No caso do Reino Unido, a força de trabalho feminina chegou a superar a masculina em sua composição geral (ANTUNES, 2005, p. 29). De acordo com Nogueira, há um crescimento do trabalho feminino desde a década de 60 que se manteve mesmo em período de crise, nos anos 80. Por outro lado, o trabalho masculino nesse período mencionado ou permaneceu imóvel ou caiu (NOGUEIRA, 2004).

¹⁷ Em pesquisa realizada em 1996, dos 16,4% de empregos parciais gerados, houve um crescimento de 31,6% sobre o trabalho feminino e 5,5% sobre o masculino. Já no período de 1983-1998, os empregos criados com salários baixíssimos foram 267 para homens e 931 para mulheres. Empregos com salários baixos foram 26 para homens e 184 para mulheres. Na União Européia, a taxa de mulheres com trabalho em tempo parcial alcança 81% (NOGUEIRA, 2004).

¹⁸ Na Europa, essa diferença varia, a depender do país, entre 10 e 30% (NOGUEIRA, 2004).

uma diversidade bastante grande de elementos importantes para a sua análise. As características mais gerais referentes à sua organização, regulação e controle sofrem algumas inflexões importantes ao mesmo tempo em que se articulam com características passadas. Discutiremos a seguir como o trabalho se configura no Brasil, sobretudo, as suas modificações verificadas a partir da década de 90.

2.1.1 Realidade do trabalho no Brasil

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil ocorreu de forma bastante tardia, a partir da Primeira Guerra Mundial¹⁹ e ao longo do intempestivo século XX. Entre 1914 e 1930, no entanto, esse processo ocorreu “sem participação e à revelia das autoridades governamentais” (BRUM, 1983, p.51). É sob os impactos da crise de 29 (ruptura nas trocas internacionais, desvalorização do café) e a partir da Revolução de 30, que marca a chegada de Getúlio Vargas ao poder, que se dá início à política de “substituição de importações” e de incentivo, sob comando central do Estado, da industrialização focalizada na região Sudeste e no intuito de fortalecer a indústria de base. Até então, a dinâmica acumulativa do país girava em torno do cultivo do café e outros produtos agrícolas (como o algodão), de base exportadora, no qual a indústria propriamente dita possuía um papel coadjuvante.

Os dois posteriores passos em direção ao fortalecimento da indústria como centro dinâmico da economia do país ocorreram a partir de 1950, com o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek e a partir do Golpe de Estado de 1964. O projeto nacionalista de Vargas fora derrotado, mas os impactos sociais de seu suicídio frustraram os interesses estrangeiros em estabelecer o comando do aparelho de Estado através das Forças Armadas já em 1950 (BRUM, 1983, p.60-65). Não obstante, o desenvolvimento da indústria no país não se daria mais sem a concorrência com o capital estrangeiro, que assume o comando do processo, assentado no setor de bens de consumo duráveis, onde despontavam os

¹⁹ “Aproveitando as condições favoráveis criadas pelo conflito, particularmente a dificuldade de importar do exterior produtos industrializados, bem como os excedentes de capital oriundos da crise do café e a existência de um crescente mercado interno, são criados, no país, 5.940 estabelecimentos industriais, no período de 1914 a 1919, isto é, em apenas cinco anos. No mesmo período o valor da produção industrial cresce 109%, em termos reais. Nos 25 anos anteriores (1890-1914), o número de indústrias criadas não chegara a 7.000. Graças ao impulso industrial criado a partir do conflito mundial, o recenseamento de 1920 já registrava a existência de 13.336 estabelecimentos industriais, com um total de 275.512 trabalhadores, nos país” (BRUM, 1983).

eletrodomésticos, eletroeletrônicos e automóveis (BRUM, 1983, p.55-62), aprofundando a “desnacionalização” da indústria. O esgotamento desse modelo se combinou com a fratura entre o projeto nacionalista pelas Reformas de Base (reformas tributária, fiscal, educacional, agrária etc.) e as forças conservadoras, as quais saíram vitoriosas com o Golpe de 1964 e acentuaram o modelo dependente “associado” e concentrador adaptado aos desígnios do capital estrangeiro estadunidense e sob as garantias de lucratividade com força de trabalho desvalorizada e sob controle, afinal o poder sindical e partidário dos trabalhadores fora arrasado pela repressão (BRUM, 1983, p.70-74). Tal padrão de acumulação possibilitou diversos momentos de expansão econômica e crescimento de taxas de acumulação, especialmente até 1974 (o período entre 1968-1973 chegou a ser conhecido como uma fase do “milagre econômico”).

Apenas após a queda da Ditadura Militar (1964-1985) e a longa “década perdida” do anos 80, no Governo Sarney esse padrão acumulativo começa a sofrer algumas mudanças importantes. Passou-se a inserir no interior do processo produtivo novas tecnologias e padrões organizacionais – com destaque para a indústria automotiva que fora pioneira na introdução de novos modelos. Mesmo que em velocidade lenta, podemos dizer que a economia do país passou a sentir os efeitos de um processo de reestruturação produtiva que já atingia diretamente os países centrais através de seus respectivos governos neoliberais. Em outras palavras, o país começa a tomar conhecimento do seu papel na nova divisão internacional do trabalho que estava se constituindo e das novas condições de competitividade no capitalismo mundializado (ALVES, 2000).

Dessa forma, numa primeira fase as empresas passaram a consumir tecnologia microeletrônica, a utilizarem programas de qualidade total, equipes de trabalho, o sistema *just-in-time*, *kanban*, CCQ (Círculos de Controle de Qualidade,) no interior do processo produtivo. Além de novos padrões de organização e tecnologia, as empresas também buscaram alcançar a adesão dos trabalhadores ao seu projeto mediante métodos supostamente mais “democráticos” de “gestão” da força de trabalho, os quais visavam garantir a participação desses trabalhadores nos planejamentos empresariais (ALVES, 2000). A reestruturação produtiva, em seu início, nas empresas brasileiras, buscou centralmente: 1) enxugar os seus “custos”, mediante a demissão de diversos trabalhadores, reduzindo, assim, a força de trabalho em atividade; 2) impulsionar a sua produtividade através desses novos

sistemas de produção e novos padrões organizacionais e tecnológicos; e 3) fomentar formas de envolvimento dos trabalhadores nos planos das empresas, enquanto uma necessidade dar resposta ao crescente movimento sindical que se articulava nas empresas pelo país afora (ANTUNES, 2006).

Se, nos anos 80 foi possível sentir os primeiros impulsos da reestruturação produtiva no Brasil, ainda que de forma parcial, é nos anos 90 que esse processo ganha força e intensidade (ALVES, 2000). Na prática isso significou que os mecanismos, tecnologias e modelos gerenciais mais modernos, como o sistema *just-in-time/kanban*, gestão de produção por células de trabalho, CCQ etc., passam, a partir desse marco temporal, a ser implantados com maior veemência pelas empresas aqui instaladas. Além disso, o processo de terceirização e de “flexibilização” dos contratos de trabalho (subcontratação, regime de trabalho temporário etc.) também ganharam corpo no período em destaque (ALVES, 2000).

Em grande medida, as filiais nacionais de grandes corporações internacionais foram obrigadas a adequar-se aos preceitos postos em torno da necessidade de uma reengenharia da produção. Um movimento que tem relação com essa concorrência internacional acirrada foi o deslocamento de alguns setores produtivos do espaço geográfico situado no eixo sul-sudeste em direção ao nordeste e cidades menores²⁰. A motivação para essa descentralização da produção operada por essas empresas foi justamente a necessidade de consumo de uma força de trabalho de custo menor e as ofertas de abonos fiscais e tributários mediante os quais estados e municípios passaram a concorrer por investimentos em sua região.

Os princípios da fábrica toyotizada como o da “produção enxuta” (*lean production*) e receituários de cunho flexível passam a se inserir na forma de organizar, gerir e controlar o trabalho no Brasil, passando a conviver com o fordismo brasileiro que, até então, caracterizava o regime produtivo nacional e, nesse momento, passou a mesclar-se com características do padrão acumulativo flexível e do toyotismo (ANTUNES, 2006).

²⁰ Tal deslocamento pode ser verificado no setor de calçados, por exemplo, que migrou da região de Franca, em São Paulo e Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, para os estados do Ceará e Bahia. Outro exemplo foi o deslocamento de ramos produtivos como o metal-mecânico e eletrônico que saíram da região da Grande São Paulo em direção ao interior do estado como São Carlos e Campinas, ou para o interior de outros estados como Resende, no Rio de Janeiro e Juiz de Fora, em Minas Gerais (ANTUNES, 2006, p. 18).

O largo passo que caracteriza esse desenvolvimento de uma reestruturação da produção no Brasil nos anos 90 e que tem início a partir do governo Collor, efetiva as investidas mais firmes de cunho neoliberal mediante a implementação de políticas regressivas. No entanto, devido à instabilidade política e a crise econômica²¹ que permeou o seu mandato (1990-1993), as políticas de ajuste produtivo foram restritas e interrompidas. A crise econômica que se abateu sobre o país, de início, obrigou os donos de empresas a reduzirem os seus custos mediante demissões, redução de salários e jornada de trabalho. Essa crise também serviu de mote, na visão empresarial, para a urgente necessidade de reestruturar a sua produção. Aliada a isso, a liberalização comercial empreendida pelo governo Collor acarretou que a concorrência entre empresas, a nível nacional e internacional, fosse totalmente desregulamentada. Com isso, o ímpeto da reestruturação se acirrou ainda mais, pois as empresas nacionais precisavam absorver as inovações que já estavam se constituindo nos países centrais para poderem competir com as mesmas. Isso permitiu que nesse período pudessemos ver o crescimento das terceirizações, CCQ, e diversas tecnologias e princípios/métodos organizacionais flexíveis. Todavia, como salientamos anteriormente, a reestruturação produtiva no período do governo Collor acontece de forma ainda restrita. Um bom exemplo disso foi a incorporação de novas tecnologias baseadas na microeletrônica, que ocorreu de forma parcial, pois os investimentos feitos nesse sentido eram baixíssimos pela fragilidade da economia brasileira naquele instante, o que favorecia a insegurança de investimentos externos desse porte.

A reestruturação produtiva retoma o seu ímpeto a partir do Plano Real, em 1994, no contexto do governo de Fernando Henrique Cardoso que, não à toa, coincide com um novo ciclo de crescimento do país que ganhou forças através da instituição do Plano Real. Se o governo Collor apresentou medidas neoliberais e impulsos de reestruturação da produção de maneira restrita, no governo de Cardoso, a reestruturação produtiva é alavancada ao lado das (e mediante as) políticas neoliberais, que avançam de forma avassaladora.

²¹ Na data de 1990, o PIB nacional atingiu um dos níveis mais baixos de sua história desde 1981, chegando a -4,26%; em 1991 o PIB foi de 1,08%; em 1992 ele caiu 0,83% (ALVES, 2000); isso devido à tentativa do governo de estabilização macroeconômica e aumento dos juros mediante o Plano Collor que arremessou o país em uma recessão profunda.

Estamos nos referindo às diversas reformas empreendidas (Reforma do Estado, Administrativa, Tributária, Previdenciária), às diversas privatizações de grandes empresas estatais, abertura da economia²². Data também desse período a inserção de acréscimos nos rendimentos salariais atrelados ao nível de produtividade e lucratividade das empresas como no Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e o avanço do programa de qualidade total, sistemas produtivos *just-in-time/kanban*, avanço no processo de descentralização produtiva (terceirização), dentre outros (ANTUNES, 2006, p. 20). Além desses elementos apontados acima, que contribuem para o desenvolvimento de um padrão de acumulação flexível no Brasil, foi preciso forjar uma nova forma de regulação do trabalho, ou seja, transformar o arcabouço jurídico responsável pela formalização da relação entre capital e trabalho, em especial, a legislação trabalhista. Assim, em 1998 – de forma tardia, se comparado aos países europeus – instituiu-se a Lei do Trabalho Temporário (Lei nº 9.601/1998) que institucionaliza a flexibilidade na contratação de trabalhadores no país.

Todavia, falar sobre trabalho flexível no Brasil, não é nenhuma novidade. O mercado de trabalho nacional se caracteriza por esse aspecto mediante uma alta rotatividade de sua força de trabalho nas empresas, precarização dos empregos e dos baixos salários – mediante seus históricos “arrochos”. Foi nesse formato de mercado de trabalho que a economia brasileira desenvolveu seus setores produtivos até aqui (MATTOSO, 1995). Para Alves (2000), no entanto, o complexo de reestruturação produtiva que se ergue nos anos 90 necessita gerar um “novo tipo de flexibilidade do trabalho” (ALVES, 2000, p. 241) que termina por se sobrepor/conviver à forma flexível tradicionalmente conhecida do mercado de trabalho brasileiro. O que a diferencia qualitativamente é a maneira como essa nova forma consegue penetrar em setores de ponta da indústria, atingindo, assim, os trabalhadores mais especializados. Ela, de início, mediante o salário atrelado à produtividade e ao “convite” à participação operária no planejamento empresarial, instaura uma negociação entre capital e trabalho²³ e, em seguida, sujeita o

²² Para Alves (2000), o processo de liberalização econômica iniciado no governo Collor ganha continuidade no governo Cardoso. Neste governo, esse processo intensificou o atrelamento da economia nacional à mundialização do capital, pois buscava-se uma integração à nova lógica do capital a um nível global. Assim, a aposta na liberalização comercial serviu de propulsora da produtividade industrial tornando possível um avanço na acumulação de capital no Brasil.

²³ Um exemplo disso foi a discussão/negociação em torno do banco de horas/dias em substituição

trabalhador às exigências do capital por meio da derrubada de regulamentações ou entraves formais que protegiam o trabalho.

Como temos caracterizado, o Brasil sob orientação neoliberal da década de 1990 foi marcado pelo processo de reforma do Estado, privatizações e desestruturação do mercado de trabalho. Este último foi articulado a partir do surgimento de níveis massivos de desemprego²⁴; além do desemprego, observou-se uma diminuição de postos de trabalho formalizados, em um processo conhecido por desassalariamento; e por último, vimos sair de cena os postos de trabalho mais qualificados para a entrada de trabalhos precários (POCHMANN, 2006).

A precarização do trabalho no Brasil, na realidade, não é um fenômeno totalmente novo. Ela figura, nas palavras de Druck (2012), como um “velho e novo fenômeno”. “Essa nova precarização social do trabalho instala-se econômica, social e politicamente”, argumenta Druck (2012, p.37), “por meio de um processo que institucionaliza a flexibilização e a precarização modernas do trabalho, renovando e reconfigurando a precarização histórica e estrutural no Brasil”. Tal institucionalização referida diz respeito a uma dinâmica que articula as novas formas de organização do trabalho; novos papéis assumidos pelo Estado e pela política social; corrosão da legislação social e do trabalho; e o comportamento do movimento sindical e das organizações da sociedade civil. Esse conjunto de mudanças, preconizadas como inevitáveis pelos representantes do capital, conferiram um tom “moderno” à dinâmica de degradação estrutural do trabalho no país.

Outro elemento de novidade sobre esse tema é o caráter avassalador com que a precarização se generalizou. Atualmente, está presente nas regiões mais “desenvolvidas”, como a Sudeste, e nas regiões onde a marca da precarização já é uma “velha conhecida”, como a Nordeste; nos setores mais desenvolvidos, de ponta, bem como no trabalho informal desprotegido, trabalho autônomo e rural; no trabalho mais qualificado e nos menos qualificados (DRUCK, 2012).

ao pagamento de horas-extras aos trabalhadores – como tradicionalmente ocorria. Aqui, a flexibilização “de novo tipo” gira em torno da jornada de trabalho. Em um contexto em que o assombro do desemprego pairava em torno dos trabalhadores, diversos sindicatos e centrais sindicais acabaram cedendo a esse tipo de negociação coletiva por receio de perderem os seus empregos.

²⁴ Pochmann (2000) indica que entre a década de 80 e 90 o país perdeu cerca de 1,5 milhões de empregos no ramo manufatureiro. Além disso, infirma que em 1986 o país se encontrava em 13º lugar no *ranking* de desemprego mundial, representava cerca de 1,86% do desemprego do mundo. Já em 1999, o país já saltava para 3º lugar, representando uma porcentagem de 5,61% de desempregados do mundo.

Toda essa complexa dinâmica do mundo do trabalho na contemporaneidade impacta fortemente o trabalho de segmentos que atuam não somente em setores econômico-industriais, mas no conjunto das relações de trabalho, seja tendo como empregador, empresas públicas específicas ou o Estado em seus organismos diversos. Também o trabalho do assistente social é impactado, nas suas diferentes áreas de atuação, remodelando as suas formas de inserção no mercado de trabalho, as demandas desse mercado, suas formas de contratação e o perfil de profissional exigido. Paulatinamente, os seus espaços de trabalho vão assimilando princípios empresariais como trabalho por metas e quantificação de atividades; isso, somado à agudização da questão social e ao enxugamento do Estado, termina por conformar um quadro bastante complexo e adverso em torno do trabalho do/a assistente social.

A temática da precarização do trabalho vem sendo objeto de reflexão crescente por parte de estudiosos do mundo do trabalho há diversos anos. São diversas as interpretações produzidas que tentam descrever e analisar os novos contornos que o trabalho assume no mundo contemporâneo, as determinações desse processo e as implicações que as novas formas de gestão, organização e controle do trabalho geram nos trabalhadores. É importante destacar nesse momento que a investigação desse tema é bastante delicada devido à complexidade própria do fenômeno, às mudanças que ocorrem em velocidade espantosa e, sobretudo, às particularidades regionais, culturais e políticas de cada realidade a ser investigada. Nesse universo bastante diverso é bastante comum se deparar com alguma interpretação teórica que apenas se aplica a contextos particulares. Por outro lado, também é possível identificar elementos de continuidade que se apresentam de maneira geral em contextos distintos. Dito isso, partiremos agora para uma breve exposição de algumas teorizações que tem por finalidade explicar as transformações do mundo do trabalho, sobretudo, a partir da reestruturação econômica do capital a partir do final dos anos 70.

2.2 Formulações sobre a precarização do trabalho

A sociologia do trabalho francesa realiza pesquisas em torno do que se convencionou chamar de *precarização*²⁵ *socioeconômica* há muitos anos. No

²⁵ Segundo Hirata e Préteceille (2002), o termo precarização é utilizado bastante em pesquisas das

entanto, desde a segunda metade dos anos 1980 esse debate figura entre os seus temas mais importantes²⁶. Inicialmente, essa discussão orbitava em torno da chamada “exclusão”. Dessa maneira, dava ênfase a grupos e situações sociais em estados mais extremos, pois, do outro lado, encontravam-se os “incluídos”, ou seja, o operariado especializado, empregado e estável (HIRATA; PRÉTECEILLE, 2002). Estabelecia, dessa forma, uma verdadeira dicotomia entre os “inseridos”, que implicitamente indicavam não haver problemas “graves”, e os “não-inseridos”, cuja situação mereceria a atenção da pesquisa teórica. No entanto, segundo Hirata & Prêteceille (2002), o próprio desenvolvimento das pesquisas em termos de “exclusão” caminhou para um novo entendimento dessa questão, o qual apontava para a superação dessa dicotomia inclusão/exclusão. Nas palavras de Hirata & Prêteceille (2002, p.48),

o próprio desenvolvimento das pesquisas sobre a exclusão mostrou que era necessário enxergá-la não como uma linha de separação, mas como um processo cujas raízes se encontravam na fragilização de grupos ou de pessoas que dispunham de um emprego e de condições de vida até aquele momento consideradas satisfatórias. Daí originam-se as análises centradas na precariedade, precarização social e precarização do trabalho.

Em outras palavras, o trecho indica que o problema teórico fundamental à análise do fenômeno da exclusão não poderia ser a identificação das condições de especificidade e diferenças entre “excluídos” e “incluídos”, como se essa separação fosse um fato já dado, mas sim reconhecê-lo enquanto processo social abrangente e tirar disso as consequências necessárias. Esse movimento foi possível, no desenrolar dessa linha de raciocínio, em função do crescimento e generalização da flexibilização para o trabalho – em suas inúmeras modalidades –, e, sobretudo, por meio da terceirização, que acabou imprimindo uma aproximação entre os chamados “incluídos” e “excluídos”. Na origem desse movimento, portanto, se encontra o fato de que o mundo do trabalho passou a se desestabilizar, fazendo com que o tipo de emprego da era fordista – marcado pelo forte poder sindical, partidário e popular que matinha direitos do trabalho e proteção social – passasse a ser reduzido,

áreas de economia e sociologia nos primeiros anos da década de 80. Entretanto, o artigo que utilizou o termo de forma pioneira pertence a Jacques Magaud e é intitulado *Vrais et faux salariés*, no ano de 1974. O artigo tinha como tema o crescimento do emprego precário no setor público francês.

²⁶ Em grande parte devido ao crescimento do desemprego massivo, aumento da pobreza, de pessoas sem teto e da crescente precarização do trabalho verificada.

ocasionando a fragilização dos trabalhadores, até aqui, estáveis²⁷. Assim, conforme Hirata e Prêteceille (2002), houve um crescimento de pesquisas que centravam a sua atenção em torno da *precariedade*²⁸, *precarização social* e *precarização do trabalho*.

Como explica Druck (2011), a *precarização social* é um fenômeno *multidimensional*, que incide sobre a vida dentro e fora do ambiente de trabalho, capaz de assimilar diversas esferas (econômica, social, política, cultural) bem como incidir em níveis macro, microssocial e individual; configura-se enquanto fenômeno mundial, todavia está permeado de especificidades, tanto relativos a contextos nacionais e regionais, como também relativos a gênero, etnia, geração, segmentos de classe etc. Cabe-nos destacar, então, quais dimensões, tipos ou aspectos que a precarização social assume no entendimento de Druck (2011):

- a) O primeiro tipo seria a *precarização dos vínculos e das relações contratuais*, que diz respeito aos níveis salariais, aos direitos do trabalho, aos benefícios sociais, à potencialização da insegurança no trabalho, configurando, em suma, a precarização do emprego e do mercado de trabalho;
- b) o segundo tipo se refere à *precarização da organização e das condições de trabalho*, que abrange o aumento dos ritmos e intensidade do trabalho, a pressão relativa ao tempo, metas inatingíveis, alongamento da jornada de trabalho, polivalência, sobrecarga, entre outros mecanismos que acabam por conduzir o trabalhador a um processo de auto-aceleração;
- c) o terceiro tipo é a *precarização das condições de segurança no trabalho*, ocasionando uma maior exposição aos riscos no ambiente de trabalho, a sujeição – em função da precarização do mercado de trabalho – a condições impróprias, o aumento dos ritmos de trabalho em contradição

²⁷ Segundo (DRUCK; FRANCO, 2008), o livro *As metamorfoses da questão social* de Castel (1998), foi um marco na superação da dicotomia apresentada. Segundo as autoras, a partir daí consolidou-se a idéia de que a precarização do trabalho e o desemprego fazem parte do processo de reestruturação da produção, e que a flexibilização é elemento central no interior dessa dinâmica.

²⁸ Alves assim distingue precarização de precariedade: “Precarização é um processo histórico-social de perda de vínculos sociais com a produção do capital. É um deslocamento no espaço-tempo da condição de proletariado. [...] Precariedade é uma condição histórico-ontológica de instabilidade e insegurança de vida e de trabalho (2007, p. 104).

com os biorritmos humanos que acabam por gerar diversas doenças (casos de LER/DORT, assédio moral, transtornos mentais, síndrome de *burnout*), assim como suicídios;

- d) o quarto tipo de precarização apontado pela autora trata da *precarização do reconhecimento, da valorização simbólica, do processo de construção das identidades individual e coletiva* – aqui Graça Druck aponta que a insegurança imposta ao trabalho, mediante sua precarização, implica na desvalorização do trabalhador, aprofunda o processo de reificação das relações (complexificando a alienação do trabalho/trabalhador), da descartabilidade humana, dos sistema de valores, da ética, da dignidade humana, e da auto-estima; e, por último,
- e) o quinto tipo apontado é o da *precarização das condições de representação e de organização sindical*, o qual tem relação com a fragilização da capacidade política dos trabalhadores em função da desestabilização e desestruturação dos seus instrumentos representativos, os sindicatos, e Druck ainda acrescenta que a terceirização é elemento importante que conduz a esse efeito no que tange à fragmentação/segregação entre os trabalhadores, bem como ao enfraquecimento dos sindicatos pelas inúmeras novas categorias profissionais que possuem o seu próprio sindicato e, muitas vezes, atuam de forma competitiva entre si (DRUCK; FRANCO, 2008, p.2-6).

Segundo Antunes (2008), nos dias de hoje a classe trabalhadora encontra-se inserida em um movimento pendular: de um lado, poucos trabalhadores encontram-se empregados em níveis de intensidade bastante altos e do outro lado, cada vez mais trabalhadores não encontram trabalho, fazendo com que busquem qualquer tipo de atividade remunerada, em todo tipo de condição. Isso faz com que nos deparemos com uma crescente tendência de precarização do trabalho que se manifesta em todo o mundo, com o aspecto do desemprego estrutural se configurando enquanto sua manifestação mais nefasta. Nos países centrais é possível afirmar um processo de definhamento do chamado *welfare state*, com a precarização e o desemprego em constante crescimento, nos países periféricos – esse que já sentem na pele essa realidade há muito tempo –, verifica-se os trabalhadores em busca de qualquer sorte de trabalho para se manter. Assim, na

época da *informalização do trabalho*²⁹ (trabalhadores terceirizados, subcontratados, precarizados, flexibilizados, trabalhadores *part time*, que não possuem garantias trabalhistas ou sem carteira assinada), em que, a partir dos anos 90, o Brasil se insere, ao se articular rebaixamento salarial, perda de direitos trabalhistas e precarização/flexibilização, esse quadro pode ser denominado, segundo Antunes (2008), enquanto um *processo de precarização estrutural do trabalho*.

Em outra importante formulação sobre o tema, Vasapollo (2008) argumenta que a crescente flexibilização e precariedade do trabalho implicam em diversas novas modalidades de contrato, jornada e salários que, se comparadas ao trabalho do período fordista – denominado pelo autor de “trabalho padrão” – podem ser denominadas de formas *atípicas* de trabalho. Para este autor, o trabalho padrão possuía três características principais: 1) a jornada de trabalho é de tempo integral; 2) existência de uma diferença de tempo e espaço em relação à assunção dos trabalhadores empregados e o início do trabalho autônomo para trabalhadores independentes; e 3) diversidade de posição e papel entre quem trabalha como empregado e quem trabalha como autônomo. O trabalho atípico, conclui, faz desaparecer tais características. Assim, diz Vasapollo (2008, p.46),

- a) diferenças em relação ao trabalho padrão: falta uma ou mais características em relação ao trabalho efetivo, à integração organizativa da empresa, à obrigatoriedade do tempo indeterminado, ao regime constante de prestação de serviços, à exclusividade na relação e na oferta da disponibilidade temporal;
- b) uma prestação de serviços cuja característica fundamental é a falta ou a insuficiência de tutela formativa e contratual. No trabalho atípico são incluídas todas as formas de prestação de serviços, diferentes do modelo padrão, ou seja, do trabalho efetivo, com garantias formais e contratuais, por tempo indeterminado e *full-time*.

Verificamos que as inflexões do mundo do trabalho têm suscitado esforços teóricos de compreensão sobre o fenômeno da precarização e que seus sentidos podem variar segundo os elementos que um ou outro autor compreende merecer maior ou menor evidência, assim como se modifica a realidade específica em função da qual cada autor elabora sua pesquisa. De uma forma ou de outra, no entanto, buscam dar conta do processo de ataques e de degradação do trabalho a que o capitalismo lança mão na sua atual fase, caracterizada em seção anterior deste capítulo. A partir de agora, como indicado no início do capítulo e como momento

²⁹ Ver Alves e Tavares (2006) e Antunes (2011).

conclusivo do mesmo, levantaremos algumas formulações sobre as implicações da precarização para os trabalhadores enquanto indivíduos, isto é, a implicação da individualidade no fenômeno da precarização.

2.3 Precarização, relações sociais e subjetividade

A emergência e consolidação da sociedade burguesa imprimem sobre o *trabalho* determinações estruturais articuladas com a marca do assalariamento – novo controle, organização, gestão e a apropriação do produto final do trabalho. Diversos intelectuais se lançaram ao esforço de tentar interpretar o fenômeno da industrialização/urbanização, as novas características que conformavam o trabalho em moldes capitalistas, a construção da riqueza nacional, e, sobretudo, as implicações das determinações do trabalho assalariado para o seu agente, bem como, para as relações sociais em geral.

Marx (2013), ao escrever o Livro I d'*O capital*, buscou analisar exatamente esse contexto. O que fazia do trabalho, um trabalho tipicamente capitalista? Como esse trabalho se organizava? Como a riqueza era produzida e acumulada? Por que a uma classe era reservada a acumulação de riqueza e à outra era reservada a penúria, o sofrimento e a pobreza? Como esse trabalho foi se modificando historicamente com o desenvolvimento tecnológico? Qual o estatuto do trabalho no processo de acumulação de capital? Essas, dentre outras questões, foram analisadas pelo pensador alemão nesse brilhante texto. A condição primordial do capitalismo como modo de produção, segundo Marx (2013), é a separação entre trabalho e meios de produção, entre trabalhador e meios autônomos de vida, de tal forma que se constitua socialmente, de um lado, um tipo social proprietário dos meios de produção e, de outro lado, um coletivo de trabalhadores cuja única propriedade é a força de trabalho e que, por não ter outros meios, precisa vender essa força de trabalho aos proprietários dos meios de produção em troca de um salário.

Marx explicou como e por quê o trabalho gera valor e mais-valor (cf. Seções II e IV *in* MARX, 2013); que o trabalhador é expropriado do produto final de seu trabalho; que o capital opera incessantemente uma redução do trabalho vivo em detrimento do trabalho morto incorporado ao maquinário; que existe a necessidade de se forjar um verdadeiro exército de trabalhadores sem emprego como forma de

reduzir salários e pressionar os empregados (MARX, 2013); que a utilização instrumentalizada do desenvolvimento tecnológico fez com que os trabalhadores fossem paulatinamente perdendo as suas especialidades, o controle sobre o seu processo de trabalho, a ponto de tornarem-se apenas apêndices da máquina (MARX, 2013). Não nos interessa aprofundar essas questões, basta partir delas para sinalizar que, como Marx indicou, para a realização permanente do processo de auto-expansão do capital, não existem freios para a intensificação e exploração do trabalho – mesmo que isso acarrete a incorporação de crianças ao trabalho, que acarrete longas jornadas de trabalho, que acarrete a contração de doenças que, inclusive, em decorrência de seu agravamento, podem terminar por ceifar a vida desse trabalhador. O capital, em suma, é, por sua essência, indiferente e insensível ao ser humano que trabalha; interessa-lhe unicamente extrair valor e mais-valor da sua força de trabalho, em grau cada vez maior.

Ao recuperar essas formulações de Marx ou nele inspiradas, pretendemos, em primeiro lugar, explicitar a indissociabilidade entre a esfera da subjetividade, da vida do trabalhador, e as condições nas quais este produz e reproduz sua existência; e em segundo lugar firmar o reconhecimento de que o choque das condições de trabalho com a fisiologia humana, isto é, o adoecimento ocasionado pelas condições de trabalho não só não é novidade da atual fase do capitalismo, como atingiu níveis alarmantes desde o seu surgimento, e que atesta isso a pesquisa de Marx, ainda na última metade do século XIX e cujos resultados estão expostos em *O Capital*.

Um pouco mais próximo de nosso tempo, no século XX, outro grande pensador, o italiano Antônio Gramsci (1968), escreveu um texto de grande força, *O americanismo e o fordismo*, em que tratava de estabelecer uma relação entre a rigidez da produção capitalista (em moldes fordistas) e a conseqüente necessidade de tornar também rígida as personalidades, as relações sociais, o controle sobre o social. Gramsci mostrou que, para tanto, sob a necessidade de racionalização das relações sociais, montou-se uma verdadeira fiscalização de agentes do Estado (assistentes sociais) para monitoramento de comportamentos dos trabalhadores, onde se situa também o processo de proibicionismo nos EUA, difusão de ideologias puritanas, repressão dos instintos sexuais e a conhecida necessidade de transformar o trabalhador num “gorila domesticado” (expressão de Taylor). Nos moldes da

importante concepção gramsciana, estrutura e superestrutura formam uma unidade dialética, de tal forma que objetividade e subjetividade condicionam-se reciprocamente.

Dando um salto para o tempo em que nos encontramos, o século XXI, é possível identificar elementos de continuidade e de descontinuidade em relação às implicações para o trabalhador que a atual fase do capitalismo impõe. Exporemos a seguir alguns elementos que nos chamam mais a atenção sobre a relação entre o trabalho e seu agente e entre o trabalho e as relações sociais em geral.

Há um consenso mais ou menos estabelecido, mesmo entre marxista e não-marxistas, de que o tempo presente está fortemente marcado pela idéia, pela sensação e pela experiência real com a insegurança, a instabilidade e a contingência. Vasapollo diz a esse respeito o seguinte:

A nova organização capitalista do trabalho é caracterizada cada vez mais pela precariedade, pela flexibilização e desregulamentação, de maneira sem precedentes para os assalariados. É o mal-estar do trabalho, o medo de perder o próprio posto, de não poder ter mais uma vida social e de viver apenas do trabalho e para o trabalho, com a angústia vinculada à consciência de um avanço tecnológico que não resolve as necessidades sociais. É o processo que precariza a totalidade do viver social. (VASAPOLLO, p. 45, 2008)

O trecho em destaque de Vasapollo (2008) nos chama a atenção exatamente para isso, ou seja, para o fato de que o crescimento que verificamos dos dias de hoje da flexibilização, da precariedade e da desregulamentação, tem desdobramentos importantes para os trabalhadores e para as relações sociais como um todo em que ele está inserido. O autor, na passagem referida, enfatiza justamente a insegurança que impregna o espírito de quem é obrigado a vender a sua força de trabalho nos dias de hoje e que não sabe por quanto tempo continuará em seu emprego e, logo, também não pode saber quais serão suas perspectivas de vida. Estamos aqui a tratar da incerteza referente ao seu futuro (FRANCO, 2011) – tipo de emprego, jornada, renda e localização geográfica –, da impossibilidade de planejar a sua vida, de realização de projetos profissionais em longo prazo, e também de projetos pessoais, sobretudo, entre as camadas mais jovens (SENNET, 1999).

A incerteza acerca do futuro se desdobra em crises pessoais a respeito de sua existência justamente pelas fissuras, pelas dinâmicas de vida que são interrompidas, por rupturas nas condições de subsistência, enfim, por uma existência não-contínua. É possível reconhecer também a importância da perda do poder

aquisitivo do trabalhador que, em momentos de emprego temporário ou desemprego, vê-se em situação financeira limitada em proporções variadas. Também decorre desse processo a perda da identidade profissional³⁰ devido à sua constante rotatividade; da mesma maneira, esse contexto propicia o isolamento social do trabalhador (SELINGMAN-SILVA, 2010).

A insegurança sentida pelo trabalhador pelo perigo iminente da perda de seu emprego diz respeito obviamente, ao medo de encontrar-se desempregado. Esta condição parece ser a mais temida justamente por ela implicar na ausência de renda (em uma sociedade em que tudo vira mercadoria), pelo sentimento de não sentir-se útil socialmente por parte desse trabalhador, pela perda das vinculações sociais –na medida em que o trabalho garante um ciclo social a quem está empregado – pela enorme discriminação social dirigida às pessoas desempregadas, dentre outras situações inoportunas. Segundo Selingman Silva (2010), nos últimos anos, testemunhamos um crescimento no número de casos de problemas de saúde mental e suicídios entre os desempregados.

Outra interessante dimensão das inflexões do mundo do trabalho sob o imperativo da flexibilização diz respeito à intensificação dos ritmos do trabalho e dos ritmos sociais em desequilíbrio com os ritmos naturais e biológicos do corpo humano. Sobre isso, diz Franco (p. 177, 2011),

Essa férrea flexibilização tem viabilizado acelerações e compressões inéditas, aparentemente irrefreáveis, dos tempos sociais. A velocidade dos tempos sociais está na contracorrente dos tempos naturais, inclusive dos tempos fisiológicos humanos (biopsicossociais), fenômeno flagrante e ocultado socialmente. Desde então, tem se aprofundado a loucura social de tentar vencer o tempo com a velocidade, alimentando-se um círculo vicioso e patogênico.

A pressão exercida no interior do processo de trabalho como uma forma de exercício do seu controle em relação ao tempo, o crescimento da competitividade

³⁰ Outro aspecto que concorre para a quebra das identidades profissionais é o incremento da característica do trabalho polivalente, ou seja, a realização, por parte de um mesmo trabalhador, de distintas tarefas, em contraste com o trabalho especializado. Anteriormente era possível verificar certo orgulho do profissional que possuía uma identidade profissional clara. Com a necessidade da diluição dessa especialidade em inúmeras tarefas (em alguns casos), essa identidade sofre um abalo.

entre trabalhadores, a necessidade irreprimível do alcance de metas fazem com que a intensidade do trabalho seja aumentada. Dessa maneira, os tempos sociais em que o trabalho se realiza hoje (a sua intensidade, os seus turnos, bancos de horas, horas extras etc.), estão em contradição com os biorritmos humanos, terminando por gerar acidentes e adoecimentos (DRUCK; FRANCO; SELINGMAN-SILVA, p.232, 2010).

Como mencionamos na citação acima, os tempos sociais fora do trabalho também se apresentam de forma intensa. A forma como se vive, se trabalha, se consome, tem se dado de maneira desenfreada, desordenando os ciclos naturais necessários que articulam atividade e repouso, dia e noite, relações necessárias à operação do trabalho e interação social fora do trabalho. Não à toa, os fenômenos da autoaceleração, da compulsividade e da hiperatividade vêm sendo desenvolvidos justamente com íntima relação à aceleração dos tempos sociais contemporâneos (DRUCK; FRANCO; SELINGMAN-SILVA, p.231, 2010).

O surgimento de uma nova base tecnológica ao capitalismo, a partir do incremento de novas tecnologias microeletrônicas no interior da produção, tornou imperativa a exigência de “um novo tipo de envolvimento operário, e, portanto, uma nova subordinação formal-intelectual do trabalho ao capital, [...] seus protocolos organizacionais e institucionais”, segundo Alves (p.30, 2000), são “voltados para realizar uma nova ‘captura da subjetividade’³¹ operária pela lógica do capital” (ALVES, p.30, 2000). Esse fator, ainda segundo Alves, caracteriza o toyotismo como um estágio superior de racionalização do trabalho, não rompendo com a lógica taylorista-fordista, porém, se diferenciando, pois realiza um salto qualitativo no que tange a captura da subjetividade da classe explorada, configurando uma nova consciência de classe, distinta do período anterior verificado³². Os princípios e

³¹ Sobre esse conceito, Alves nos adverte: “É importante destacar que, ao dizermos “captura” da subjetividade, colocamos “captura” entre aspas para salientar o caráter problemático da operação de captura, ou seja, a captura não ocorre de fato, como o termo poderia supor. Estamos lidando com uma operação de produção de conhecimento ou unidade orgânica entre pensamento e ação que não se desenvolve de modo perene, sem resistências e lutas cotidianas. Enfim, o processo de “captura” da subjetividade do trabalho vivo é um processo intrinsecamente contraditório e densamente complexo, que articula mecanismo de coerção/consentimento e de manipulação não apenas no local de trabalho, por meio da administração pelo olhar, mas nas instâncias sócio-reprodutivas, com a pleora de valores-fetichismo e emulação pelo medo que mobiliza as instâncias da pré-consciência/inconsciência do psiquismo humano” (ALVES, 2011, p.114).

³² O salto qualitativo referente à configuração de uma nova consciência de classe aqui posto é direcionado ao capital. A inflexão qualitativa que tratamos na verdade tem relação com uma

técnicas organizacionais do toyotismo têm como “objetivo primordial: a constituição de uma nova subjetividade operária, capaz de promover uma nova via de racionalização do trabalho” (ALVES, 2000, p.32).

Podemos sugerir que essa racionalização é elevada a níveis ainda mais extremos, pois o tempo, a imaginação, a fantasia e a criatividade têm de estar voltados à lógica da valorização. A busca do capital pela “captura” da alma do trabalhador acaba ainda por gerar doenças próprias do tempo recente. Alves comenta:

Na nova produção do capital, o que se busca ‘capturar’ não é apenas o ‘fazer’ e o ‘saber’ dos trabalhadores, mas a sua disposição intelectual-afetiva, constituída para cooperar com a lógica de valorização. O trabalhador é encorajado a pensar ‘pró-ativamente’ e a encontrar soluções antes que os problemas aconteçam (ALVES, 2011, p.98).

Destacamos também o seguinte trecho:

É por mobilizar, com intensidade e profundidade, a alma humana que o novo capitalismo, com sua nova cultura da fluidez e precarização do trabalho e da vida social, contribui para a epidemia de novas doenças psicossomáticas. As doenças do novo capitalismo atingem mais o homem integral, sua mente e corpo, com o estresse e a depressão sendo sintomas da colonização intensa da vida social pelos requisitos empresariais (ALVES, 2011, p. 111).

Em relação à questão do toyotismo e as forma como constitui elos subjetivos condizentes com os valores da sua organização flexível do trabalho, vale salientar que “o nexos psicofísico se constitui [...] pela disseminação dos valores-fetiche, expectativas e utopias de mercado e pela liberação dos instintos”, diz Alves (2011, p.132), “ao mesmo tempo que preserva a disciplina da vida industrial – o que é um poderoso agente estressor”. Diferencia-se assim do novo “nexo psicofísico” analisado por Gramsci (1968) que foi exigido pela racionalidade fordista e que se caracterizou pelo controle sexual e moral, apoiando-se em ideologias “puritanas”. Isso significa que, dentro da fábrica toyotizada, é exigido ao trabalhador um ajustamento à atividade produtiva racionalizada. Fora dela, a sociedade contemporânea “bombardeia” o trabalhador com ideologias de liberalização de seus instintos e desejos, indicando ainda que a “estrada” que os levará a liberdade é mediada pelo mercado.

quebra que o capital opera na identidade de classe dos trabalhadores ao tentar subordinar todas as “mentes e corações” à sua lógica de auto-reprodução.

As rupturas com o padrão acumulativo fordista, no contexto da acumulação flexível, forjaram modos de vida e de trabalho assentados na flexibilização³³ e na precarização; estas entendidas enquanto exigências de uma economia cada vez mais financeirizada, que, ao se desenvolver, passou a subordinar a esfera produtiva e as formas de gestão do trabalho. Elas impregnam os mais diversos âmbitos da vida social. “Trata-se de uma rapidez inédita do tempo social, sustentado na volatilidade, efemeridade e descartabilidade sem limites de tudo o que se produz e, principalmente, dos que produzem – os homens e mulheres que vivem do trabalho” (DRUCK, 2011). As operações financeiras que tipicamente atuam no “curto prazo” demandam rápidos processos de trabalho operados por trabalhadores de perfis que se adequem ao novo ritmo necessário. Esse processo transforma trabalhadores em seres descartáveis às vistas do trabalho modificado e que devem ser substituídos por trabalhadores adequados ao “novo”, ou seja, flexíveis.

³³ Vasapollo indica que o termo flexibilização é bastante polissêmico e diferenciável. Destaca a distinção entre flexibilização salarial, de horário e organizativa. Entre os vários sentidos do termo ele aponta alguns: liberdade para a empresa demitir, liberdade para mudança de horários de trabalho, liberdade para diminuir salários, liberdade para terceirizar e liberdade para contratar funcionários por contratos temporários (2006).

3 O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

Dadas as condições históricas impostas pelo capitalismo contemporâneo para o mundo do trabalho em geral, considerando a realidade brasileira, passemos neste segundo capítulo para uma avaliação das configurações atuais do Serviço Social. Nosso ponto de partida metodológico é, portanto, o reconhecimento de que há um vínculo necessário entre a história do capitalismo ou das relações sociais capitalistas e a emergência, formação e desenvolvimento do Serviço Social como campo profissional. Interessam-nos, no esforço por uma abordagem abrangente, os problemas das condições e relações de trabalho, conforme emergem na formação histórica do Serviço Social. Dado, no entanto, que, implícita ou explicitamente, as discussões a esse respeito são herdeiras das análises de Marx sobre o fenômeno da alienação e da estrutura do trabalho estranhado, recuperamos essa análise marxiana na primeira seção do capítulo, ao que seguirá a análise do estatuto assalariado do assistente social e da situação do Serviço Social na atualidade.

3.1 Trabalho e alienação em Marx

Parece-nos importante recuperar alguns elementos da discussão acerca da natureza do trabalho em geral e na sociedade capitalista em Marx. Iniciemos com o seguinte trecho de *O Capital* em que Marx discorre sobre o processo de trabalho depois de ter apresentado suas características gerais:

o processo de trabalho, que descrevemos em seus elementos simples e abstratos, é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais. Não foi por isso necessário tratar do trabalhador em sua relação com outros trabalhadores. Bastaram o homem e seu trabalho, de um lado, a natureza e seus elementos materiais, do outro. (MARX, 1988, p.208)

A partir desse trecho podemos apreender que o trabalho (como produtor de valores-de-uso³⁴) é, conforme Marx, atividade ineliminável para a sobrevivência humana, pois o homem precisa se alimentar, saciar sua sede, se proteger de temperaturas extremas etc., precisa, pois, produzir a sua existência e faz isso por intermédio de sua relação com a natureza, ou seja, através do trabalho. Ainda que Marx desconsidere aqui o “trabalhador em sua relação com outros trabalhadores” – isto é, o caráter cooperativo ou social dessa atividade – o fato é que, independente da forma que essa cooperação assuma, ela é indispensável, necessária. Tendo em conta essa perspectiva, Francisco J. S. Teixeira conclui que “o homem deve sua existência ao trabalho”; este “é, portanto, o pressuposto ontológico-fundante da sociabilidade, isto é, o fundamento das diversas formas pelas quais os homens organizam a produção e distribuição da riqueza social” (TEIXEIRA, 1995, p.49).

Do ponto de vista da sua estrutura interna, o trabalho como produtor de valores de uso pode ser compreendido como aquela “atividade adequada a um fim”, o que quer dizer que é uma atividade que, antes do seu momento propriamente operativo, se articula mediante um momento ideal. O trabalho é, em suma, uma atividade previamente planejada pelo homem com vistas a suprir determinada carência material; ela apenas se realiza com uma finalidade anteriormente definida no plano da consciência³⁵. É nesse planejamento orientado a uma finalidade que o homem analisa as condições materiais existentes e o que é preciso para a satisfação de suas necessidades; realiza reflexões acerca do objeto a ser transformado e do percurso a ser trilhado por ele. Diante disto podemos compreender o trabalho como articulação orgânica da subjetividade e da materialidade humana, mas não só: o homem, ao passo que realiza o seu intercâmbio material com a natureza através da mediação do trabalho, além de

³⁴ Vale recordar que, para Marx, o valor de uso de um objeto se expressa pela sua capacidade de satisfazer determinada necessidade humana e se realiza pelo consumo. Enquanto valor de uso, portanto, o objeto apenas manifesta o caráter útil e concreto do trabalho específico que o produz. Na sociedade em que domina o modo de produção capitalista, os produtos do trabalho assumem generalizadamente a forma de mercadoria, que é unidade dialética de valor de uso e valor. Por sua vez, o valor representa a permutabilidade do objeto por outros objetos portadores de valor, se realiza no processo de troca e expressa, na forma capitalista, o tempo de trabalho social necessário para a produção do objeto, independente da forma útil do trabalho, isto é, o valor expressa trabalho em geral, trabalho abstrato (MARX, 2013).

³⁵ É importante ressaltarmos aqui que a consciência dos homens é determinada pela sua atividade, pela sua vida. Embora a atividade humana realiza-se com vistas a um fim, este fim é mediado pelas condições materiais objetivas, o que significa que não é este idealmente planejado que se realiza perfeitamente, mas este em sua mediação com o materialmente posto.

transformá-la, transforma-se também³⁶. Vejamos agora um fragmento no qual Marx (1988, p.205) sintetiza o processo de trabalho:

no processo de trabalho, a atividade do homem opera uma transformação, subordinada a um determinado fim, no objeto sobre que atua por meio do instrumental de trabalho. O processo extingue-se ao concluir-se o produto. O produto é um valor-de-uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através de mudança de forma. O trabalho está incorporado ao objeto sobre que atuou. Concretizou-se e a matéria está trabalhada. O que se manifestava em movimento, do lado do trabalhador, se revela agora qualidade fixa, na forma de ser, do lado do produto. Ele teceu e o produto é um tecido.

O autor acrescenta: “Ele [o homem] não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade” (MARX, 1971, p.202).

É importante insistir no fato de que o trabalho concreto (produtor de valores de uso) se apresenta ao homem como um imperativo para a sua auto-reprodução; seu papel independe, portanto, de dada forma sócio-histórica³⁷. Diferencia-se, assim, do trabalho abstrato que é determinado social e historicamente e cuja expressão tem origem na produção de mercadorias e com ela se desenvolve.

Do mesmo modo que a mercadoria porta uma dupla dimensão, o trabalho também se caracteriza dessa forma contraditória – por ser ele o agente criador de valor-de-uso e de valor para a troca. Ele se revela útil, concreto, produz valor-de-uso, mas também se revela abstrato, produz valor-de-troca. Passemos agora para a análise do trabalho em sua dimensão particular-histórica própria de sua inserção no capitalismo: o trabalho como produtor de valor-de-troca.

³⁶ Os dois trechos a seguir reforçam a compreensão marxiana da transformação do homem pelo trabalho, bem como rejeitam o entendimento idealista de uma autonomização da consciência frente ao ser. Ao contrário, afirma a consciência humana como produto de sua atividade, de sua produção material. Seguem os trechos: “[O homem em seu processo de trabalho] põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais” (MARX, 1988, p.202). Complementa essa ideia o seguinte trecho: “[...] os homens, ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX, 1979, p.37).

³⁷ “O trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, e indispensável à existência do homem, - quaisquer que sejam as formas de sociedade, - é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana” (MARX, 1971, p.202).

Como durante a jornada de trabalho o trabalho pertence ao capitalista, este é o responsável pela realização do trabalho em conformação com os seus fins e meios. Exerce, pois, o controle sobre o trabalho, cuidando para que se evite ao máximo desperdícios de várias ordens. Diz Marx (1988, p.209):

o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida em que o trabalho se realize de maneira apropriada e em que se apliquem adequadamente os meios de produção, não se desperdiçando matéria-prima e poupando-se o instrumental de trabalho, de modo que só se gaste deles o que for imprescindível à execução do trabalho.

Ora, o trabalho abstrato difere do trabalho concreto. Este último é indispensável para a sobrevivência humana, pois possibilita o intercâmbio material entre homem e natureza para a satisfação das necessidades humanas, possuindo, portanto um caráter universal, independente da forma histórica em que se realiza. O primeiro é determinado historicamente; o seu desenvolvimento é possível pela evolução do modo de produção capitalista como forma de igualamento dos trabalhos qualitativamente distintos e sua posterior mensuração com a finalidade de possibilitar o processo de troca entre os produtos do trabalho – as mercadorias. Teixeira nos diz que

por trabalho abstrato deve-se entender uma forma histórica de igualação ou socialização dos diversos trabalhos privados, que se realizam independentemente uns dos outros. Na forma social capitalista, porque os homens se defrontam como produtores privados de mercadorias, seus produtos só podem participar do sistema de realização das necessidades sociais mediante a troca. Ao trocarem seus produtos uns pelos outros os produtores estão, na verdade, igualando entre si seus diferentes trabalhos, embora disso não tenham consciência (TEIXEIRA, 2005, p.71).

Afinal, se cada produto só pode ser trocado por outro se se tiver um terceiro elemento que serve de instância de referência para se determinar as proporções da troca, esse terceiro elemento – que na sociedade capitalista é o tempo necessário de produção – oferece o âmbito e a medida da igualdade dos trabalhos contidos nos objetos trocados.

Dito isto, nos interessa agora adentrar no problema da alienação, articulando-o a um breve percurso histórico de sua concretização na realidade, isto é, de sua particularização histórica.

A reflexão em torno da temática da alienação/estranhamento a partir dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de Marx, de 1844, é bastante volumosa. Desde 1932, quando o texto finalmente foi publicado de forma completa e em vários idiomas, diversos foram os pensadores e literatos que se encontraram com o livro e produziram novos textos a partir dele. Mészáros (2006, p. 17) chega a afirmar que essa foi a obra filosófica mais discutida no século XX. Trazemos aqui algumas reflexões de nossa leitura do texto de Marx.

Entendemos que a temática da alienação, em Marx, apenas pode ser compreendida a partir de determinadas condições sócio-históricas, em especial a partir da divisão do trabalho fundado na propriedade privada. No instante em que o produto do trabalho é apropriado por outro que não o seu produtor, se configurando como propriedade privada, percebemos a ocorrência das determinações do trabalho estranhado. “Aqui, a contraposição entre trabalho e sua apropriação alcança o grau máximo, aquele em que a constituição material do trabalho transforma-se em seu oposto. Momento no qual o trabalho, para poder sê-lo, é a apropriação de si mesmo pela forma do trabalho acumulado, o capital” (NOGUEIRA, 2006). A propriedade privada, assim, revela o sentido do estranhamento, motivo pelo qual ele ocorre. Somente com a perda do controle do ato produtivo e da expropriação do produto do trabalho pelo capitalista – o senhor da produção –, é que o estranhamento e seus desdobramentos são revelados.

Marx, em suas contundentes reflexões contidas nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, inicia o seu exame dessa mudança de sentido do trabalho a partir do estranhamento com foco na relação entre o homem e o produto do seu trabalho. Se este se constituía enquanto efetivação e objetivação do trabalho com a sua conseqüente apropriação pelo homem, agora a efetivação torna-se desefetivação do trabalhador; a objetivação torna-se perda e subordinação ao objeto; a apropriação torna-se estranhamento (MARX, 2004, p.80). O produto final de seu trabalho “se lhe defronta como um *ser estranho*, como um *poder independente* do produtor” (MARX, 2004, p.80, grifos nossos). O trabalhador não se identifica no produto final de seu trabalho, “ele não é o produto de seu trabalho” (MARX, 2004, p.81). Se ele “encerra a sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto” (MARX, 2004, p.81). O homem se converte em servo do seu produto de trabalho, na medida em que, quanto mais produz, menos pode usufruir dele e mais depende dele.

No entanto, o produto estranhado consiste apenas no resumo de uma atividade produtiva que é, em si, também estranhada. Isto é, o fato de o produto do trabalho ser estranhado expressa que a atividade que o produz não pode assumir outra forma. Da mesma maneira em que o produto final pertence a outro, a atividade dirigida do trabalhador não lhe pertence. “Ela [...] é a perda de si mesmo” (MARX, 2004, p.83). Se antes, o trabalhador era afirmado em sua produção, era senhor da sua atividade, agora ele é negado em seu trabalho pelo fato de que essa atividade não é livre, mas forçada, obrigatória, a única forma de ele sobreviver. “O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um *meio* para satisfazer necessidades fora dele” (MARX, 2004, p.83). Assim, para Marx, o trabalhador apenas sente-se “junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho” (MARX, 2004, p.83). E, portanto, fora do trabalho, ao sentir-se junto a si, livre, apenas o é no exercício de suas funções animais (auto-reprodução material). No trabalho, em vez de uma atividade livre, realiza uma atividade forçada como seu único meio de sobrevivência. O processo se inverte: “o animal se torna humano, e o humano, animal” (MARX, 2004, p.83).

É exatamente sobre essa inversão – do trabalho tornar-se meio de vida individual – que Marx desenvolve a próxima determinação do estranhamento do trabalho: o de sua relação enquanto momento de efetivação do ser genérico do homem. O homem se constitui enquanto ser genérico na medida em que mantém relações e reflete sobre os seres de sua espécie e os demais seres, assim como se comporta como um ser de sua espécie – ele é, por isso, um ser universal.

A genericidade/universalidade humana se dá no instante em que o homem, como precisa realizar um intercâmbio com o mundo externo ao seu corpo orgânico, isto é, com a natureza, com fins de transformá-la para a satisfação de suas necessidades, faz, assim, da natureza o seu corpo inorgânico. A natureza é, por assim dizer, o segundo corpo do homem, em sua dimensão inorgânica, que relaciona-se com o seu primeiro corpo, orgânico. “Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza”, diz Marx, (2004, p.84), “está interconectada consigo mesma, pois o homem é parte da natureza”.

Os homens, por realizarem sua atividade vital de forma consciente, se diferenciam dos animais, pois estes têm a sua vida confundida pela sua atividade vital; essas dimensões não se separam, ao contrário, se identificam. Pela mediação

da consciência o homem faz de sua própria vida o seu objeto de intervenção. É capaz de fazer reflexões, planejamentos sobre os seus futuros rumos, que transcendem a imediaticidade de suas carências materiais. Sua vida não se confunde com a sua atividade vital. Marx reafirma essa diferença fundamental na seguinte passagem:

É verdade que também o animal produz. Constrói para si um ninho, habitações, como a abelha, castor, formiga etc. No entanto, produz apenas aquilo de que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz unilateral[mente], enquanto o homem produz universal[mente]; o animal produz apenas sob o domínio da carência física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente, na [sua] liberdade [com relação] a ela; o animal só produz a si mesmo, enquanto o homem reproduz a natureza inteira; [no animal,] o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem se defronta livre[mente] com o seu produto (MARX, 2004, p. 85).

No entanto, o trabalho estranhado – particularizado pelo traço do assalariamento – faz com que o homem se aparte de seu gênero, na medida em que a sua atividade produtiva, de caráter universal, se converte em (apenas e único) meio para a sua subsistência. Depois de separá-lo de sua vida genérica e individual, confere à sua vida individual um fim de alcance de sua vida genérica, de forma estranhada (MARX, 2004).

A partir do instante em que o homem se aliena de sua própria espécie, aliena-se dos outros homens também que, por sua vez, também se encontram alienados entre si, nem se reconhecendo enquanto espécie humana, nem aos outros enquanto tal. O homem se estranha, estranha os outros homens, gerando relações gerais de estranhamento mútuo. Podemos concluir, portanto que o trabalho estranhado aliena o trabalhador do produto (natureza), de sua atividade (de si mesmo), do seu ser genérico (sua espécie) e dos outros homens.

É evidente, como apontamos no início do tópico, que a separação do homem em relação aos seus instrumentos de trabalho, ao produto de seu trabalho e ao seu gênero se dá mediante a relação com outro homem. Se o trabalhador se defronta com essas exteriorizações de modo estranho, do outro lado, o capitalista se defronta como quem se apropria (mediante a expropriação) do produto do trabalho, pois é o senhor da atividade laboral. É ele quem fornece o objeto de trabalho, o instrumental. Da mesma forma, ele quem coordena o processo de trabalho, a maneira como essa atividade irá se desenvolver, pois também lhe pertence o produto gerado ao término do processo.

Assim, Marx indica que a propriedade privada é a razão de ser desse processo, “o meio através do qual o trabalho se exterioriza, a realização da exteriorização” (MARX, 2004, p.88). Todavia, se ela é o sentido do trabalho estranhado, ela também constitui o produto da exteriorização do trabalho – agora carregado da marca do estranhamento.

3.2 O estatuto assalariado do assistente social

No tópico anterior centramos a nossa análise em identificar a expressão que o trabalho abstrato assume na sociedade capitalista através da íntima relação que estabelece com a apropriação de seu produto final por outro que não o seu produtor. Essas características assumidas pelo trabalho particularizado pelo seu assalariamento, enquanto uma determinação geral, incide sobre o trabalho do assistente social, pois este se configura enquanto um tipo específico de trabalho inserido da divisão social e técnica do trabalho coletivo.

Particularizando a análise para o campo do Serviço Social, no livro *Capitalismo monopolista e Serviço Social*, o seu autor, José P. Netto, aponta que a “condição do agente” e o “significado social da sua ação” são reconfigurados na medida em que o seu agente passa a “inscrever-se numa relação de assalariamento” e que a reprodução das relações sociais passa a ser o significado social de sua atividade. Diz ele: “é com este giro que o Serviço Social se constitui como profissão, inserindo-se no *mercado de trabalho*, com todas as consequências daí decorrentes (principalmente com o seu agente tornando-se *vendedor* da sua força de trabalho)” (NETTO, 2006, p. 69, grifos do autor). As “consequências” a que se refere o autor dizem respeito às determinações inerentes à condição de assalariamento do assistente social. Tais determinações, de início, ditam sobre o fato de que não são os assistentes sociais que estabelecem as diretrizes e a forma que o seu trabalho tomará. Ao venderem a sua força de trabalho à instituição que os emprega, estes profissionais “se inserem em atividades interventivas cuja dinâmica, organização, recursos e objetivos são determinados para além do seu controle” (NETTO, 2006, p.68).

As instituições que participam da compra da força de trabalho do assistente social, que são também responsáveis pela regulação das relações de trabalho ali estabelecidas, acabam por inserir paradigmas institucionais na conformação da atividade, o que se realiza através do contrato que estabelecem com o profissional. A instituição define a sua jornada, salário, sua produtividade, suas metas, a intensidade do trabalho, bem como os recursos financeiros e humanos que serão utilizados, ou seja, define as condições gerais em que o trabalho será realizado.

As necessidades/demandas sociais das classes trabalhadoras que, mediante pressão exercida frente ao Estado, passam a ser assimiladas pelo Estado, tornam-se, assim, demandas profissionais – que servem de substrato para a intervenção dos assistentes sociais. Todavia, tais demandas passam pelo crivo das instituições que os empregam em um processo de redimensionamento, dirigido no sentido de reduzir a matéria mesma na qual o trabalho do assistente social tem incidência. Detalhando um pouco mais os desdobramentos da condição assalariada do assistente social, Iamamoto (2007, p.218) nos diz o seguinte:

a condição assalariada – seja como funcionário público ou assalariados de empregadores privados, empresariais ou não – envolve, necessariamente, a incorporação de parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho, consubstanciadas no contrato de trabalho, que estabelecem as condições em que esse trabalho se realiza: intensidade, jornada, salário, controle do trabalho, índices de produtividade e metas a serem cumpridas. Os empregadores definem ainda a particularização de funções e atribuições consoante as normas que regulam o trabalho coletivo. Oferecem, ainda, o *background* de recursos materiais, financeiros, humanos e técnicos indispensáveis à objetivação do trabalho e recortam as expressões da questão social que podem se tornar matéria da atividade profissional.

Ora, o “Serviço Social é uma *especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade*” (IAMAMOTO, 2004, p.22, grifo nosso). O assistente social, como profissional especializado, portanto, coloca à disposição de compra, no mercado de trabalho, a sua força de trabalho em troca de um salário – equivalente ao valor de troca referente à sua força de trabalho – para a sua auto-reprodução, isto é, vive do seu trabalho; logo, os determinantes inerentes de sua condição de assalariado lhes são próprios. Nas palavras dessa autora,

A mercantilização da força de trabalho do assistente social, pressuposto do estatuto assalariado, subordina esse trabalho de qualidade particular aos

ditames do trabalho abstrato e o impregna dos dilemas da alienação, impondo condicionantes socialmente objetivos à autonomia do assistente social na condução do trabalho (IAMAMOTO, 2007, p. 416).

Assim sendo, este profissional, por mais que possua um direcionamento para a sua prática que se coadune com um projeto profissional, constituído por determinados valores e princípios éticos; por mais que possua uma intencionalidade bem definida no modo como intervém profissionalmente na realidade específica em que atua, ele não possui o controle da condução de seu trabalho, desde o momento que o antecede até o desenrolar de sua implementação. O assistente social tem a sua autonomia tolhida no que se refere ao seu fazer profissional, pois sua condição de assalariamento implica na determinação, por parte de seus empregadores – Estado, ONGs, empresas privadas, órgãos de representação política e entidades filantrópicas – de seus instrumentos e condições gerais de trabalho. As formas intrínsecas e distintas entre si de alienação em seu trabalho dependerão (em parte) dos tipos dos seus contratantes e de sua relação com os mesmos³⁸.

Isso não elimina o fato de que esses profissionais são sujeitos pensantes e políticos. A permeabilidade do Estado em relação às demandas sociais, a conformação geral das políticas sociais, em suma, as respostas que o Estado pleiteará no tratamento da “questão social” tomam forma mediante o conflito incessante de interesses diversos em uma trama política de forças. Nesse quadro, os assistentes sociais são capazes de inserir-se nesse movimento de forças no interior de seu trabalho, negociando, buscando articulações e propondo saídas que possam ser distintas dos parâmetros institucionais aos quais o trabalho realizado está subordinado. Essa inserção do assistente social nesse jogo de forças, portanto, implica na compreensão de que os espaços sócio-ocupacionais aos quais este profissional se insere são espaços privilegiados em que se condensam intencionalidades, interesses, proposições em torno de projetos individuais e coletivos que adquirem forma na complexa dinâmica do trabalho realizado no interior das instituições em que as políticas sociais encontram o caminho de sua implementação. A autonomia profissional do assistente social, assim, é conformada no seio desse conflito e, por isso, relativizada: de um lado a sua intencionalidade,

³⁸ lamamoto nos oferece interessantes reflexões sobre formas de alienação do trabalho da(o) assistente social no Estado a partir do *saber burocrático, hierarquia estatal e a burocracia* (IAMAMOTO, 2007, p. 425-426).

seus valores ético-profissionais, sua defesa das demandas sociais postas; do outro lado parâmetros trabalhistas, redimensionamento das demandas sociais, planejamento do trabalho a ser realizado, prioridades do trabalho, recursos, dentre outros elementos que são alheios à sua intencionalidade. Essa autonomia, em suma, é modelada a partir da forma pela qual a correlação entre as forças envolvidas assume.

O Serviço Social, desde o seu início, na figura de seu agente profissional, se situa em uma posição bastante delicada, em que executa um trabalho que é fortemente caracterizado pela marca da contradição. Ou seja, é uma

prática polarizada pelos interesses das classes sociais, que tanto participa dos mecanismos de manutenção quanto de mudança, respondendo a interesses do capital e também do trabalho, participando dos processos de dominação e de resistência, continuidade e ruptura da ordem social, como bem analisou Yamamoto em sua ampla e significativa produção bibliográfica sobre o Serviço Social na sociedade capitalista madura. (RAICHELIS, 2010, p. 753)

A condição de assalariamento do assistente social ou o seu “estatuto assalariado” (RAICHELIS, 2011) é uma determinação geral de seu trabalho. As implicações dessa condição impregnam o cotidiano de trabalho desse profissional de forma implacável. Com efeito, tal condição também faz com que o trabalho do assistente social seja permeado pelos efeitos nefastos de um sistema econômico em crise e seus consequentes ataques ao *trabalho*. Da mesma maneira, é inegável o reconhecimento de que esses elementos mais essenciais que marcam o trabalho do assistente social sofreram inflexões, ganharam novos elementos, se complexificaram no decorrer dos anos e, sobretudo, nos dias de hoje. A sua marca central – condição de assalariamento – permanece inalterada, no entanto, a forma de ser do seu trabalho alterou-se. Essa forma atual, nesse sentido, tem de ser mais bem examinada.

3.3 O trabalho do assistente social hoje

Ao lado das inúmeras mudanças verificadas nos âmbitos econômicos, sociais, políticos, culturais, as profissões sofrem importantes alterações em dimensões distintas. A medida dessa alteração será definida justamente pelo

impacto dessas mudanças macroscópicas e os elementos que constituem cada profissão. Conforme Netto (1996, p.89),

As alterações profissionais (...) derivam da intrincada interação que se processa entre as transformações societárias, com seus rebatimentos na divisão sociotécnica do trabalho, e o complexo (teórico prático, político e, em sentido largo, cultural) que é constitutivo de cada profissão. Complexo que, circunscrevendo um campo profissional particular, envolve – e isso deve ser afirmado enfaticamente, à base de verificação factual – tendências e orientações profissionais diferenciadas: no mundo contemporâneo, é ingenuidade supor profissões como blocos hegemônicos e/ou identitários – praticamente todas estão vincadas por enorme diversidade, tensões e confrontos internos.

O desafio, ainda segundo o autor em questão, reside em *compreender a forma pela qual, no interior das particularidades de cada profissão, são traduzidas as transformações societárias*, ou seja, desvelar os elos que articulam a particularidades de cada profissão às transformações mais gerais a nível societário. Diante desse desafio, discorreremos brevemente sobre essas transformações, as quais têm sido operadas a nível global e nacional, para, em seguida, estabelecer as suas mediações com o trabalho do assistente social.

Em detrimento da crise pela qual o sistema capitalista se encontrava no final dos anos 70³⁹, o capital rapidamente buscou empreender respostas que pudessem garantir a retomada das taxas de crescimento dos Estados nacionais e de lucros das empresas capitalistas. No âmbito do Estado, o alvo de inúmeros ataques desfigurava o seu formato em moldes keynesianos. As vozes das críticas liberais se direcionaram contrárias às “concessões”, os direitos e à proteção social que eram asseguradas aos trabalhadores. Desta maneira, entendiam que o Estado estava sofrendo demais com excessivos “gastos” e que era necessário então realizar cortes, retirar de si a função de financiador e de mediador social que lhe era própria.

³⁹ As interpretações em torno das causas, natureza e abrangência da crise mundial do capitalismo eclodida nos anos 1970 são variadas. Para Mandel (1982), por exemplo, tratava de uma crise sistêmica, isto é, do conjunto das contradições do capitalismo – e não somente uma crise de superprodução – e que expressa o final de um longo ciclo de acumulação e cuja dinâmica tende a envolver a sociedade numa crise de duração prolongada. Já para Mészáros (1994), trata-se da primeira manifestação explosiva de uma “crise estrutural”, na medida em que sinalizou a conversão das forças de autorreprodução do capital em fatores essencialmente destrutivos, sinalizando o fim do capitalismo como provedor da “produção genuína”; essa crise não se apresentaria mais como as crises clássicas, periódicas, mas sim como uma depressão continuada. De uma forma ou de outra, o importante para nós a se destacar é que a crise eclodida nos anos 1970 representa uma crise de natureza distinta das crises cíclicas regulares analisadas por Marx em *O Capital*, e que ela possui maior complexidade na sua formação e uma abrangência geográfica, impactos sociais e duração superiores.

Tal função de regulação das relações sociais deveria ser relegada à esfera do mercado.

No que diz respeito à organização produtiva, o alvo dos constantes ataques fora a tamanha “rigidez” da forma pela qual o processo produtivo se dava. Rigidez relativa aos contratos de trabalho e sua regulamentação, aos salários e a jornada de trabalho que estavam previamente fixados na legislação trabalhista em vigor que, articulados a mudanças importantes do mercado de trabalho redundaram em um período que David Harvey (1992) denominou de “acumulação flexível”.

Operaram-se diversas mudanças no interior do processo produtivo: expressões da acumulação flexível, novas formas de gestão organizacional, alternativas ao modelo taylorista-fordista, e um desenvolvimento tecnológico que já vinha ocorrendo desde a década de 50 e que substituiu a eletromecânica pela eletrônica em um processo de crescente do uso da informática nos processos de automação (NETTO, 1996, p. 91). Nesse cenário, conquistou destaque especial o *toyotismo* ou modelo japonês (ALVES, 2000). Essas respostas foram consequências da própria concorrência intercapitalista, assim como tentativas de controle das lutas operárias em vigor nesse período.

Os sindicatos que, até então, haviam tido um papel central nas conquistas e manutenção de diversos benefícios sociais dos trabalhadores, foram objeto de uma repressão duríssima em relação a suas lutas e manifestações políticas, o que caminhou em paralelo com a sua desarticulação em função de uma nova maneira do Estado se relacionar com as entidades de representação dos trabalhadores e culminou em um percurso cada vez maior de *dessindicalização* (NETTO, 1996, p. 99).

A ideologia neoliberal se impôs na agenda dos Estados nacionais ao redor do mundo enquanto uma contrapartida à função de regulação da vida social exercida pelo Estado keynesiano, abrindo caminhos para a expansão e protagonismo do mercado enquanto esfera reguladora. Este, tornado a esfera por excelência em que os indivíduos por sua conta própria devem recorrer, fora apontado como a solução para os problemas enfrentados pela crise que o capital experimentava em meados da década de setenta. As grandes corporações passaram a imprimir a derrubada de toda sorte de regulamentação operada pelo Estado com a finalidade de privatizações de organismos estatais, ataque ao fundo público, redução do financiamento público para gastos sociais e uma crescente

mercantilização dos direitos sociais; todos esses ajustes foram encaminhados mediante medidas político-eleitorais legais e dentro da ordem da legitimidade (ANDERSON, 1995).

A nova configuração do mundo do trabalho tem relação direta com novos contornos que o Serviço Social e, sobretudo, o seu trabalho, passam a assumir na contemporaneidade. Essa profissão não assiste contemplativamente as transformações ocorridas no mundo do trabalho, mas, ao contrário, sofre diretamente com as suas novas (e antigas) formas de precarização e flexibilização. Como nos diz Yolanda Guerra ao discorrer acerca o exercício profissional,

Este tem na flexibilização uma forma de precarização do seu trabalho tanto como segmento da classe trabalhadora quanto como profissional que atua no âmbito dos serviços, das políticas e dos direitos sociais. A precarização do exercício profissional se expressa por meio de suas diferentes dimensões: desregulamentação do trabalho, mudanças na legislação trabalhista, subcontratação, diferentes formas de contrato e vínculos que se tornam cada vez mais precários e instáveis, terceirização, emprego temporário, informalidade, jornadas de trabalho e salários flexíveis, multifuncionalidade ou polivalência, desespecialização, precariedade dos espaços laborais e dos salários, frágil organização profissional, organização em cooperativas de trabalho e outras formas de assalariamento disfarçado, entre outras (GUERRA, 2010, p. 719).⁴⁰

A generalização da flexibilidade, em suas inúmeras expressões, citadas acima, expõe a saúde do assistente social a diversos riscos. A efemeridade e maleabilidade dos contratos de trabalho⁴¹ e salário acabam por gerar uma constante insegurança sobre o emprego articulado com o medo do desemprego. Assim, impõe-se uma recorrente necessidade de adaptabilidade e passivização do profissional, o que gera, por vezes, o empobrecimento de sua “[...] identidade profissional e o sentido do trabalho para aqueles que são obrigados a abandonar a capacitação e a

⁴⁰ Segundo o IBGE, entre 2005 e 2009, ocorreu um crescimento de 73,1% de trabalhadores sem vínculo permanente de trabalho no Sistema Único de Assistência Social. Apesar da pesquisa não especificar esse dado em relação aos assistentes sociais, ela aponta que, do número total de trabalhadores do SUAS, cerca de 29,6% são representados por assistentes sociais (BOSCHETTI, 2011).

⁴¹ Raquel Raichelis (2011, p. 432) identifica alguns efeitos perversos da terceirização para o trabalho social como: “a) Desconfigura o significado e a amplitude do trabalho técnico realizado pelos assistentes sociais e demais trabalhadores sociais; b) Desloca as relações entre a população, suas formas de representação e a gestão governamental, pela intermediação de empresas e organizações contratadas; c) Subordina as ações desenvolvidas a prazos contratuais e aos recursos financeiros definidos, implicando descontinuidades, rompimento de vínculos com usuários, descrédito da população para com as ações públicas; d) Realiza uma cisão entre prestação de serviço e direito, pois o que preside o trabalho não é a lógica pública, obscurecendo-se a responsabilidade do Estado perante seus cidadãos, comprimindo ainda mais as possibilidades de inscrever as ações públicas no campo do direito”.

experiência profissional adquiridas para se tornarem *flexíveis e polivalentes*”, aumentando a sua tensão, fadiga e incidindo duramente em sua saúde mental (DRUCK; FRANCO; SELINGMAN-SILVA, 2010, p.238, grifo dos autores).

Esse cenário de precarização do trabalho, violação de direitos, pressões sobre a resolução de problemas, cumprimento de metas, jornadas extensas, insatisfação salarial, insegurança no trabalho etc. é responsável pelo sofrimento, desgaste físico e mental, bem como a contração de doenças psicossomáticas por parte dos assistentes sociais e dos trabalhadores em geral (GUERRA, 2010; RAICHELIS, 2011; ALVES, 2011) que, ora se apresentam no curto prazo, ora só aparecem no médio e longo prazo. A instabilidade do emprego, aqui, assume um novo patamar, que se relaciona diretamente com a saúde física e mental do profissional.

Questões como terceirizações, trabalho temporário, queda de salários, intensificação do ritmo de trabalho, dentre outros, são bastantes caras ao cotidiano dos assistentes sociais e, inclusive, serviram de argumento para a luta e conquista da redução de sua jornada de trabalho para 30 horas semanais sem redução de salário⁴².

Outro aspecto a ser destacado é o da intensificação do ritmo de trabalho verificado pela consecução de metas - pré-estabelecidas pelos empregadores – e temperadas por um clima de competitividade entre os profissionais, de visitas domiciliares, relatórios sociais, atendimentos, diagnósticos sociais, etc. Em um contexto de retração do Estado e das equipes de trabalho, ocorre uma sobrecarga flagrante dos assistentes sociais que, por vezes, realizam trabalho não-pago fora do expediente, são responsáveis por duas ou três políticas sociais, possuem mais de um emprego e ainda sofrem com o *sobretabalho*, visto que essa profissão é eminentemente feminina (GUERRA, 2010).

A descrição e análise das determinações gerais que conformam o mundo do trabalho na contemporaneidade são imprescindíveis para uma melhor compreensão do trabalho do assistente social hoje. O Serviço Social é afetado direta e indiretamente pelas transformações das últimas décadas por quais sofreu o mercado de trabalho e as novas formas de contratação, salário e jornada de trabalho,

⁴² Ivanete Boschetti (2011), em um texto intitulado *Condições de trabalho e a luta dos(as) assistentes sociais pela jornada semanal de 30 horas*, sintetiza esse processo de luta e conquista da categoria.

sobretudo, no que diz respeito ao avanço desenfreado da precarização e da flexibilização. E, como viemos dizendo até aqui, essa realidade não haveria de ser diferente. O Serviço Social não poderia blindar-se dos desdobramentos de uma profunda crise do capital que, assim como suas respostas, atingiu todos os cantos do mundo. Além disso, a profissão, devido a sua relação de assalariamento que estabelece com os seus diversos empregadores, mediante a venda de sua força de trabalho, está subordinada às determinações e/ou flutuações que o mercado assume, bem como à caracterização geral dos parâmetros trabalhistas e de suas respectivas regulamentações.

No entanto, tais transformações verificadas na esfera do trabalho estão conectadas diretamente com reconfigurações notáveis no âmbito do Estado, das formas como este lida no enfrentamento das refrações da questão social e da maneira pela qual as políticas sociais – enquanto mediação entre o Estado e a questão social – tomam forma e os caminhos que existem para a sua implementação. Dessa maneira, a profissão do Serviço Social é impactada inevitavelmente por mudanças: no mercado de trabalho; nas regulamentações trabalhistas e condições de trabalho; no papel assumido pelo Estado e sua consequente maneira de lidar com a questão social; bem como nas políticas sociais em tempos de neoliberalismo. O seu agente profissional, nesse instante, vê-se diante de novas demandas sociais, de novas expectativas em relação ao cumprimento de sua função e novos papéis a serem desempenhados no interior de seu processo de trabalho.

No caso do Brasil, o processo acima descrito, que ocorrera nos países centrais, aconteceu de forma tardia. Enquanto, na Europa, se verificava o início de um movimento de mudanças na relação entre capital e trabalho e na gestão do Estado burguês, a partir da crise do fordismo e do Estado keynesiano, o Brasil vivia um contexto bastante diverso caminhando na direção oposta em relação ao que ocorria no centro do mundo. Essa caminhada na contramão que o país empreendia dizia respeito a um amplo processo de mobilização social que ganhou forma mediante inúmeras greves que se espalharam país a fora (greves do ABC paulista e ascensão do “novo sindicalismo”), surgimento e rearticulação de diversos movimentos sociais – especialmente o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Partido dos Trabalhadores (PT), as Pastorais de Base etc. – no contexto de

crise econômica e da Ditadura Militar. Segundo Behring e Boschetti (2006, p.141), a presença e a força dessas mobilizações

interferiram na agenda política ao longo dos anos 1980 e pautaram alguns eixos na Constituinte, a exemplo de: reafirmação das liberdades democráticas, impugnação da desigualdade descomunal e afirmação dos direitos sociais; reafirmação de uma vontade nacional e da soberania, com rejeição das ingerências do FMI; direitos trabalhistas; e reforma agrária.

Esse processo de redemocratização, que ocorreu em diversos âmbitos, representou uma resistência às duras condições de trabalho e vida que a população brasileira padecia, mas também representou uma resistência à supressão das liberdades individuais e coletivas, direitos políticos e sociais empreendidos pela ditadura autoritária que controlava o país. Essa efervescência social consubstanciada em um processo coletivo de luta culminou com a formulação da Constituição de 1988, que, apesar de diversas contradições, absorveu e garantiu diversos direitos sociais importantes. Cabe destacar o exemplo da seguridade social que articulou as políticas da assistência social, da saúde e da previdência, além de incorporar uma série de direitos a elas vinculados, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoas idosas e com deficiência, a extensão aos trabalhadores rurais da cobertura previdenciária, dentre outros (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 144).

Interessante notar que o país jamais viveu a situação de um Estado de bem-estar. Como assevera Iamamoto (2004, p.36), “a cidadania não se construiu historicamente no Brasil como nos países Europeus. Aqui prevaleceram as relações de favor, de dependência”, paternalismo e clientelismo. E também não foi no instante da garantia formal de diversos direitos impressos na Carta Constitucional de 1988 que o país vivenciaria uma situação de “bem-estar social”. A garantia de direitos no país até hoje é atravessada fortemente por essas questões acima ditas, que são oriundas do seu processo de constituição social e histórica.

Todavia, diferente da onda neoliberal que varreu a Europa e outros países ricos nesse mesmo período, que apregoava a retração dos direitos e benefícios sociais e a consequente retirada do Estado dessa posição de responsabilidade pela sua garantia, o Estado brasileiro assumia uma função de responsabilização diante da garantia e ampliação de uma rede de proteção social, assumindo um papel de financiador direto dos recursos das políticas públicas (BEHRING, 2003, p. 143).

No entanto, no ano de 1989, em sua primeira eleição direta desde o início da ditadura, em que o candidato Fernando Collor de Melo saiu vitorioso, o país ingressar numa era de sucessivos governos neoliberais, que foram responsáveis por uma série de ajustes, reformas e de medidas regressivas e impopulares, que alcançaram o seu desenvolvimento e consolidação a partir da eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Ainda segundo Behring e Boschetti (2006, p.148),

Tratou-se [...] de “reformas” orientadas para o mercado, num contexto em que os problemas no âmbito do Estado brasileiro eram apontados como causas centrais da profunda crise econômica e social vivida pelo país desde o início dos anos 1980. Reformando-se o Estado, com ênfase especial nas privatizações e na previdência social, e, acima de tudo, desprezando as conquistas de 1988 no terreno da seguridade social e outros – a carta constitucional era vista como perdulária e atrasada –, estaria aberto o caminho para o novo “projeto de modernidade”.

Ao Estado era colocada a necessidade de manter-se forte, atuante, no entanto, o caráter de sua intervenção deveria dar-se de maneira distinta, ou seja, caberia a ele construir um contexto que fosse favorável a um novo período de crescimento da economia. Para tanto e em um alinhamento subserviente com diretrizes gerais para as economias capitalistas dependentes colocadas por organismos internacionais (FMI, BIRD, BID), era necessário que o Estado empreendesse “contrarreformas no sentido de privatizar o fundo público” (ALENCAR; GRANEMANN, 2009, p. 165). Nesse sentido, seguiu-se um movimento de venda/entrega de grande parte do parque industrial e de serviços, que pertenciam ao Estado, para a iniciativa privada a preços baixíssimos.

Nesse cenário de retirada de direitos, as políticas sociais são aos poucos transformadas em ações pontuais de caráter compensatório com direcionamento àqueles que são alvos dos efeitos mais nefastos da crise econômica. Assim, a tríade privatização, focalização e descentralização passam a prevalecer enquanto modo de o Estado neoliberal lidar com as políticas sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 156). A redução do financiamento público para gastos sociais teve um impacto duríssimo na constituição das políticas sociais no contexto neoliberal. Os direitos sociais recentemente conquistados no país sofreram um duro golpe, verificado no sucateamento dos serviços sociais públicos.

No bojo de inúmeras medidas regressivas operadas pelo Estado neoliberal brasileiro, consta a chamada “publicização”⁴³ de serviços como saúde, educação e cultura. Isso significou a privatização desses serviços mediante a retirada do Estado de sua função de executor direto. O Estado brasileiro, com essa medida, indica que é exatamente a esfera do mercado que deve ocupar esse papel. Assim, os serviços como saúde, educação e cultura, a partir do Plano Diretor de Reforma do Estado brasileiro, de 1995, terminam por se transformar em “serviços não-exclusivos”, ou seja, opera-se uma descentralização da função executiva que o Estado possuía até aqui. Vejamos o que diz Iamamoto:

Cabe destaque, no âmbito da seguridade social, o fato de estarem previstas como *atividades exclusivas do Estado*, apenas a *fiscalização das normas sanitárias*, a *“compra” de serviços de saúde – o que supõe a sua privatização –*, a *previdência reduzida à previdência social básica*. E a responsabilidade exclusiva do Estado com a educação fica restrita à *educação básica* (IAMAMOTO, p. 121, 2004).

Nesse movimento em que o Estado descentraliza as suas ações executivas, no âmbito da saúde, por exemplo, é possível verificar o amplo crescimento de seguros e planos de saúde privados, bem como a criação de programas relacionados à saúde, de caráter eventual, que também absorvem assistentes sociais. Considerando isso ao lado do processo de terceirização da gestão e criação de diversas organizações para gerir os serviços (MOTA, 2015, p. 696), completa-se o quadro em que o assistente social passa a inserir-se em relações de trabalho sem os devidos direitos trabalhistas.

Dessa maneira, a análise desses temas é imprescindível para uma reflexão abrangente dos processos que envolvem o trabalho do assistente social. Constituem *particularidades* do trabalho do assistente social que, articuladas às novas modalidades de contrato, salário e jornada, dão forma ao todo complexo que é o trabalho do assistente social (GUERRA, 2009).

As mudanças verificadas em nível do Estado brasileiro e na esfera da produção tem tido desdobramentos importantes também quando falamos do mercado de trabalho e, sobretudo, do trabalho do assistente social. As implicações

⁴³ A publicização é um termo utilizado pelo governo para referir-se a uma dinâmica que desloca a centralidade da execução de serviços pelo Estado para o setor público não-estatal. Esses serviços (educação, saúde, pesquisa científica) têm a sua execução direta deslocado do âmbito do Estado para a iniciativa privada (IAMAMOTO, 2004, p. 121).

da Reforma do Estado brasileiro foram responsáveis por uma diminuição do número de concursos públicos realizados, por demissões de diversos funcionários públicos que não eram estáveis, implicou na precarização das relações trabalhistas, crescimento vertiginoso da terceirização como forma de absorver a força de trabalho, perda e/ou corrosão de diversos direitos trabalhistas, dentre outros fatores. Esse fato ganha importância quando consideramos que a esfera estatal a nível federal continua sendo a maior empregadora de profissionais na área do Serviço Social no país, seguida da esfera estadual e, em seguida a esfera municipal (IAMAMOTO, 2004, p. 123).

A Constituição de 1988 admitiu a assistência social como parte integrante da seguridade social em nosso país e a reconheceu enquanto uma política pública. Em paralelo a esse processo percebemos uma dinâmica de municipalização das políticas públicas que culminou em uma expansão do mercado de trabalho para o Serviço Social. A municipalização significou uma maior participação por parte da sociedade civil na formulação e no controle social referente às políticas sociais, possibilitados pelos espaços dos conselhos para o tripé da seguridade social, conselhos tutelares, entre outros. Esse processo possibilitou uma abertura para campos e possibilidades de atuação do assistente social, fazendo com que as demandas para esse profissional fossem alargadas, expressando-se

na implantação dos conselhos de políticas públicas e na capacitação de conselheiros; na elaboração de planos de assistência social; na organização e mobilização popular em experiências de orçamentos participativos; na assessoria e consultorias no campo das políticas públicas e dos movimentos sociais; e pesquisas estudos e planejamento sociais dentre inúmeras outras (IAMAMOTO, 2004, p. 125).

Da mesma maneira, na área da Previdência Social, diversas novas requisições, alargamento das questões referenciadas em seu âmbito e novas competências vêm se colocando enquanto novos desafios à inserção do assistente social, exigindo deste uma ampliação de seu leque de atributos para a realização de seu trabalho. Quando nos referimos às áreas urbanas e rurais, por exemplo, percebemos o incremento de

teste de meios para benefícios e aposentadorias rurais, ou do surgimento dos novos contribuintes da Previdência, num leque de situações que vai dos trabalhadores por conta própria, microempresários, contribuintes individuais

voluntários, até a cobertura e contribuição das donas de casa, inscritas no cadastro social único (CadÚnico). (MOTA, 2015, p. 696)

Além disso, as transformações ocorridas no mundo do trabalho como o crescimento do desemprego, do trabalho informal, de contratos flexíveis e temporários, da corrosão e retirada de direitos trabalhistas vêm imprimindo uma complexificação da dinâmica do trabalho nesse campo, o que pode ser verificado no crescimento dos acidentes de trabalho, das doenças relacionadas ao trabalho e de situações de trabalho precárias. Ao mesmo tempo, podemos verificar que o afastamento do Estado de suas funções de financiador e gestor das políticas sociais terminou por deslocar a responsabilidade de garantia e manutenção dos serviços sociais para a sociedade civil. Uma expressão desse movimento operado pelo Estado em sua relação com a sociedade civil tem sido o crescimento desmedido de articulações que realiza com Organizações Não-Governamentais (ONGs). Estas vêm ganhando certo protagonismo no que se refere à gestão, formulação e avaliação de programas sociais e diversos projetos de inúmeras áreas (educação, família, criança e adolescente).

Essa responsabilização atribuída pelo Estado para a sociedade civil, referente à prestação dos serviços sociais tem, nas ONGs, implicações importantes quando nos referimos ao caráter desses serviços e das relações de trabalho. Tais serviços são atravessados pela eventualidade de projetos ou atividades concebidas anteriormente para a sua efetivação. Da mesma forma, as relações de trabalho assumem o aspecto da eventualidade no que tange às suas garantias trabalhistas que não são respeitadas, bem como vínculos de trabalho carregados pela marca da precarização (IAMAMOTO, 2004, p.125).

As alterações verificadas no âmbito da esfera produtiva têm redundado em impactos expressivos também quando nos referimos à área dos Recursos Humanos, ou seja, observou-se uma ampliação do mercado de trabalho para o assistente social nessa área. Evidente que, com isso, algumas determinações das inflexões que ocorreram na organização, gestão e controle do trabalho em seu processo de reestruturação produtiva caminham juntamente com essa expansão da atuação do assistente social nessa área. Nesse contexto, novas requisições são colocadas a esse profissional, para além das usuais. Confirmamos o que diz lamamoto (2004, p.130) a esse respeito:

Esses têm sido chamados a atuar em programas de “qualidade de vida no trabalho”, saúde do trabalhador, gestão de recursos humanos, prevenção de riscos sociais, círculos de qualidade, gerenciamento participativo, clima social, sindicalismo de empresa, reengenharia, administração de benefícios estruturados segundo padrões meritocráticos, elaboração e acompanhamento de orçamentos sociais, entre outros programas.

A inserção do assistente social nesses diversos programas e atividades referenciados diretamente em moldes empresariais implica que esse profissional também desenvolva habilidades e conhecimentos que estão para além de sua formação e que coadunam com os princípios empresariais e mercadológicos. Essas habilidades e princípios são semelhantes aos requeridos pelas empresas aos operários do “chão de fábrica”; constituem características que conformam um novo perfil para o trabalhador em tempos de generalização da flexibilidade, como: criatividade, versatilidade, habilidades comunicacionais, pró-atividade, facilidade para resolução de conflitos, liderança, capacidade de adaptação e de flexibilização, dentre inúmeras outras atributos e capacidades que se apresentam enquanto imprescindíveis a estes profissionais que atuam na área dos recursos humanos.

Interessante notar também o crescimento de campos para a atuação profissional do assistente social no campo da saúde mental e o profícuo processo de revisão de concepções e práticas a ele relacionadas, através das críticas direcionadas à conformação das estruturas tradicionais que tinham no hospital e no saber psiquiátrico o seu eixo estruturante e que se expressava mediante o binômio “doença-cura” (VASCONCELOS, 2008, p. 41).

Dessa forma, o Serviço Social é convidado a integrar um amplo campo interdisciplinar que se coadune com novos conhecimentos e requisições que se alinhem com o processo de Reforma Psiquiátrica no Brasil; expansão de serviços ambulatoriais em saúde mental, de pronto-atendimento, possíveis mediante os avanços garantidos na Constituição Federal de 1988, na Lei Orgânica da Saúde de 1990; surgimento dos Núcleos de Atenção Psicossocial, dos Centros de Convivência e dos Centros de Atenção Psicossocial, dentre outros. Dessa maneira o assistente social, além de atuar em novos campos, convive com uma reformulação crítica e humanizadora que o campo da saúde mental atravessa, com um claro viés político acerca das garantias já conquistadas, de sua manutenção e de diversos avanços que ainda precisam ser alcançados (PEREIRA, 2008).

Outra área de aproximação com Serviço Social é a do meio ambiente, sobretudo, nas últimas décadas em que o capital, com a sua voracidade por expansão e geração de lucros, legitimado sob a ideologia da “modernização”, vem consumindo recursos naturais, devastando florestas, poluindo os rios, o ar, com o seu ímpeto irracional de destruição. É perceptível o movimento teórico e político que busca a articulação entre o “social” e o “ecológico”, entendendo que a justiça social e o respeito ao meio ambiente e seus ciclos naturais não podem ser apartados em seu tratamento (IRIGALBA, 2011, p. 11).

Dessa forma, diversos campos de atuação do assistente social, como o trabalho em reservas indígenas, em comunidades pesqueiras litorâneas, em habitações de risco à beira de rios e lagos, no seu trabalho com associações de reciclagem etc. têm demandado algumas novas requisições acerca de um verdadeiro conhecimento acerca da relação homem-natureza, de educação ambiental e dos ciclos naturais.

Com efeito, o Serviço Social foi fortemente impactado por diversas mudanças operadas em nível societário que engendraram novos desafios à sua prática, tanto relacionados às condições adversas de realização do seu trabalho, a conformação assumida pelo Estado e conseqüentemente pelas políticas sociais, mas também pela expansão de novos campos de atuação e revisão de velhos paradigmas teóricos e práticos. Vejamos a maneira pela qual os autores dos artigos que analisamos estão compreendendo o atual cenário do trabalho do assistente social.

4 A PROBLEMÁTICA DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL EM SUA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA (2010-2015)

Nosso pressuposto é o de que as configurações assumidas pelo trabalho do assistente social guardam relações importantes com as formas predominantes de trabalho na atual fase do capitalismo, tanto porque, como segmento específico da classe trabalhadora, o assistente social enfrenta as consequências do desmonte de direitos sociais e trabalhistas e das novas ideologias da “gestão” da força de trabalho, quanto porque seu campo de atuação profissional se configura enquanto parte da política do Estado capitalista em sua forma atual, de cariz neoliberal. Nessa trilha, as transformações do mundo do trabalho, do Estado brasileiro e das políticas sociais parecem ter impactos importantes na forma que o trabalho do assistente social assume na contemporaneidade; nas suas possibilidades de intervenção social; e nas dimensões materiais e espirituais desse profissional.

Nosso passo seguinte é analisar como a produção teórica do Serviço Social, entre 2010 e 2015 (nas revistas *Serviço Social & Sociedade*, *Ser Social*, *Textos & Contextos* e *Ser Social*), tem refletido acerca da precarização do trabalho do assistente social, identificando as tendências que nos parecem importantes em torno desse debate.

De antemão, podemos indicar uma tendência que aparece nos artigos analisados e que estabelece relação com a maneira com que o tema da precarização do trabalho comparece na produção bibliográfica sobre a qual nos debruçamos. Por um lado, podemos dizer que *a temática da precarização do trabalho do assistente social se constitui enquanto uma problemática de suma importância, que se articula, em maior ou menor intensidade, com diversos outros temas abordados nas pesquisas*. Ao mesmo tempo e por outro lado, essa tendência apresentou uma característica que nos chama a atenção: a pouca quantidade de artigos que tem como *objeto central* de sua reflexão a precarização do trabalho do assistente social.

É válido ponderar que o fato de não ocupar lugar central nos vários textos considerados não significa que o tema não esteja sendo refletido ou debatido, não quer dizer que não seja levado em conta ou que os outros temas não tenham a sua importância. Entendemos que o fato de aparecerem mesmo em textos que não o

apanham como problema fundamental demonstra um movimento muito salutar para a apreensão crítica, ao buscar relacionar outras temáticas específicas com a questão da precarização do trabalho. Nesse sentido, essa aparição “secundária” da questão do trabalho do assistente social, ao invés de reduzir, ressalta a sua importância, na medida em que a mantém como elemento constitutivo do conhecimento a respeito de outros assuntos importantes ao Serviço Social, ainda que a temática não se eleve além dessa “posição auxiliar”. Parece-nos, em suma, muito importante o fato de que a produção teórica voltada para assuntos diversos manifeste algum grau de aproximação com a questão da precarização do trabalho do assistente social. Dito isto sobre a importância do tema e sua relação com outros assuntos, sigamos para questões relativas a seu conteúdo.

4.1 A questão da precarização do trabalho do assistente social

A análise dos artigos nos permitiu identificar a tendência de que a teorização do trabalho do assistente social articula determinações gerais do mundo do trabalho com elementos particulares referentes à atual conformação do Estado e das políticas sociais.

As narrativas descritivas acerca do trabalho do assistente social, como dissemos, articulam sua temática específica com as determinações mais gerais do mundo do trabalho, e o fazem especialmente incorporando aspectos como desemprego, polivalência, flexibilização do contrato de trabalho (terceirização, subcontratação, trabalho parcial), intensificação e sobrecarga de trabalho. Nesse sentido, podemos dizer que elas ressaltam o vínculo indissociável entre o trabalho do assistente social e os processos mais gerais que o capital tem imposto ao mundo do trabalho; por conseguinte, podemos dizer que as narrativas deixam evidente a contextualidade do trabalho do assistente social e algumas de suas determinações socioeconômicas fundamentais. Ao fazer esse movimento, elas consideram a posição do assistente social como segmento da classe trabalhadora e nos parece que sem esses elementos o trabalho do assistente social realmente não poderia ser bem compreendido, que, portanto, são realmente indispensáveis.

Da mesma forma essas formulações incorporam as configurações que o Estado brasileiro e as políticas sociais assumem a partir dos anos 90, apresentando tanto elementos que os caracterizam, como a forma pela qual o processo de

Reforma do Estado está intimamente ligado e possui responsabilidade direta pela incorporação de novos ditames para o trabalho. Vejamos, enfim, como a questão aparece nas formulações.

Devemos mencionar, então, que em um dos artigos, em que se apresentam determinações contemporâneas do mundo do trabalho em geral e, em particular, do trabalho do assistente social, com o objetivo de extrair as condicionalidades impostas pelo mercado de trabalho à formação profissional do assistente social – este, sim, o foco de sua exposição – a sua autora, ao caracterizar o trabalho do assistente social hoje, nos diz o seguinte:

Este [o exercício profissional dos assistentes sociais] tem na flexibilização uma forma de precarização do seu trabalho tanto como segmento da classe trabalhadora quanto como profissional que atua no âmbito dos serviços, das políticas e dos direitos sociais. A precarização do exercício profissional se expressa por meio de suas diferentes dimensões: desregulamentação do trabalho, mudanças na legislação trabalhista, subcontratação, diferentes formas de contrato e vínculos que se tornam cada vez mais precários e instáveis, terceirização, emprego temporário, informalidade, jornadas de trabalho e salários flexíveis, multifuncionalidade ou polivalência, desespecialização, precariedade dos espaços laborais e dos salários, frágil organização profissional, organização em cooperativas de trabalho e outras formas de assalariamento disfarçado, entre outras (GUERRA, 2010, p.719).

Segundo a autora, portanto, a flexibilização enquanto forma de precarização do trabalho atinge a relação contratual, salarial, de garantia de direitos (do profissional), de condições (materiais e institucionais) de exercício laboral e de regime de trabalho do assistente social. Nesse sentido, podemos dizer que a precarização, sob essa forma específica, expressa uma adequação do trabalho do assistente social aos padrões contratuais e institucionais vigentes sob o regime de “acumulação flexível”, em que a “rigidez” e segurança são quebradas para dar lugar à acentuação da instabilidade, aumento da sobrecarga e expansão da informalidade.

É a própria autora quem explica a relação entre precarização e flexibilização: “Não se explica a precarização [...] senão com a flexibilização, que é sua forma de aparecer, mas que tem seu fundamento no desemprego estrutural que assola toda a sociedade” (GUERRA, 2010, p.717). Nesse sentido, a flexibilização é precarização, mas sob a forma aparente, isto é, no nível que apresenta suas determinações essenciais de forma abstrata e que se revelam quando considerada como precarização, onde são estabelecidos os elos com o problema do desemprego estrutural. Ora, sem a consideração do elemento do desemprego estrutural o

fenômeno da flexibilização aparece unicamente como um aumento de rotatividade da força de trabalho por distintos postos de trabalho, uma mera transição mais frequente entre cargos, o que é bastante incompleto para dar conta do caráter precarizador da flexibilidade num mercado de trabalho em que é cada vez mais remota a possibilidade de essa transição não ser realizada sem períodos em que o trabalhador vive o desemprego e o desespero pela retirada involuntária das suas condições de vida.

Já vimos como o regime flexível chega e se consolida no Brasil (ver Capítulo 1), bem como de que forma o encaminhamento desses processos guarda relações com a reforma do Estado brasileiro realizada no período de hegemonia neoliberal (ver Capítulo 2). Assim, as dificuldades e problemas vividos no cotidiano do trabalhador mantêm origem para além do espaço e do tempo imediatos em que ele atua; são *expressões* de fenômenos históricos e resultados dos processos macrossociais da nossa época, das determinações do mundo do trabalho e das condições da luta de classes e das disputas de hegemonia inerentes a ela.

A descrição de outro artigo trilha caminho semelhante ao se referir ao trabalho do assistente social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O problema de pesquisa de Silva (2012) é a relação entre a centralidade da política social e os conflitos na dimensão ético-política do profissional exigida para a sua atuação. Vejamos especialmente o seguinte trecho, que fala das dificuldades enfrentadas pelos assistentes sociais relacionadas ao seu trabalho:

...elevada carga de trabalho, apesar da ampliação de contratação de assistentes sociais nas prefeituras; baixos salários; ampliação de contratação temporária (observa-se que de 1999 para cá, poucas prefeituras têm realizado concursos públicos), além da terceirização da contratação realizada por entidades de assistência social. (SILVA, 2012, p. 170)

Silva menciona, portanto, em contraste com o aumento da demanda por profissionais, as condições salariais, de regime de trabalho e de vinculação contratual adversas. Novamente aparecem problemas cujas origens apontam para as reformas regressivas do Estado brasileiro e o desmonte dos direitos sociais e do trabalho, que os põe em sintonia com a ideologia neoliberal e com os parâmetros em voga de “flexibilidade”.

Já em outra formulação, outra autora analisa as condições de trabalho no SUAS como problema que levanta contradições para as formas de efetivação da dimensão ético-política desejada no trabalho social. Assim surge a questão da precarização:

Essa dinâmica de precarização atinge também o trabalho profissional do assistente social, afetado pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, baixos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de qualificação e capacitação profissional, entre outros (RAICHELIS, 2010, P. 758).

Ao relacionarmos os fenômenos indicados acima com as modificações operadas no âmbito das relações de trabalho e das funções e parâmetros gerenciais do Estado brasileiro, podemos sugerir que a forma como a precarização do trabalho atinge o trabalho do assistente social reflete a importância e a função dedicada às políticas sociais em que os assistentes sociais atuam e ao modo como se estrutura as relações de trabalho sob a égide do Estado neoliberal.

Voltemo-nos, agora, ao seguinte trecho do artigo intitulado *Serviço Social, Trabalho e Esfera Pública: mercado de trabalho e prática profissional nos espaços dos Conselhos de Direitos*, em que se ressalta o seguinte:

...nesses espaços, exige-se do profissional: competência e qualificação permanente e adequada a essas exigências, polivalência, criatividade, versatilidade, produtivismo e flexibilidade nas suas relações sociais de trabalho. Nesse contexto, pesquisas indicam (GUIMARÃES, 2009) que a realidade desse trabalhador é permeada por vínculos de trabalhos não-estáveis, pela flexibilidade nas relações de contrato, pela redução de gastos com salários e direitos sociais, por contratos temporários, parciais, precarizados e terceirizados, entre outras situações (GUIMARÃES, 2013, p.214).

Como podemos entender, essas exigências denotam a cobrança não somente de aceitação e adaptabilidade a condições precarizadas e instáveis de relação contratual e salarial, mas de disposições subjetivas determinadas, isto é, por um “comportamento flexível” referente às funções a serem executadas, a um modo de pensar que esteja sempre preparado para dar a melhor resposta às situações novas que surgem no cotidiano de trabalho e a uma postura “pró-ativa”. Dessa maneira, é exigido desse trabalhador uma readequação que, na verdade, se trata de “adaptar-se à adaptação permanente”, em seus diversos âmbitos. Chama nossa

atenção o fato de essas exigências se apresentarem e se imporem como forças externas, independentes da vontade do profissional, como forças contrárias e até violentas contra a segurança emocional, pessoal, subjetiva dos assistentes sociais; isso expressa o fato de a separação entre os meios de trabalho e os profissionais da assistência social assumir aqui a forma de uma oposição aguda e extrema.

Mas também é digno de nota o contraste entre o grau de exigências ao profissional em termos de competências e as condições que o Estado fomenta para o trabalho do assistente social. Sem dúvida as exigências se tornam um meio de trabalho imposto ao trabalhador, que tem de demonstrar seu conhecimento e uso para quem dirige a política, sob pena de sanções de todo tipo e nível. O que salta aos olhos é que a cobrança por competência, versatilidade, criatividade, produtivismo etc., uma série de atributos que exigem certo grau de segurança pessoal, psicossocial e intelectual, é dirigida ao sujeito cujas condições de trabalho são tornadas precárias, efêmeras e desvalorizadoras. Essa contradição impõe ao assistente social uma pressão para que demonstre qualidades cujas condições objetivas de vida e trabalho tendem a contrariar ao máximo.

Além do reconhecimento de que o trabalho do assistente social é impregnado pelas determinações gerais do mundo do trabalho e as configurações do Estado brasileiro e das políticas sociais, os artigos que analisamos também indicam que a precarização do trabalho do assistente social tem desdobramentos relacionados à sua intervenção profissional, ou seja, ao caráter assumido pelo trabalho realizado nessas condições.

4.2 Implicações da precarização do trabalho do assistente social

Ao tratarmos dos desdobramentos da precarização do trabalho na intervenção profissional do assistente social, podemos indicar duas tendências: 1) *a precarização impõe barreiras para uma prática profissional sintonizada com os princípios contidos no Projeto Ético-Político profissional*; e 2) *a precarização desfigura o sentido do trabalho social realizado*.

Podemos começar com a seguinte passagem de um artigo que aborda essa questão:

Reiteramos o distanciamento entre os avanços empreendidos em termos formais na Política de Assistência Social e as reais condições de sua concretização. Embora no discurso seja preconizada uma contraposição às estratégias de flexibilização das relações de trabalhos e de negação dos direitos conquistados pelos trabalhadores, de fato, no âmbito da implementação do SUAS, as condições e relações de trabalho mostram-se altamente precarizadas o que contribui para a manutenção e aprofundamento de precários atendimentos (ABREU; GUIMARÃES, 2013, p. 167).

As autoras, ao longo de seu artigo, expõem o processo de expansão de campos de trabalho para o assistente social mediante a constituição do Sistema de Proteção Social brasileiro, o desenvolvimento da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS/1993) e, posteriormente, da efetivação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS/2006) que terminou por ampliar a abrangência dos espaços de atuação do assistente social para a totalidade dos níveis de gestão que constam na atual política de assistência social. Tal expansão se deu, sobretudo, em relação aos municípios, mediante a atuação em Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que fora possibilitada pela Norma Operacional Básico de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH-SUAS). É precisamente a esses mecanismos a que se referem ao falar de “avanços empreendidos em termos formais”.

Segundo ainda as autoras, porém, o não-atendimento do número mínimo de profissionais para esses equipamentos, por conta da insuficiência na realização de concursos públicos para contratação (ABREU; GUIMARÃES, 2013), e o caráter precarizado da sua condição contratual, salarial etc. constroem, por um lado, uma contradição com o discurso de oposição à precarização do trabalho. Isso nos parece levantar a questão de sob quem está o controle sobre o modo de concretização dessa política, dado que aspectos fundamentais dela se efetivam em sentido oposto ao que é preconizado pelo campo de profissionais do Serviço Social – aí parece estar, pelo menos em grande parte, a base desse “distanciamento” mencionado pelas autoras. Quer dizer, o discurso de defesa do trabalho contrasta com a realidade objetiva em que o trabalho do assistente social se realiza porquanto está fora do alcance imediato desse profissional definir as condições em que o trabalhador o realizará.

Além disso, podemos afirmar que a materialização do projeto neoliberal apresenta, como condições objetivas, o inverso das condições nas quais os profissionais sugerem necessitar para uma intervenção qualificada, exacerbando a

concentração do poder e a captura do sentido das políticas sociais pelo Estado capitalista. Por outro lado, como vimos, há uma clara afirmação de que a precarização da relação contratual e da constituição das equipes conduz à *deterioração da qualidade do trabalho na assistência social*.

Corroborando essa preocupação, a descrição seguinte, ao tratar das condições de trabalho do assistente social a partir de estudo com profissionais da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de Fortaleza-CE, nos parece ainda mais abrangente, pois busca dar conta das diversas dificuldades enfrentadas no cotidiano profissional para a realização de uma “intervenção qualificada”, indo além dos regimes contratuais e salarial. Vejamos:

Além das relações de trabalho enfrentadas pelas profissionais entrevistadas, as condições de trabalho não oferecem um cenário propício para uma intervenção qualificada. Os principais problemas encontrados foram: o número reduzido de profissionais em relação ao montante da demanda (em apenas uma instituição havia duas assistentes sociais); condições de trabalho precárias; o setor social sem sala específica; o não reconhecimento da profissão por parte de alguns gestores e profissionais de outras áreas; a ausência de capacitações continuadas; as exigências contemporâneas para o cumprimento de metas, dificultando um trabalho mais acurado nos casos atendidos; e a interferência nas ações realizadas, ferindo a autonomia profissional (COSTA, 2014, p.373).

A ênfase nos impactos desses problemas relatados sobre a qualidade dos serviços e o elo entre eles e as determinações macrossociais que vínhamos constituindo desde o primeiro capítulo nos sugerem o reconhecimento do fato de que as políticas sociais do Estado neoliberal impõem – não obstante o esforço individual ou coletivo dos profissionais no sentido de efetivar, no seu cotidiano de trabalho, uma prática qualitativamente orientada – a deterioração da qualidade do serviço e o comprometimento de uma intervenção qualificada.

Em caminho semelhante outro artigo desenvolve os seguintes argumentos:

Desde a promulgação da Loas o profissional vem, contraditoriamente, realizando seu trabalho acessando os direitos à população cada vez mais pauperizada, de forma seletiva e focalizada. Verificamos que os profissionais nesta área apresentam sentimentos comuns a de outros trabalhadores na contemporaneidade como: angústia, por não dar conta da intenção formal dos direitos e sua concretização na vida cotidiana da população demandária dos serviços; elevada carga de trabalho, apesar da ampliação de contratação de assistentes sociais nas prefeituras; baixos salários; ampliação de contratação temporária (observa-se que de 1999 para cá, poucas prefeituras têm realizado concursos públicos), além da terceirização da contratação realizada por entidades de assistência social (SILVA, 2012, p. 170).

Novamente surge aqui a contradição entre avanços formais (“promulgação da LOAS”⁴⁴) e, pelo menos aparentemente, o caráter precarizado das condições de trabalho dos assistentes sociais que atuam na implementação da política. Mas, além disso, a autora explica essa contradição pelo fato de os assistentes sociais se constituírem como segmento da classe trabalhadora e, portanto, por compartilhar os mesmos processos de degradação da condição vital e de trabalho que o conjunto da classe da qual representam parcela específica. No entanto, não é somente isso a que o artigo está se referindo. Para compreender melhor seu argumento vejamos, a seguir, como prossegue a autora no mesmo artigo, indicando de forma mais explícita a questão:

Entretanto, a centralidade da Política de Assistência Social na proteção social brasileira que focaliza a intervenção na pobreza absoluta impacta diretamente o cotidiano profissional, tensionando as dimensões das competências do assistente social que postula um profissional crítico, vinculado às demandas coletivas de usuários, ao acesso aos direitos, e às demandas institucionais que vêm exigindo um profissional com um perfil mais tecnicista, cuja tendência é de fortalecimento das bases conservadoras do Serviço Social, e, portanto, de mero controle de parcelas da classe trabalhadora usuária desta política (SILVA, 2012, pp.186-187).

Aqui se busca estabelecer uma interessante relação entre a direção e o foco político da Política de Assistência Social/Proteção Social no Brasil, “que focaliza a intervenção na pobreza absoluta”, e os conflitos em termos de valores ou da dimensão ético-política do trabalho social. A argumentação sugere que a forma da política de assistência, dessa maneira compreendida, tende a acentuar os “tensionamentos” entre as exigências institucionais, que almejam conformar o trabalho social nos limites do foco citado e, nesse sentido, demandariam “um perfil mais tecnicista”, ligado a uma concepção conservadora do trabalho social, e a postura que a formação e normas profissionais do assistente social ensejam, vinculada “às demandas coletivas de usuários, ao acesso aos direitos”. Transparece-nos, assim postas tais ideias, que o combate à pobreza absoluta, da forma como é constituída na política de assistência brasileira, está desvinculada de uma política

⁴⁴ Além da LOAS, a autora menciona outras legislações: Constituição Federal (CF-1988), Política Nacional de Assistência Social (PNAS-2004), NOB/RH-SUAS (2006), Lei de Regulamentação da Profissão (1993), Parâmetros para a atuação dos assistentes sociais na Política de Assistência Social (2010), Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), dentre outras. Ao longo de seu artigo, a autora apontava inúmeras diretrizes acerca de como o trabalho deveria ser realizado, da direção que o assistente social deveria imprimir na sua prática e do perfil que esse profissional deveria ter.

orientada no sentido da garantia de direitos e dos interesses coletivos e está associada, na verdade, a um mecanismo ideológico de controle das massas pauperizadas; daí a contradição com os valores oriundos da formação profissional e preconizados pelos parâmetros normativos assegurados nos últimos anos e que indicam as diretrizes pelas quais o trabalho social deve ser realizado.

No âmbito dessa perspectiva levantada, não é a precarização do serviço que conduz ao desvirtuamento de seus objetivos, mas é *a própria forma como a política é projetada e aplicada que frustra o papel profissional adequado do trabalho social*. Isto é, o sucesso da política equívoca é o motivo do fracasso na conquista dos objetivos almejados pelo assistente social, o que expressa uma contradição entre a forma como Estado neoliberal e o campo profissional do Serviço Social enxergam e buscam instrumentalizar o trabalho social. Levando em conta o que foi dito nos capítulos anteriores, podemos afirmar que a política social do Estado neoliberal, em tempos de capitalismo flexível, inverte o sentido da política social e a converte em mecanismo da reprodução do capital e do consentimento com a ordem, o que agride e entra em choque com as orientações do campo do Serviço Social e se manifesta, assim, como deterioração da qualidade do serviço.

Importa-nos também perceber que a autora coloca essa questão no bojo de vários problemas enfrentados pelo assistente social; mais especificamente, isso está na raiz da “angústia, por não dar conta da intenção formal dos direitos e sua concretização na vida cotidiana da população demandatária dos serviços” (SILVA, 2012, p.170). Essa conformação dos limites da atividade profissional aos interesses conservadores e que frustram a intencionalidade do trabalhador compreende, conforme o artigo, um elemento ao lado de outros que denotam sofrimento, desvalorização e insegurança profissional, econômica e pessoal. Parece-nos válido relembrar que esse elemento é apontado como parte dos processos de precarização e degradação do trabalho que o conjunto da classe trabalhadora tem experimentado na contemporaneidade e que se manifesta, dessa forma, no âmbito específico do trabalho do assistente social. A origem do fenômeno da precarização parece apontar para a contradição entre capital e trabalho, mas sua expressabilidade é multifacetada.

Partindo dessas colocações, podemos argumentar que o processo de precarização, enquanto vetor fundamental na depreciação e desconfiguração do papel do trabalho social, na medida em que compromete os objetivos traçados pelo

profissional ao impor-lhes vários limites materiais e políticos, constitui também *um fator de frustração e angústia vividas pelo assistente social*. O que, em última análise, frustra o assistente social no seu trabalho, portanto, é a natureza da política social neoliberal.

Vejamos agora como outro artigo, intitulado *O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos*, articula terceirização com as configurações assumidas pelo trabalho de assistência:

Os efeitos da terceirização para o trabalho social são profundos, pois ela: a) Desconfigura o significado e a amplitude do trabalho técnico realizado pelos assistentes sociais e demais trabalhadores sociais; b) Desloca as relações entre a população, suas formas de representação e a gestão governamental, pela intermediação de empresas e organizações contratadas; c) Subordina as ações desenvolvidas a prazos contratuais e aos recursos financeiros definidos, implicando descontinuidades, rompimento de vínculos com usuários, descrédito da população para com as ações públicas; d) Realiza uma cisão entre prestação de serviço e direito, pois o que preside o trabalho não é a lógica pública, obscurecendo-se a responsabilidade do Estado perante seus cidadãos, comprimindo ainda mais as possibilidades de inscrever as ações públicas no campo do direito. (RAICHELIS, 2011, p. 432)

Podemos perceber como a terceirização, entendida como forma específica de precarização, ao converter direito em mercadoria (“cisão entre prestação de serviço e direito”), atua na relação público/privado enquanto atinge o sentido, a relação com a população, o planejamento e o papel do Estado no contexto do trabalho social. A crítica a essa situação provocada pelas terceirizações, portanto, aparece na esfera da defesa do comprometimento do Estado com os serviços sociais enquanto meios de garantia de direitos. Podemos dizer, a partir do que foi posto pela autora, que as terceirizações, em suma, *desfiguram os objetivos sociais e o sentido público do trabalho social*.

É nesse mesmo sentido que conclui a referida autora em outro texto:

O que está em questão, portanto, é a resignificação do trabalho na Assistência social, referenciada em um projeto coletivo de redefinição do trabalho, das formas de organização e gestão institucional que incorporem mecanismos permanentes de democratização, qualificação e capacitação continuada, como questão estratégica para a valorização da intervenção profissional no Suas. (RAICHELIS 2010, p.766)

Em várias ocasiões em que se destacam os efeitos da precarização, ou quando se identifica dificuldades oriundas de fatores institucionais ou materiais nos relatos sobre o trabalho do assistente social, surge a preocupação em torno do

desafio de conduzir o trabalho e conjunto da política em que ele se insere dentro de uma direção ético-política determinada, consonante com os papéis sociais que os profissionais reconhecem necessidade de desenvolver. Já indicamos alguns elementos a esse respeito neste tópico. No Serviço Social brasileiro, como é sabido, essa discussão não ocorre de modo puramente subjetivo ou isolado. Pelo contrário, não somente historicamente se realizou um esforço de construir e congregar um acúmulo coletivo em torno dela, como também se buscou dar um *status* de referência documental para os elementos fundamentais que ela produziu, o que se efetivou na constituição do Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEP). Podemos dizer que as preocupações apresentadas ao longo dos artigos estão assentadas nos princípios e valores a que o PEP se refere e estabelece, adquira essa relação com o PEP nos textos a forma explícita ou não. Dito isto, vamos recolocar a casos em que essa relação se apresenta.

Novamente em Costa (2014), encontramos a seguinte passagem, onde a relação entre os problemas enfrentados pelo profissional e a efetivação do PEP se apresenta de maneira clara:

Na contemporaneidade, além desses limites institucionais, a ofensiva neoliberal direcionada ao desmonte dos direitos trabalhistas articulado com a profunda desvalorização e exploração da força de trabalho, coloca aos assistentes sociais relações e condições de trabalho fragilizadas e pauperizadas, fortalecidas pelos fenômenos explicitados acima, como as subcontratações e terceirizações. Este contexto vem ameaçando uma atuação profissional em sintonia com os princípios e diretrizes do Projeto Ético-Político. (COSTA, 2014, p. 374)

Segundo Costa, portanto, “uma atuação profissional em sintonia com os princípios e diretrizes” do PEP é posta em ameaça com a “ofensiva neoliberal” sobre os direitos, os salários e condições vitais e laborais do trabalhador. Vejamos outro caso. Nesse outro artigo já citado, cujo foco é o trabalho do assistente social em Conselhos de Direitos, Guimarães (2013) estabelece uma relação bastante similar entre o trabalho e o PEP ao falar do trabalho do assistente social em ONGs. Vejamos:

É nesse debate que se concentra a importância de articular as exigências nas ONGs e as mediações que vinculam o cotidiano profissional ao processo de reestruturação do capital, pois só assim será possível vislumbrar possibilidades de intervenção em concomitância com os princípios e os valores do projeto ético-político-profissional (GUIMARÃES, 2013, p.71).

Aqui chamamos atenção para a seguinte lógica do argumento: só é possível “vislumbrar possibilidades de intervenção em concomitância com os princípios e valores” do PEP quando se toma consciência dos fatores (mediações) que buscam submeter a prática profissional do assistente social na direção contrária (em favor da reestruturação do capital)⁴⁵.

Alguns artigos, como dissemos acima, não fazem referência direta, explícita ao PEP; no entanto, ao concluírem, por exemplo, que as condições adversas de trabalho não possibilitam a garantia da qualidade nos serviços prestados ou a garantia de direitos de cidadania, estão tratando de princípios contidos em normativas que compõem o PEP. Na totalidade dos artigos analisados, em suma, a referência que os autores fazem em relação ao PEP ou às ameaças de materialização dos princípios e da direção política que ele sugere, foi bastante recorrente. Podemos dizer, analisando os artigos como um todo, que a implicação da precarização do trabalho do assistente social que mais tem preocupado os profissionais/pesquisadores é o fato de representar *ameaça ou impeditivo à concretização da direção política do Projeto Ético-Político*. Se formos além, podemos incluir a preocupação com a oferta de um serviço de qualidade e com um trabalho que efetive de fato a defesa de direitos como elementos contidos no PEP e, portanto, como preocupações em respeitar os princípios e valores por ele preconizados. Ora, como síntese dos valores e do papel histórico-social do assistente social, a defesa do PEP se efetiva em toda reação aos processos, elementos e fenômenos que ameaçam o serviço de qualidade, sob responsabilidade pública, referenciado na defesa de direitos (seja no âmbito de seus próprios profissionais, seja no âmbito do público que acessa o serviço) e concatenado com a tarefa histórica da emancipação humana.

Podemos ressaltar que, segundo os artigos pesquisados, a desestruturação do sentido do trabalho social manifestado no PEP se impõe: nas exigências do mercado de trabalho para esse profissional que termina por constituir um novo perfil profissional, assentado em padrões de pensamento e comportamento calcados na flexibilidade; nos parâmetros institucionais que são impostos às equipes de trabalho

⁴⁵ Esse argumento se repete no seguinte trecho: “Com base nessa realidade, é importante ao profissional ter clareza do papel que os seus contratantes almejam no quadro das novas exigências do mundo do trabalho, a fim de que ele possa munir-se de instrumentos teóricos, políticos e éticos capazes de fazer frente a essas exigências, na perspectiva de melhores condições de trabalho e exercício profissional” (GUIMARÃES, 2013, p.214).

que, usualmente são impelidas a se adaptarem às condições que lhes são externas; no modelo das políticas sociais vigentes na atual fase do capitalismo contemporâneo e na forma que as relações de trabalho do assistente social têm assumido nos últimos anos. Em suma, podemos dizer que a maneira pela qual esse profissional é contratado, a forma como ele é remunerado, a configuração assumida pela sua jornada de trabalho, a maneira pela qual a instituição que o emprega realiza o controle e fiscalização do seu trabalho e as condições específicas que lhes são proporcionadas para a realização desse trabalho se tornam, segundo os profissionais/pesquisadores, obstáculos objetivos à concretização de uma prática profissional alinhada com os valores que se afirmam no PEP e, portanto, à efetivação de serviços de qualidade, conforme os critérios e orientações de leis e normativas da área.

De forma geral, nos parece válido reconhecer que a precarização do trabalho do assistente social, além de ser interpretada enquanto determinada pelas alterações no âmbito dos mercados de trabalho e da organização do trabalho, e para além de implicar impedimentos à implementação de uma direção política ao seu trabalho concatenada com as diretrizes do PEP e das legislações sociais conquistadas nos últimos anos; ela também tem implicado em desdobramentos para o agente do seu trabalho, ou seja, para o assistente social, em suas dimensões espirituais e materiais. Essa questão é muito importante e está intimamente relacionada aos fatores sociais e políticos do trabalho social, os quais têm sido indicados e analisados até aqui.

Os fatores a esse fato relacionados podem ser expressos de inúmeras maneiras e não estão descoladas dos desdobramentos relacionados à reconfiguração do trabalho em Serviço Social. Pelo contrário, a variedade de elementos que analisamos até aqui está inevitavelmente entrelaçada e em uma relação de constante reciprocidade com a vida desse trabalhador.

4.2.1 Desdobramentos da precarização para o trabalhador

Do ponto de vista das implicações da precarização do trabalho para o assistente social, identificamos duas importantes tendências: 1) *a atual conformação do trabalho do assistente social tem implicado em inflexões acerca da relação*

trabalho-adoecimento; e 2) a precarização do trabalho se desdobra, em alguns casos, numa diluição do tempo de trabalho e do tempo de vida desse trabalhador.

No interior desse quadro múltiplo de implicações da precarização para o trabalhador, o aspecto que comparece de maneira mais recorrente diz respeito à *relação entre trabalho e saúde ou entre trabalho e adoecimento*. Isso reflete o caráter ofensivo e agressivo que as novas determinações do mundo do trabalho impõem ao trabalhador enquanto unidade de corpo e mente. Trata-se, portanto, de uma problemática de enorme relevância e que, sem dúvida, merece um aprofundamento em termos de novas pesquisas e análises a partir das contribuições já realizadas nesse sentido.

No primeiro trecho que vamos destacar sobre esse assunto, a autora menciona que a pressão pela consecução de metas pré-estabelecidas pelos empregadores acaba gerando um clima de competição entre os profissionais e um desgaste físico e mental. Vejamos:

A exigência do cumprimento de metas quantitativas leva a uma queda na qualidade dos serviços prestados, acirrando a competição entre profissionais bem como a um maior desgaste físico e mental, já que nessa forma de remuneração priorizam-se os esforços individuais dos profissionais (GUERRA, 2010, p.720).

A formulação de metas para qualquer atividade profissional não fornece, por si mesma, qualquer motivo de adoecimento, mas – e é a isso que a autora se refere – as metas “quantitativas”, regidas pelo princípio da produtividade, e a individualização da recompensa econômica pela conquista das metas produz uma internalização da pressão por acelerar, intensificar e concentrar esforços mentais, motores e físicos nos atos laborais, reservando para último plano o respeito às necessidades subjetivas do indivíduo e sua saúde física, emocional e psicossocial. Esse mecanismo cria um clima de competição, onde *o outro é visto como adversário* de suas ações e como alguém a ser desbancado e superado, sendo esse movimento o critério que baliza o julgamento da competência do profissional pelos núcleos ou pessoal gestor. O indivíduo torna-se, na presença do outro, vigia de si mesmo, controlador da sua própria produtividade, buscando colocar-se em consonância com metas muitas vezes abusivas (se fossem fáceis de atingir todos alcançariam os “bônus”, fazendo o mecanismo perder sentido) e estabelecidas “de fora”.

Já em um artigo um pouco mais recente, outra autora trata de explicar a necessidade da defesa de uma jornada de trabalho de trinta horas semanais para os assistentes sociais e de descrever o processo de luta que levou a essa conquista trabalhista. No trecho que destacaremos, depois de apontar uma série de expressões da precarização do trabalho, a autora menciona que esse quadro tem levado ao adoecimento desses profissionais. Vejamos:

Essas tendências já são verificadas nas políticas sociais e, especialmente, nas condições de trabalho dos(as) assistentes sociais. São fartamente denunciadas nos Cress e nos eventos organizados pelo Conjunto CFESS/Cress, as condições precárias de trabalho, especialmente na Política de Assistência Social (Suas), nas organizações não governamentais e no sistema sociojurídico. Nesses espaços, a não realização de concursos públicos em conformidade com as demandas do trabalho tem levado à terceirização do trabalho, à precarização, à superexploração da força de trabalho, à inserção dos(as) profissionais em dois ou três campos de atuação com contratos precários, temporários, o que tem causado adoecimento físico e mental. (BOSCHETTI, 2011, p.561-562)

A relação estabelecida aqui, ressaltamos, é entre o conjunto dos processos que se articulam no conceito de precarização e o adoecimento como resultado, mas parece a autora que na origem dessas questões se encontra a “não realização de concursos públicos em conformidade com as demandas do trabalho”, o que nos remete novamente a um problema não-casual, mas estrutural das políticas sociais e das relações de trabalho na atual fase do capitalismo e de seu Estado, conforme desenvolvemos nos capítulos anteriores.

Outro artigo expressa essa mesma temática da seguinte forma:

É sabido, que a intensificação e a elevação da carga de trabalho nos diferentes ramos de atividades e espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais produzem efeitos sobre o corpo e a mente, podendo resultar, conforme muitos analistas, em um novo padrão de problemas saúde-trabalho decorrentes das novas exigências do trabalho contemporâneo. No Serviço Social, tem sido cada vez mais comum testemunhar depoimentos dos assistentes sociais sobre situações de sofrimento e stress decorrentes da intensa pressão que sofrem no cotidiano das instituições e organizações, sobre assédio moral a que são submetidos por chefias e superiores hierárquicos, bem como referências ao esgotamento profissional e a quadros depressivos. (RAICHELIS, 2013, p.630)

Parece à essa autora, portanto, que “a intensificação e a elevação da carga de trabalho” se constitui como fator principal, o qual, podemos supor, seria também resolvido com a adequação da contratação por concurso em função da demanda

real, o que iria à contramão do modelo de políticas e de produtividade vigentes sob o Estado neoliberal.

Mas a autora aponta ainda outro elemento, que é a possibilidade de emergência de “um novo padrão de problemas saúde-trabalho decorrentes das novas exigências do trabalho contemporâneo”. No parágrafo seguinte ela sugere um quadro crescente de “situações de sofrimento e stress” resultantes de pressões no trabalho e assédio moral, e ainda de “esgotamento profissional” e “quadros depressivos”. Assim, sugere que essa série de problemas de saúde que *atinge, sobretudo o aspecto social, psíquico e emocional, compõe o “novo padrão” de adoecimento no trabalho*, dadas as suas condições e exigências atuais.

Outra interessante dimensão que as pesquisas indicaram, ainda na temática do adoecimento e do desgaste, diz respeito às implicações do impedimento do exercício de sua ética profissional. Vejamos como, em um artigo dedicado a analisar a consultoria empresarial de Serviço Social na contemporaneidade, essa questão é colocada:

Pesquisas no campo da saúde do trabalhador vêm constatando as relações entre precarização do trabalho e adoecimento físico e mental dos trabalhadores. Para Druck, Franco e Seligman-Silva (2010), profissionais impedidos de exercer sua ética profissional adoecem de fato. Trata-se de uma dinâmica institucional que desencadeia desgaste e adoecimento. (AZEVEDO, 2014, p.324)

No item anterior, identificamos diversos autores chamando a atenção para o fato de que as dinâmicas de precarização do trabalho e de ausência de condições de trabalho adequadas caminham para a impossibilidade de efetivação de garantias na legislação, de direitos sociais, de qualidade nos serviços prestados, de valores éticos ou, como resumimos, da impossibilidade de efetivar uma direção política em seu exercício profissional consubstanciada no PEP. Esse, então, era o desdobramento acenado. Já aqui, a autora nos chama a atenção para que, justamente *os profissionais que não possuem a possibilidade de imprimir, em sua prática, os valores que possuem, “adoecem de fato”*.

Dado que as condições que prejudicam a realização do trabalho profissional em consonância com os princípios do PEP são de ordem estrutural, no sentido dito acima, e dada a relação entre essas condições e o adoecimento, podemos concluir que o adoecimento tornou-se uma consequência vivida pelo trabalhador das

condições impostas pela política social vigente nos Estados capitalistas contemporâneos, o qual não somente promove e sustenta esse padrão de intervenção social como articula a deterioração dos direitos trabalhistas que reforçam o problema para o trabalhador.

Além das questões relacionadas ao adoecimento dos assistentes sociais enquanto um desdobramento da precarização e das condições em que o trabalho é realizado – mediante os processos de sua intensificação, da pressão para a consecução de metas pré-estabelecidas, situações de assédio moral, impossibilidade de equacionar os valores éticos com o seu trabalho –, outros aspectos que transcendem a esfera do trabalho propriamente dita também vem ganhando destaque, como, por exemplo, a forma pela qual a atual configuração do mercado de trabalho e do trabalho do assistente social “invade” a vida desse profissional e de sua condição enquanto indivíduo trabalhador (mente e corpo). Vejamos o que o artigo seguinte nos diz sobre essa questão, relacionada ao uso de tecnologias digitais:

Destaca-se como uma questão a ser aprofundada por outras pesquisas a introdução do uso de novas tecnologias digitais no exercício profissional, configurando-se a “desterritorialização” do trabalho do assistente social, mantendo os profissionais conectados aos seus postos de trabalho por meio da internet e de celulares, rompendo-se a separação entre o *tempo do trabalho e o tempo do não trabalho*, assim como com os âmbitos privados e públicos na vida dos assistentes sociais (RAICHELIS, 2013, p. 628).

O uso da telefonia móvel e recursos digitais de comunicação como meio de relacionamento profissional, como sugere o trecho acima, tem possibilitado manter a atenção e o esforço mental do assistente social 1) fora do local de trabalho, rompendo com essa barreira espacial (“desterritorialização”), e 2) para além dos limites da jornada de trabalho, invadindo o tempo livre, a vida pessoal e “rompendo-se essa separação entre tempo de trabalho e o tempo de não trabalho”. Dessa maneira, o tempo do trabalho invade o tempo do não-trabalho ou da vida mesma desse profissional. Relativiza-se, assim, a sua jornada, ou melhor, a sua jornada é diluída em sua vida, para além da jornada formalmente estabelecida em seu contrato de trabalho.

É possível mencionar outra forma de rompimento da separação tempo de trabalho/tempo livre em situações em que o profissional realiza o percurso para ir ao

local de trabalho. Esse trabalhador, em seu trajeto, apesar de não estar trabalhando no interior de sua jornada formal durante o deslocamento, não está em atividades para si, mas sim, realizando um percurso em função do seu trabalho, e assim, tem a sua jornada alargada para além dos seus limites formais.

Outra autora menciona o seguinte problema: a disponibilidade ao longo de um dia inteiro para o trabalho, outra modalidade da jornada em tempos flexíveis. Vejamos:

as empresas clientes da consultoria oferecem aos seus funcionários atendimento 24 horas por telefone (quando eles precisarem e em situações emergenciais). É o discurso de que “nos preocupamos com vocês, mesmo quando estamos fora do horário de trabalho”. Sempre há alguém por trás desse atendimento atrelado às relações flexíveis da contratação da força de trabalho, e esse alguém no caso é uma assistente social. (AZEVEDO, 2014, p.329)

Nesse último caso mencionado, o assistente social tem a sua vida pessoal, seu ambiente privado e sua atenção atravessados pela dimensão do seu trabalho; qualquer atividade que ele realiza antes ou depois de sua jornada formal ser concluída pode ser interrompida em função de uma demanda do seu trabalho. Aqui, trabalho e vida se confundem em uma mesma forma de vivenciar o tempo.

Outra situação em que é possível notar essa diluição entre o tempo de trabalho e o tempo livre diz respeito à forma que o trabalho assume, em uma jornada flexível, na qual as suas atividades são realizadas em casa, a partir da necessidade de cumprimento de determinada meta (número elevado de relatórios, diagnósticos, cadastros, avaliação de processos etc.). Essa questão tem uma importância enorme e entendemos que novas pesquisas podem contribuir para desvelar seus sentidos e desdobramentos. Nessas situações o trabalhador tem a sua subjetividade voltada ao trabalho durante boa parte do seu dia, no trabalho e fora dele.

A mesma autora ainda nos chama a atenção para outro desdobramento da atual conformação que o trabalho do assistente social assume, relacionado às exigências do mercado de trabalho com fins de construir um perfil profissional que esteja alinhado com uma forma de pensar e agir “flexível”. O trecho a seguir faz referência ao trabalho de assistentes sociais em empresas de consultoria empresarial. Vejamos:

Pinto (2010) aponta que a alocação dos trabalhadores entre variadas atividades provoca-lhes sucessivas crises de adaptação, pois exigem habilidades diversas sempre em mutação. Essa dimensão fica clara na fala das entrevistadas. “Por exemplo, ele está atendendo uma empresa X que tem um tipo de produto e ele também é responsável por outro cliente que tem outro mix de serviços, então o consultor precisa ‘plugar e desplugar’, precisa ter bom senso, equilíbrio emocional, conhecimento técnico muito específico para todas as empresas que atende e o genérico também [...] acho que de todos os pontos, ele deve ser flexível” (B).

“O perfil do consultor é diferente do assistente social de outro espaço, porque ele tem que ter uma preparação, na empresa, é diferente. A demanda é imensa, tem de tudo” (C).

É interessante observar os termos utilizados para caracterizar o perfil de consultoras empresariais. São usados os termos “plugar e desplugar”, o que identifica o trabalhador com a máquina. (AZEVEDO, 2014, p. 330)

A autora retoma a questão da “crise de adaptação” em função da rotação do trabalhador em distintas funções especializadas. Podemos considerar que, dado que a “familiarização” com determinada função exige certo tempo de experiência até o domínio das técnicas, posturas, recursos etc., com esse tempo o trabalhador rompe o estranhamento com a atividade e adquire certa segurança em cumprir sua atividade. Nos padrões de gestão vigentes, no entanto, essa segurança é quebrada sucessivamente, ocasionando rupturas frequentes, geradoras dessas crises.

Entendemos que essa exigência do mercado de trabalho para que o trabalhador seja flexível se impõe como uma pesada carga emocional sobre o trabalhador. No trecho acima, a entrevistada relata uma recorrência em “crises de adaptação” a esse modelo imposto, à necessidade do desenvolvimento constante de novas habilidades em seu trabalho. Em seguida diz que a multiplicidade de tarefas e demandas que lhes são impostas faz com que esse trabalhador necessite “plugar e desplugar”, que esteja sempre atento e preparado para o inesperado.

Verificamos neste capítulo os caminhos de análise traçados no que tange ao tema da precarização do trabalho do assistente social, os aspectos evidenciados pelos autores analisados e a maneira pela qual as pesquisas vêm se aproximando da reflexão acerca dos impactos da precarização fora do ambiente de trabalho. Buscamos evidenciar os pontos que nos pareceram mais importantes e que tiveram aparições mais recorrentes nas leituras realizadas.

Poderíamos resumir os elementos mais importantes encontrados como efeitos da precarização sobre o trabalhador, questão geralmente associada ao problema da saúde do trabalhador, como os seguintes:

- a) o controle de produtividade por metas e a individualização de recompensas segundo a produtividade, gerando ambiente de competição e pressão mútua;
- b) o confronto entre ética profissional e as exigências do empregador, impedindo o profissional de realizar um trabalho condizente com seus valores ou com os valores de sua formação profissional; e
- c) o abuso no relacionamento com o empregador ou com supervisores, coordenadores etc. que tem invadido a esfera privada, indo além do local de trabalho e além da jornada formal de trabalho, mediante os recursos da comunicação telefônica e informática.

Evidentemente, como dissemos no início da seção, os elementos desenvolvidos anteriormente, nas outras seções, a respeito da precarização, estão intimamente relacionados com fatores de adoecimento, mas não precisam ser retomados aqui.

Assim tem se manifestado a descrição que, em geral, aparece nos artigos analisados. Podemos dizer, refazendo uma observação geral que o conceito de precarização aparece como unidade teórica e conceitual que reúne uma diversidade de processos e fenômenos que representam impeditivos, ataques a direitos e problemáticas cotidianas ao assistente social, que atingem, portanto, a totalidade do seu trabalho. Destacamos os seguintes elementos que se articulam no debate sobre a precarização: flexibilização de contratos, regimes e funções; terceirização de serviços e contratos; desestruturação material e institucional dos serviços e equipamentos públicos; desvalorização salarial; sobrecarga de trabalho e pressão para adequabilidade a padrões subjetivos de relacionamento e comunicação.

É interessante notar também que a reunião dos fenômenos no debate sobre precarização permite não somente articular uma gama de processos degradantes do trabalho, mas identificar a origem das dificuldades mais agudas no exercício profissional e os desafios postos para seu enfrentamento como questão sociohistórica e não individuais, isoladas ou fragmentadas. Nesse sentido, manifestam tanto uma crítica à opção dirigida por uma política equivocada, precária ou insuficiente, quanto à consciência de que essa opção expressa determinações mais profundas do “mercado de trabalho” e das relações de produção e reprodução social no capitalismo contemporâneo, regido predominantemente pelo modelo de

acumulação flexível e organizada social pelo Estado dirigido pela ideologia neoliberal. Na verdade, esse último aspecto surge derivado do fato de que se compreende o assistente social como força de trabalho inserida em relações de produção e reprodução conectadas com as tendências e determinações do mundo do trabalho, isto é, o assistente social como parcela específica da classe trabalhadora em conflito com o capital.

Se o *significado* da precarização geralmente utilizado aponta para essa abrangência de elementos diversos, como temos indicado, nos parece claro que o *papel* dessa discussão é bastante importante, na medida em que medeia a relação entre o profissional/pesquisador e a consciência dos problemas e desafios postos pela imposição de dificuldades e limites históricos ao exercício profissional e à própria condição social dos mesmos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que o fenômeno da precarização não afeta exclusivamente o trabalho dos assistentes sociais e pode-se dizer até que se origina de processos que estão para além dos espaços imediatos de atuação desses profissionais. No entanto, vimos que tem atingido a âmbito profissional e pessoal desses profissionais de forma dura e agressiva.

Como agentes das políticas sociais do Estado, os assistentes sociais tem experimentado uma vivência de operar políticas que, pela ausência de condições para a sua efetivação conforme preconiza sua respectiva legislação, sinalizam alguns retrocessos e a materialização de uma concepção essencialmente conservadora do trabalho social. Ao mesmo tempo, sofrem ao lado dos demais segmentos da classe trabalhadora com o processo de deterioração dos direitos sociais e do trabalho, marca fundamental do Estado neoliberal, forma política adequada ao domínio do regime de acumulação “flexível”.

Podemos concluir, primeiramente, que o tema da precarização representa um tema de suma importância e que as pesquisas recentes no âmbito do Serviço Social têm refletido isso na medida em que vinculam, associam ou relacionam de alguma forma o objeto específico de suas investigações ao fenômeno ou ao conceito de precarização. Em segundo lugar, é possível dizermos que essa importância se expressa nas análises dos artigos investigados na medida em que articulam determinações gerais do mundo do trabalho com elementos particulares referentes à atual conformação do Estado e das políticas sociais.

Como parte da ofensiva do capital sobre o trabalho, a qual busca reagir à grande crise econômica mundial dos anos 1970, a precarização afeta a objetividade e a subjetividade da classe trabalhadora; modifica as relações de trabalho, flexibiliza os contratos, desvaloriza os salários, aumenta a rotatividade da força de trabalho, impõe a dura vivência do desemprego estrutural; acentua a instabilidade emocional e psicossocial, a pressão no trabalho, a desrealização individual e social e frustra os objetivos de oferecer serviços de qualidade para a população. Nesse contexto, em nível crescente, o processo de precarização tem levado, com todas as suas determinações, por um lado, a uma dissolução do sentido do trabalho social nos termos em que se debate e se projeta no campo do Serviço Social e, por outro lado,

ao adoecimento, afetando a estrutura física e, sobretudo, emocional dos assistentes sociais.

Quanto ao primeiro aspecto, aos resultados na dimensão objetiva do trabalho do assistente social, isto é, nos termos em que a precarização afeta a sua intervenção profissional, podemos concluir que há duas tendências fundamentais em operação:

- a) a imposição de fortes barreiras para uma prática profissional sintonizada com os princípios contidos no Projeto Ético-Político profissional; e
- b) a desfiguração do sentido do trabalho social realizado.

Vimos que as situações de adoecimento se relacionam não somente com as condições de trabalho, mas com a obliteração da efetividade da direção política do assistente social ao ver-se partícipe de uma política cujos interesses e resultados são alheios ou contrários aos que reconhece necessários para uma intervenção social de qualidade e direcionada para o solucionamento verdadeiro das problemáticas vividas pela classe trabalhadora. Trata-se de um problema de saúde oriundo de um conflito de natureza ética e política que o assistente social enfrenta no seu trabalho, dado o seu caráter e seu direcionamento pelo Estado neoliberal.

Vimos que esse conflito se expressa claramente como uma contradição entre as condições de trabalho reais, a natureza da política social do Estado neoliberal, de um lado, e, de outro lado, o Projeto Ético-Político profissional do Serviço Social. Ora, é compreensível que as ações e objetivos previstos no PEP e nas legislações sociais encontrem obstáculos enormes num contexto em que a hegemonia neoliberal impõe uma política alinhada com o velho ideário assistencialista.

Como ideário de uma direção política específica e de enfrentamento do direcionamento dominante, no entanto, o PEP não poderia deixar de encontrar barreiras para a sua efetivação, na medida em que o controle central da política social pelo Estado neoliberal impõe limites às ações dirigidas em sentido distinto. O que essa realidade nos leva a concluir é o reforço da idéia de que a efetivação da almejada direção política do trabalho social; consolidação das legislações sociais; universalização dos direitos, dentre outros, não é somente uma tarefa dos assistentes sociais, exige a aliança e o fortalecimento das lutas do segmento oposto

ao pólo neoliberal dominante, representado pelos interesses legítimos da classe trabalhadora.

A luta em torno do amplo ideário que envolve a direção política preconizada, em grande medida pelo PEP, concluímos, tem de se constituir como parte da luta pela transformação social – um elemento está interconectado com o outro. Isso expressa o fato de que, de uma forma ou de outra, essa dimensão do trabalho do assistente social tende a ser amplamente afetada pelas relações de força entre as classes sociais, que determinam as condições e direções da natureza do estado e de sua política social, de tal forma o assistente social é levado a buscar interferir nas relações de força na direção do fortalecimento do poder da classe que se beneficia de um serviço público de qualidade e referenciado nas necessidades populares.

De fato, como constatamos na pesquisa, a impossibilidade de conduzir a política social na direção proclamada pelos princípios e objetivos do PEP se constitui como a principal preocupação no que diz respeito aos impactos da precarização sobre o trabalho do assistente social. Isso pode sinalizar, por um lado, uma conquista da formação crítica, na medida em que a dimensão ético-política bem clara e consciente por parte do profissional, que sente o desejo de conduzir e está atento aos resultados sociais do seu trabalho e da equipe em que está envolvido e é frustrado na sua intenção, aponta qualidades que a formação de caráter tecnicista e conformista talvez não produzisse. Evidentemente, não se pode valorizar a frustração em si mesma, ela é vivida dura e negativamente pelo indivíduo, mas é importante ressaltar que o que a produz não é formação crítica, mas, dentre outros elementos, nos obstáculos impostos à essa direção pela precarização das condições em que o seu trabalho é realizado.

Em grande parte, a preocupação de efetivar uma prática profissional condizente com os princípios do PEP, como vimos, tem a ver com o desejo do profissional de contribuir para oferecer um serviço de qualidade e, nesse aspecto, o assistente social não se depara somente com o problema da precarização do trabalho, mas com a direção dominante da política social. Em certo sentido, essa frustração é, portanto, a expressão individual do choque do assistente social com as contradições socioeconômicas e políticas no âmbito de sua atividade profissional.

Ao considerar o contexto em que vivemos no Brasil, de restauração da hegemonia no aparelho de Estado das forças de cariz neoliberal, pode-se concluir que há uma tendência a uma acentuação do choque entre, de um lado, os valores

difundidos e defendidos no âmbito das instâncias autônomas do Serviço Social e que se condensam no PEP e, de outro lado, a natureza e direção da política social do Estado capitalista brasileiro. O maior desafio talvez seja o de fortalecer o vínculo dos debates e lutas da categoria com as lutas e interesses da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que o poder de classe dos trabalhadores precisa se elevar de patamar.

Dirigindo-nos agora especificamente ao segundo aspecto, ou seja, nos termos em que a precarização afeta a dimensão subjetiva, ou ainda, em que afeta o trabalhador, podemos tirar as seguintes conclusões:

- a) a atual conformação do trabalho do assistente social, sobre o qual pesa as marcas da precarização, tem implicado em inflexões a serem consideradas no âmbito da relação trabalho-adoecimento; e
- b) a precarização tem se desdobrado, em alguns casos (com possível tendência de crescimento das ocorrências), numa espécie de diluição do tempo de trabalho sobre o tempo de vida desse trabalhador, onde atividades e ações relativas às tarefas do trabalho extrapolam a jornada e o espaço de trabalho.

Com o auxílio da bibliografia estudada, destacamos também um processo de uso desmedido e abusivo de ferramentas de comunicação instantânea (teleinformática), acessível a todo momento pelo profissional, dentro e fora do ambiente de trabalho, dentro e fora da jornada de trabalho, pelo pessoal gestor, supervisores, coordenadores etc. Já é de conhecimento público o caso em que trabalhadores têm sido julgados e tendo demissão com justa causa auferida pela justiça com base em arquivos e publicações em redes sociais. Neste trabalho, mencionamos outros casos paralelos. Destacamos no texto duas problemáticas envolvidas nesse fenômeno: o abuso de exigir dedicação a problemas do trabalho em horário de tempo livre e o efeito psicológico dessa pressão constante para apresentar explicações ou pensar questões relativas ao trabalho em qualquer circunstância. Temos que concluir, na medida em que tecnologias nessa área estão em pleno e rápido desenvolvimento e expansão, que há uma tendência a esse processo se aprofundar, o que deve chamar a atenção da categoria e de pesquisadores para esse fenômeno.

Ao que nos parece, tratam-se de questões que merecem novas pesquisas, além do que, vários elementos merecem maior reflexão. Quais as suas implicações para o lazer do trabalhador, para seu repouso, para sua consciência, para seu convívio familiar, para suas relações interpessoais, para o desenvolvimento de sua personalidade? O que exatamente significa, para esse trabalhador superatarefado a necessidade de ter de “ligar e desligar” a sua mente para determinada tarefa, devido ao bombardeio de situações novas e de tarefas que surgem a qualquer instante? O que significa, para esse trabalhador, esse processo institucional de tornar (ou tentar tornar) dimensões eminentemente humanas em dimensões maquinais, automáticas, programadas?

A pesquisa também evidenciou que muitos dos aspectos que compõem as formas precárias do trabalho do assistente social nos dias de hoje já se faziam presentes desde o surgimento do Serviço Social enquanto profissão. O controle sobre o trabalho do assistente social e a definição em última instância da forma como o seu trabalho é realizado se relaciona com a sua condição de trabalhador assalariado que vende a sua força de trabalho para sobreviver. No entanto, as características intrínsecas que o seu trabalho possui parecem ter sofrido um acirramento referente à fragilização de seus vínculos de trabalho, jornada e salário, assim como pela maior intensificação e pressão exercidas pelos seus empregadores.

Essas questões articuladas às relações de trabalho estabelecem íntima relação com as novas configurações que o Estado brasileiro assume a partir da década de 90 com a Reforma do Estado e a sua conseqüente retirada de seu papel enquanto financiador e executor das políticas sociais, delegando essas responsabilidades para a sociedade civil. A redução do financiamento público para as políticas sociais e a mercantilização dos direitos teve um impacto muito forte na conformação atual do trabalho do assistente social. A pesquisa identificou, dessa maneira, a impossibilidade de compreensão desse trabalho sem levar em consideração as suas particularidades, ou seja, que a caracterização geral do trabalho fabril não é suficiente para o entendimento do trabalho do assistente social. Da mesma maneira, não se pode ignorar a força que as determinações mais gerais do mundo do trabalho exercem sobre o trabalho do assistente social.

Vale ressaltar ainda que o conjunto dessas questões que importam para o problema do adoecimento, e que comparece como preocupação fundamental ao

estudo da relação entre o trabalho e o seu agente, podem se constituir como a forma como um novo padrão de adoecimento do trabalhador, sugerido no estudo da bibliografia no último capítulo, e se manifesta no âmbito do trabalho do assistente social. É verdade que há elementos que estão presentes na vida e no cotidiano da classe trabalhadora com um todo, mas seria importante desenvolver em outras pesquisas elementos que podem ser característicos do trabalho do assistente social, como – destacamos aqui a título de exemplo e em nível de hipótese – a frustração frente aos obstáculos verificados para a efetivação da política de assistência social.

Entendemos que a categoria parece estar se apropriando aos poucos da temática do adoecimento, de maneira inicial. Um elemento que confirma esse nosso entendimento é a verificação recorrente de diversos autores analisados que chamam a atenção para importância de se debater esse tema – ainda que resumido a questões relacionadas ao desgaste mental, *burnout*, dentre outras situações circunscritas no eixo saúde-trabalho.

Verificamos, ainda, que as possibilidades de análise das implicações da precarização para o trabalhador possuem interessantes contribuições que também caminham por trilhas vastas, que comportam uma rica gama de expressões como a desumanização desse trabalhador, ausência de perspectiva de futuro, forma de enxergar a realidade, forma de vivenciar o seu lazer, de se relacionar socialmente e afetivamente, relação consigo, e, sobretudo, as formas de resistência ao que está instituído.

Considerando a gravidade e as tendências de agravamento dos problemas aqui elencados, percebemos que o tratamento teórico da questão da precarização, pelo menos no quadro dos artigos analisados nesta pesquisa, tem um grande potencial de evolução no interior dos debates e estudos do Serviço Social. Em primeiro lugar, porque o tema comparece em várias ocasiões, mesmo em estudos que não se dedicam centralmente a desenvolver esse assunto. Em geral, ele aparece na medida em que os assistentes sociais manifestam suas insatisfações no trabalho e os obstáculos que enfrentam no cotidiano enquanto profissionais. O tema da precarização se constitui como peça de denúncia das condições de trabalho e dos abusos sofridos nesse cotidiano opressivo. É válido considerar a necessidade de se aprofundar pesquisas que busquem extrair mais consequências e expressões da precarização do trabalho no âmbito da atividade do assistente social, porquanto são questões fundamentais para que sejam enfrentadas também no âmbito político.

Mas é possível concluir também que há dimensões e elementos cujo desenvolvimento com maior atenção ou aprimoramento pode resultar num salto de qualidade nas análises e, conseqüentemente, nos seus resultados. Um deles é o fato de o tema não constituir objeto central dos estudos selecionados. É claro que a amostra abrangida neste estudo é limitada, mas nos parece legítimo alertar acerca da representatividade dessa amostra e da necessidade de aprofundar e estimular o desenvolvimento de pesquisas voltadas a analisar a precarização do trabalho do assistente social em seus múltiplos aspectos. Provavelmente, esse aprofundamento resolveria uma outra lacuna nos estudos aqui analisados, qual seja, a falta de um tratamento acurado sobre o conceito de precarização e sua relação com as categorias da sociabilidade burguesa, como alienação, exploração etc. Ao mesmo tempo seria um passo fundamental para fazer evoluir o conhecimento dos aspectos relativos especificamente ao processo de precarização do trabalho do assistente social, no quadro geral da divisão social do trabalho.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel & GUIMARÃES, Lucilene Ferreira Cerqueira. O Serviço Social na área da Assistência Social: sobre a expansão do trabalho do assistente social a partir do SUAS. **Revista de Políticas Públicas**, v. 16, p. 163-169, 2013.

ARCARY, Valério. **Notas sobre crises econômicas e revolução em perspectiva histórica**. In: SAMPAIO JR., Plínio de Arruda (Org.). *Capitalismo em crise: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial*. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2009.

AMARAL, Angela S.; NEVES, Daniela; PERUZZO, Juliane Feix; OLIVEIRA, Maria Liduia O.; LARA, Ricardo; (ORGS.) Relatório do Grupo Temático de Pesquisa: Trabalho, Questão Social e Serviço Social. In: **Temporalis**, Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2015.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo, Editora Boitempo, 2000.

_____. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Dimensões da precarização do trabalho: ensaios de sociologia do trabalho**. Bauru: Canal, v. 6, 2013.

ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta. **A dupla face da informalidade do trabalho**: “autonomia” ou precarização. Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, p. 425-444, 2006.

ANDERSON, Perry et al. **Balanco do neoliberalismo**. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Boitempo Editorial, 1999.

_____. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. Boitempo Editorial, 2005.

_____. **Construção e desconstrução da legislação social no Brasil**. Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, p. 499-508, 2006.

_____. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. Boitempo Editorial, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Cortez, 2008.

_____. et al. **Os modos de ser da informalidade**: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?. Serviço Social & Sociedade, 2011.

AZEVEDO, Fernanda Caldas de. Consultoria empresarial de Serviço Social: expressões da precarização e da terceirização profissional. **Serviço Social & Sociedade**, n. 118, p. 318-338, 2014.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. Cortez, 2003.

_____. ; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. Cortez, 2006.

BIHR, Alan. **Da grande noite a alternativa**: o movimento europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.

BOSCHETTI, Ivanete. Condições de trabalho e a luta dos(as) assistentes sociais pela jornada semanal de 30 horas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 107. São Paulo: Cortez, 2011.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. Boitempo Editorial, 2012.

BRUM, Argemiro. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Petrópolis: Vozes; Ijuí: Fundação de Integr. Des. e Educação do Noroeste do Estado-RS. 3ª ed. 1983.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**, Editora Xamã, São Paulo, 1996.

COSTA, Renata Gomes. A práxis do/a Assistente Social e a materialização do Projeto Ético-Político na sociedade capitalista. **Revista Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 13, n. 2, p. 366 - 378, jul./dez. 2014

COSTA, G. Macedo. **Trabalho e Serviço Social**: debate sobre a concepção de Serviço Social como processo de trabalho com base na ontologia de Georg Lukács. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife. 1999.

DRUCK, Graça. Alienation of labor: social uprooting and unbelonging in relation to nature. **Caderno CRH**, v. 24, n. SPE1, p. 171-191, 2011.

_____. **A metamorfose da precarização social do trabalho no Brasil**. In: Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas, São Paulo, Boitempo, n. 18, p.37-41, 2012.

DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia. **Mesa redonda: o trabalho contemporâneo: precarização e saúde mental**, 2008.

_____. ; FRANCO, Tânia. **O trabalho contemporâneo no Brasil: terceirização e precarização**. In: SEMINÁRIO FUNDACENTRO. Salvador, 2009. (mimeo).

_____. ; FRANCO, Tânia; SELIGMAN-SILVA, Edith. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, Fundacentro, v. 35, n. 122, jul./dez. 2010.

FRANCO, Tânia. Alienação do trabalho: despertencimento social e desrenraizamento em relação à natureza. **Caderno CRH**, v. 24, n. 1, 2011.

GUIMARÃES, Simone de Jesus. Serviço Social, Trabalho e Esfera Pública: mercado de trabalho e prática profissional nos espaços dos Conselhos de Direitos. **Revista de Políticas Públicas**, v. 16, p. 211-218, 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRANEMANN, S. **Processos de Trabalho e Serviço Social**. CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB. Brasília, 1999.

GUERRA, Yolanda. **Condições de trabalho e projeto ético-político profissional**. In: O trabalho do/a Assistente Social no Suas: seminário nacional / Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. – Brasília: CFESS, p.271-290, 2009.

_____. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 104. São Paulo: Cortez, 2010.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HIRATA, Helena; PRÉTECEILLE, Edmond. Trabalho, exclusão e precarização socioeconômica: o debate das ciências sociais na França. **Caderno CRH**, v. 15, n. 37, 2006.

_____. **A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho.** Sociologias, v. 11, n. 21, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela; DE CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** Cortez, 1982.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2007

IRIGALBA, Ana Carmem. **A prática da ecologia social: a necessidade de integrar o social e o ecológico.** Serviço Social e meio ambiente, v. 4, 2005.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio.** Trad.: Carlos E. S. Matos, Regis de C. Andrade, Dinah de A. Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Livro I: O processo de produção do capital; [tradução de Rubens Enderle]. – São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho.** Ed. Página Aberta, 1995.

MÉSZÁROS, István. **Produção destrutiva e Estado Capitalista.** Tradução: Georg Toscheff e Marcelo Cipola. São Paulo: Editora Ensaio, 1994.

_____. **Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda.** In.: ANTUNES, Ricardo.(Org.). Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2008.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a especificidade e sua reprodução.** Cortez, 2011.

MOTA, Ana Elizabete. **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional.** Cortez, 2007a.

_____. **Trabalho e Serviço Social: considerações sobre o conteúdo dos componentes curriculares.** In: Temporalis/ Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. – Ano VII, n. 14 (jul./dez.). Brasília, 2007b.

_____. **Nova Fábrica de Consensos: Ensaio sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social.** Cortez, 2010.

_____. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, n. 120, p. 694-705, 2015.

NETTO, José Paulo. O Serviço Social e a tradição marxista. **Revista Serviço Social e Sociedade**, v. 30, p. 89-102, 1989.

_____. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, v. 50, p. 87-132, 1996.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. ; BRAZ, Marcelo. **Economia política**. Uma Introdução Crítica, v. 6, 2007.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. In: Ricardo Antunes e Maria A. Moraes Silva (ORGS.). O Averso do Trabalho. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, p. 243-284, 2004.

PEREIRA, Ivana Carla Garcia. **Do ajustamento à invenção da cidadania: serviço social, saúde mental e intervenção na família no Brasil**. Saúde mental e serviço social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade, v. 2, p. 217-262, 2008.

POCHMANN, Márcio. **Em defesa da redução da jornada de trabalho**. Debate sindical. São Paulo, Centro de Estudos Sindicais (CES), ano 14, n. 33, mar./ abr./ maio 2000.

_____. **Desempregados do Brasil**. Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, p. 59-73, 2006.

QUIROGA, Consuelo. **Invasão positivista no marxismo: manifestações no ensino da Metodologia no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. **Serviço Social & Sociedade**, v. 104, p. 750-772, 2010.

_____. O trabalho do assistente social como trabalhador assalariado. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 107. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial**. Serv. soc. soc, n. 116, p. 609-635, 2013.

SELIGMANN-SILVA, Edith. et al. O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 35, n. 122, 2010.

_____. **Trabalho e desgaste mental**: o direito de ser dono de si mesmo. Cortez, 2011.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: impactos pessoais no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Ed Record, 1999.

SILVA, Jeane Andreia Ferraz. Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social (SUAS): reflexões sobre o trabalho profissionado. **Revista Ser Social**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 155-189, jan./jun. 2012

TORRES DE ALENCAR, Mônica Maria; GRANEMANN, Sara. Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional. **Revista Katálysis**, v. 12, n. 2, 2009.

XAVIER, Arnaldo; TAMASO MIOTO, REGINA CÉLIA. Reflexões Sobre a Prática Profissional do Assistente Social: relação teoria-prática, historicidade e materialização cotidiana. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 13, n. 2, 2014.

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade**: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, p. 45-57, 2006.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Saúde mental e Serviço Social**: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2008.

APÊNDICE A – LISTA DE ARTIGOS ANALISADOS

Artigo 1 - A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância - Yolanda Guerra

Artigo 2 - A práxis do/a Assistente Social e a materialização do Projeto Ético-Político na sociedade capitalista – Renata Gomes Costa

Artigo 3 - Condições de trabalho e a luta dos(as) assistentes sociais pela jornada semanal de 30 horas - Ivanete Boschetti

Artigo 4 - Condições sócio-ocupacionais do trabalho docente e a formação profissional - Marina Barbosa Pinto

Artigo 5 - Consultoria empresarial de Serviço Social, expressões da precarização e da terceirização profissional - Fernanda Caldas de Azevedo

Artigo 6 - Demandas do trabalho ao assistente social no capitalismo contemporâneo - Maria Barbosa, Risomar Santo, Maria Santos

Artigo 7 - Desgaste mental de assistentes sociais, um estudo na área da habitação - Damares Vicente

Artigo 8 - Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS - Raquel Raichelis

Artigo 9 - O assédio moral nas relações de trabalho do(a) assistente social, uma questão emergente - Ociana Donato da Silva e Raquel Raichelis

Artigo 10 - O assistente social como trabalhador assalariado, desafios frente às violações de seus direitos - Raquel Raichelis

Artigo 11 - Proteção social e trabalho do assistente social, tendências e disputas na conjuntura de crise mundial - Raquel Raichelis

Artigo 12 - O Serviço Social na área da assistência social, Sobre a expansão do trabalho do assistente social a partir do SUAS – Marina Maciel Abreu, Lucilene Guimarães

Artigo 13 - Reflexões Sobre a Prática Profissional do Assistente Social: relação teoria-prática, historicidade e materialização cotidiana – Arnaldo Xavier, Regina Célia Miotto Tamaso.

Artigo 14 - Serviço Social e SUAS, reflexões sobre o trabalho profissional – Jeane Ferraz Silva

Artigo 15 - Serviço Social, trabalho e esfera pública: mercado de trabalho e prática profissional – Simone de Jesus Guimarães

